militar, para que seja incinerado no Dia da Bandeira, segundo o cerimonial peculiar. Fica proibido mudar-lhe a forma, as cores, as proporções, o dístico, ou acrescentar-lhe outras inscrições; usá-la como roupa, ornamento, guardanapo, revestimento de tribuna, ou como cobertura de placas, retratos, painéis ou monumentos a inaugurar, e reproduzi-la em rótulos ou invólucros de produtos expostos à venda. Toda vez que uma bandeira de outra nação for usada no Brasil, a bandeira nacional deve flutuar a seu lado direito, em posição de destaque — salvo nos consulados ou sedes diplomáticas.

É proibida a execução de qualquer arranjo vocal no hino nacional a não ser o de conformidade com a lei, nem arranjos artísticos instrumentais que não sejam autorizados oficialmente.

Durante a cerimônia de içamento ou arriamento da bandeira nacional, assim como durante a execução do hino nacional, é obrigatória, por lei, uma atitude de respeito, conservando-se todos de pé e em silêncio. Nessas ocasiões os militares devem prestar continência e os homens descobrir a cabeça. É proibida qualquer outra forma de saudação que não esta.

A violação de qualquer dos artigos desta lei, excluídos os casos previstos no art. 44 do decreto-lei n.º 898, de 29 de outubro de 1969, sujeita o infrator à multa de uma a quatro vezes o maior salário mínimo em vigor, elevada ao dobro nos casos de reincidência. Entre vários artigos e anexos no item de disposições gerais da lei que rege os símbolos nacionais, destacam-se alguns de interesse geral: é obrigado o ensino do desenho e do significado da bandeira e o canto e a interpretação do hino nacional em todos os estabelecimentos públicos ou particulares de ensino e em todos os graus; ninguém pode ser admitido no serviço público sem conhecer o hino nacional.

CRONOLOGIA DA HISTÓRIA DO BRASIL

SÉCULO XV

1500 Pedro Álvares Cabral avista as terras do Brasil (22/4), tomando posse em nome de dom Manuel (1/5).

SÉCULO XVI

1501 Primeira expedição exploradora: Américo Vespúcio.

1504 Introdução no Brasil do sistema de capitanias hereditárias, com a doação por dom Manuel da primeira capitania a Fernando de Noronha.

CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

Embora, em 1504, dom Manuel já doasse ao cristão-novo Fernando de Noronha, a ilha de S. João ou da Quaresma (que depois tomou o nome do donatário) como capitania, foi só a partir de 1532 que o sistema se impôs de forma ampla. Naquela data dividiu-se o Brasil em quinze quinhões, que iam até os limites do Tratado de Tordesilhas, doando-os a capitães donatários, que eram em sua maioria pequenos nobres, cortesãos, em grande parte dependentes do Estado.

O sistema de capitanias hereditárias, como método de povoamento e colonização, já havia sido utilizado com sucesso por Portugal nas ilhas do norte da África. Mantendo as características das concessões feudais, o sistema se combinava vantajosamente com a expansão mercantilista portuguesa. Através das "cartas de doação", a coroa cedia ao "capitão" (ou "capitão-mor") a jurisdição civil e criminal sobre certo número de léguas de terra. O capitão tinha o direito de recolher uma série de tributos e rendas de seu território, bem como de administrá-lo de forma quase absoluta, embora a posse legal da terra permanecesse com a coroa portuguesa. Dessa forma o Estado podia desenvolver e ocupar suas colônias sem necessidade de recorrer aos cofres públicos.

No Brasil o sistema de capitanias hereditárias foi, de um modo geral, malsucedido. A maioria dos donatários não tinha fortuna particular suficiente para as despesas de implantação na nova terra, não chegando mesmo nem a tomar posse de suas capitanias. Alguns outros fracassaram devido aos ataques dos indígenas que habitavam o território. Apenas os capitães mais ligados aos grupos mercatis conseguiram estabelecer-se com algum sucesso. Tal foi o caso de Duarte Coelho (capitania de Pernambuco, 1534) que exterminou os indígenas e fez florescer a capitania, até torná-la o principal centro econômico da colônia, e o de Martim Afonso de Sousa (capitania de São Vicente, 1532), que desenvolveu a cana-de-açúcar e introduziu o gado. As demais capitanias malograram, começando o governo português a resgatá-las, reassumindo sua posse, a partir de 1549, quando da criação do Governo Geral.

1515 Juan Díaz de Sólis, a serviço de Castela, inicia o reconhecimento da costa brasileira.

1516 Primeira expedição de defesa da costa contra a penetração de piratas estrangeiros; é comandada por Cristóvão Jacques que aqui permanece até 1519.

1526 Segunda expedição de defesa da costa brasileira, também comandada por Cristóvão Jacques.

1530 Primeiro movimento de colonização do Brasil; a expedição, comandada por Martim Afonso de Sousa, sai de Lisboa em fins de 1530, com cinco navios, agricultores, militares, ferramentas, sementes e animais domésticos.

1532 Martim Afonso de Sousa funda a primeira vila brasileira, São Vicente, que se torna o primeiro centro produtor de açúcar (22/1).

- Data provável da introdução dos primeiros escravos africanos.
- Primeira expedição inglesa ao Brasil, comandada por William Hawkins.

1534 Ampliação do sistema de capitanias hereditárias; o rei dom João III entrega a capitania de Pernambuco ou Nova Lusitânia a Duarte Coelho.

1537 Fundação da vila de Olinda, que se tornaria a sede da capitania de Pernambuco (12/3).

1548 Chegada da primeira grande leva de escravos africanos.

1549 Instituição do Governo Geral do Brasil (7/1); em 29 de março chega o primeiro governador geral, Tomé de Souza.

- Fundação da cidade de Salvador.
- Chegada do padre Manuel da Nóbrega, junto com os primeiros jesuítas.

1550 Chegada a Salvador da primeira partida de escravos para o nordeste.

1551 Criação do primeiro bispado brasileiro.

1552 O primeiro bispo do Brasil, dom Pero Fernandes Sardinha, chega de Portugal (junho); é morto pelos caetés quatro anos depois.

1553 Duarte da Costa assume o segundo Governo Geral do Brasil.

- Martim Afonso de Sousa monta, em São Paulo, o primeiro engenho de açúcar.

1554 Fundação do Colégio de São Paulo, pelos padres José de Anchieta e Manuel da Nóbrega (25/1) — futura cidade de São Paulo de Piratininga.

1555 Os franceses invadem o Rio de Janeiro.

INVASÕES FRANCESAS

A divisão do mundo pelo Tratado de Tordesilhas beneficiou apenas a Espanha e Portugal. Os outros países europeus, principalmente França e Holanda, nunca aceitaram esse acordo e promoveram diversas expedições comerciais armadas às novas terras. A 12/7/1555, Nicolas Durand de Villegaignon partiu do porto de Havre no comando de uma armada, sob o patrocínio de Henrique II, rei da França. A 10 de novembro do mesmo ano, os franceses desembarcaram na ilha de Serigipe (hoje Villegaignon), na baía de Guanabara, onde fundaram o forte Coligny. Quatro anos depois, vem para o Brasil, com o fim de dar combate aos franceses, Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, que convoca os homens disponíveis e solicita reforços à capitania de São Vicente. A 15/3/1560, os portugueses iniciam o ataque ao forte francês, contando com um efetivo de 2 mil homens. Os cem franceses e seus mil aliados tupinambás resistem por dois dias. No entanto, face a sua superioridade numérica, os portugueses ocupam o forte de Coligny, pondo fim à ocupação francesa do Rio de Janeiro.

Apesar de derrotados na tentativa de instalação da França Antártica no Rio de Janeiro, em 1594 os franceses ocuparam provisoriamente a ilha Grande (hoje São Luís), sob o comando de Jacques Riffault e Charles des Vaux e, em 1612, conseguiram estabelecer na baía de Maranhão uma nova colônia, a França Equinocial, agora sob o comando dos senhores de Ravardière (Daniel de la Touche) e de Aumelles (François de Rasilly). O governo luso-espanhol reagiu, enviando Jerônimo de Albuquerque para fundar um fortim em Guaxenduba, região próxima de onde se haviam instalado os invasores.

Em 19/11/1614, os franceses atacam o fortim, sendo repelidos e derrotados. Assinam uma trégua, retirando-se para São Luís (fundada por eles a 8/9/1612). Em outubro de 1615, os portugueses atacam novamente e, no início de novembro, cercam o forte de São Luís por mar e por terra. A 4 de novembro de 1615 os franceses se rendem, encerrando a última tentativa francesa de colonizar o Brasil.

1557 Mem de Sá torna-se o terceiro governador geral do Brasil.

1560 Os portugueses comandados por Mem de Sá destroem e ocupam o forte Coligny.

1565 Fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro por Estácio de Sá, sobrinho do então governador geral Mem de Sá (1/3).

1567 Expulsão dos franceses do Rio de Janeiro (20/1), seguida pela transferência da cidade de São Sebastião para o morro do Castelo (1/3).

1570 Dom Sebastião assina uma carta régia garantindo a liberdade dos índios.

- O navio que traz o recém-nomeado governador geral do Brasil, dom Luís de Vasconcelos, é atacado na altura das Canárias por piratas franceses; o governador morre em combate.

1571 Portugal estabelece o monopólio no comércio das colônias, através de um decreto assinado por dom Sebastião.

1572 Divisão da colônia em dois governos gerais: um, ao norte, com sede em Salvador, governado por Luís de Brito de Almeida; e outro, ao sul, com sede no Rio de Janeiro, governado por Antônio de Salema.

1577 Abolida a dualidade de governo: Lourenço da Veiga é nomeado governador geral do Brasil, com sede em Salvador.

1580 O Brasil passa ao domínio espanhol; com a morte de dom Sebastião, o reino português, por direito de sucessão, integra-se ao da Espanha.

1590 Conquista e colonização de Sergipe por uma expedição comandada por Cristóvão Cardoso de Barros, que vence os caetés (1/1).

1591 O corsário inglês Thomas Cavendish ocupa e saqueia a cidade de São Vicente (25/12).

1595 Recife é atacada e saqueada pelo corsário inglês James Lancaster (9/4).

- Filipe II assina uma lei proibindo a escravidão dos índios, nunca posta em prática efetiva no Brasil.

1598 Conquista e colonização do Rio Grande do Norte, sendo fundada, no ano seguinte, a cidade de Natal (25/12).

SÉCULO XVII

1606 Início do apresamento de índios em larga escala, com a bandeira de Diogo Quadros e Manuel Preto.

1609 Trégua entre a Espanha e a Holanda; os holandeses passam a negociar o açúcar diretamente com o Brasil.

1611 Após anos de lutas, em que fracassaram as tentativas de Pero Coelho de Sousa e dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira, Martim Soares Moreno conquista a região do Ceará, aliando-se aos índios do Jaguaribe.

1612 A expedição francesa, comandada por Daniel de la Touche, ocupa São Luís.

1616 O capitão-mor Francisco Caldeira Castelo Branco funda, na baía de Guajará, o Forte do Castelo, que mais tarde deu origem à vila de Nossa Senhora do Belém do Grão-Pará (atual Belém).

1621 Filipe III, de Portugal, cria o Estado do Maranhão, que abrange toda a região norte, desde o cabo de São Roque até o rio Oiapoque, dando-lhe governo próprio; assim, a colônia fica dividida em Estado do Maranhão e Brasil.

- Fundação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais.

1624 Primeira invasão holandesa no Brasil.

INVASÕES HOLANDESAS

Privados do comércio de açúcar devido à dominação espanhola no Brasil (1580), os holandeses decidiram estabelecer-se aqui, para garantir a continuidade de uma de suas maiores fontes de renda. Numa primeira tentativa investiram, em maio de 1624, contra a Bahia, tomando Salvador; mas, em abril de 1625, uma ofensiva luso-espanhola fez os invasores baterem em retirada, após um mês de lutas. Em fevereiro de 1630, novo ataque foi feito a Pernambuco. Recife foi abandonada por sua população e ocupada pelos holandeses. No entanto, as guerrilhas comandadas pelos luso-brasileiros Henrique Dias, Martim Soares Moreno e Filipe Camarão, que tinham como base o Arraial do Bom Jesus, a 6 km do Recife, nunca permitiram aos holandeses um completo domínio da região. Em janeiro de 1637, chega o conde João Maurício de Nassau-Siegen, acompanhado de grande contingente militar. Contando com a adesão de muitos senhores de engenho, dos quais se aproximou com habilidade política e com os bons negócios da exportação de açúcar, Nassau fortaleceu o domínio holandês no litoral, desde o Maranhão até a foz do São Francisco. Até a restauração de Portugal (1640), os holandeses restabeleceram a produção de açúcar e não tiveram grandes problemas.

Em 1644, Nassau retornou à Europa e, entre 3 e 17 de agosto do ano seguinte, as tropas luso-brasileiras, reforçadas por contingentes comandados por André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno, vencem algumas batalhas no sul da capitania e passam a sitiar o Recife. Com um reforço de 2 mil homens, chegados em 1646, os holandeses rumaram para o Recôncavo Baiano, onde per-

maneceram um ano (1647—1648). Depois voltaram para o Recife, onde a situação se fazia mais grave. Os luso-brasileiros, com 2 200 homens comandados por João Fernandes Vieira, interceptaram 5 mil holandeses nos Outeiros de Guararapes e os derrotaram graças a hábeis manobras dos batalhões de André Vidal e Henrique Dias. No ano seguinte os holandeses sofreram nova derrota no mesmo lugar (19/2) e tiveram que recuar para o Recife. Depois de permanecerem um mês cercados por terra e por mar (pela esquadra portuguesa sob as ordens de Pedro Jaques de Magalhães), capitularam na Campina de Taborda, no dia 26 de janeiro de 1654.

1625 Expulsão dos holandeses da Bahia.

1629 Uma grande bandeira, composta de novecentos mamelucos e 2 200 índios, dirigida por Antônio Raposo Tavares e Manuel Preto, ataca e destrói os florescentes aldeamentos do Guaíra, escravizando milhares de índios.

1630 Segunda invasão holandesa no Brasil.

QUILOMBO DOS PALMARES

As rebeliões de escravos foram bastante freqüentes no período colonial. Os negros fugidos escondiam-se na mata e organizavam-se em grupos, para sobreviver à hostilidade do ambiente e às investidas dos brancos. Os grupos internamente coesos recebiam o nome de *quilombos* e as aldeias que os compunham, de *mocambos*. O mais conhecido dos quilombos foi o de Palmares, pois foi o que mais tempo durou (1630—1695), o que ocupou maior área territorial (cerca de 400 km² dos atuais Estados de Pernambuco e Alagoas) e o que resistiu mais bravamente aos ataques dos brancos. Palmares se organizou como um verdadeiro Estado — com a estrutura dos Estados africanos, onde cada aldeia tinha um chefe, os quais elegiam seu rei — e possuía um verdadeiro exército, além de fortificações em torno das aldeias, que deixaram os comandantes brancos admirados. Tinha uma produção agrícola bastante avançada, que dava para subsistência das aldeias e ainda produzia um excedente que podia ser negociado com mascates e lavradores brancos. No entanto, a própria existência de um Estado independente dentro da colônia era inaceitável para os portugueses, que consideravam Palmares como seu maior inimigo depois dos holandeses. O primeiro rei de Palmares foi Gangazumba, que comandou uma bem-sucedida resistência, repelindo dezenas de expedições dos brancos. Em 1678, assinou uma trégua com o governador Aires de Souza e Castro, atitude que dividiu o quilombo. Em conseqüência, Gangazumba terminou por ser envenenado. Foi substituído por Zumbi, que já era um líder respeitado e que se tornou o grande herói de Palmares. Várias investidas foram feitas conta o quilombo: duas ainda sob o domínio holandês e catorze já sob a tutela de Portugal. Mas a derrota da República Negra de Palmares só se deu em 1695, após três anos de luta, por tropas comandadas pelo paulista Domingos Jorge Velho, que tinha larga experiência no massacre de índios revoltados. Após o cruento massacre dos mocambos que compunham Palmares, Zumbi ainda conseguiu escapar e manter por mais um ano a luta de guerrilhas, até ser capturado e degolado. A lenda, entretanto, afirma que Zumbi teria se atirado de um penhasco para não cair prisioneiro.

1637 Expedição de Pedro Teixeira sobe o rio Amazonas até Quito; em seguida, regressa ao Pará (1639).

1640 Restauração da monarquia portuguesa com a ascensão de dom João VI, da casa de Bragança (1/12).

1641 Tentativa de coroação de Amador Bueno, em São Paulo, por um grupo de paulistas, assim que souberam da notícia da restauração da coroa portuguesa.

- Os indígenas, armados pelos jesuítas das reduções, derrotam os bandeirantes, em Mbororé.

1643 Criação do Conselho Ultramarino, órgão centralizador das relações entre Portugal e as colônias (14/7).

1648 A bandeira comandada por Antônio Raposo Tavares dirige-se para Oeste, aproxima-se do Peru e percorre o Amazonas até chegar ao Pará em 1651.

1649 Formação da Companhia Geral do Comércio do Brasil.

1653 Padre Antônio Vieira volta ao Brasil como missionário no Maranhão.

1661 "Paz de Haia", em que os holandeses reconhecem oficialmente a perda do Nordeste brasileiro para Portugal.

1673 Bandeira chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva penetra no interior de Goiás, descobrindo riquezas minerais e fundando povoações.

1674 Início da conquista do Piauí; Domingos Sertão, auxiliado por Domingos Jorge Velho, funda muitas fazendas de gado entre os rios Piauí e Canindé.

- Início da bandeira organizada por Fernão Dias Pais, que parte de São Paulo em busca de esmeraldas e, durante sete anos, percorre quase todo o interior de Minas Gerais.

1680 Fundação da Colônia do Sacramento, no Prata; no mesmo ano, ela é arrasada e capturada (20/1).

1681 A Colônia do Sacramento é restituída aos portugueses, através do Tratado de Lisboa (7/5).

1682 Criação da Companhia de Comércio do Estado do Maranhão.

1684 Revolta de Manuel Beckman no Maranhão, que fica no poder até 1685, quando é derrotado pelo capitão-general Gomes Freire de Andrada (12/4).

1686 Decretado o "Regimento das Missões".

OS JESUÍTAS E AS MISSÕES

Embora os franciscanos e dominicanos tenham sido os primeiros representantes da Igreja Católica a desempenhar missões de catequese no novo mundo, foram os jesuítas que tiveram papel mais destacado na colonização do Brasil. Favorecida em Portugal por dom João III, a Companhia de Jesus pôde se estabelecer na América portuguesa. Junto com o primeiro governador geral vieram os primeiros jesuítas: Manuel da Nóbrega, Leonardo Nunes, Antônio Pires, Aspilcueta Navarro. Nóbrega tornou-se "provincial", com a fundação da província jesuítica brasileira em 1553.

Com a proposição de converter os indígenas ao catolicismo, os jesuítas se tornaram, desde logo, responsáveis por um processo de colonização que era "mais racional" em confronto com a forma puramente predatória utilizada pelos colonos. As missões geralmente acompanharam as migrações dos índios, na medida em que estes fugiam da escravidão a que os colonos os submetiam. Organizavam-se, então, em "reduções", onde as aldeias indígenas, embora reproduzindo as formas originais de organização social dos índios, eram minuciosamente administradas pelos jesuítas, gerando excedentes de produção agrícola, comercializados pela Companhia de Jesus junto à população branca. Ainda que continuassem a representar uma forma de dominação colonial, as missões preservavam os índios da selvageria dos brancos ocupantes. Em contrapartida, a influência permanente dos jesuítas contribuía para diluir mais rapidamente a cultura original, substituindo-a por padrões europeus e cristãos — com mais eficiência do que a ação violenta dos colonos.

As mais importantes reduções se estabeleceram no Estado do Paraná, em regiões do Paraguai, nas províncias argentinas de Missões, Santa Fé, Chaco e Formosa e nos departamentos uruguaios de Artigas, Salto, Paissandu, Rio Negro e Tacuarembó, chegando a reunir mais de 130 mil indígenas. A concentração de índios nas missões acabou por se tornar um atrativo extraordinário para as "bandeiras de apresamento", que visavam fornecer mão-de-obra escrava indígena para a colonização. Os primeiros assaltos ocorreram por volta de 1619 contra as reduções de Guaíra pelas bandeiras capitaneadas por Manuel Preto. Em 1629, Manuel Preto e Antônio Raposo Tavares voltam a atacar Guaíra como grande número de ataques realizados na época. Entre 1628 e 1631, 60 mil índios foram apresados nas reduções. Em vista disso, os jesuítas permitiram que os índios se armassem e se retirassem mais para o interior (o que resultou na incorporação a Portugal de extensas terras antes tidas como da coroa espanhola). Os índios, agora armados, puderam resistir tenazmente a novas investidas dos bandeirantes, do que dá prova a fragorosa derrota por eles infligida em Mbororé a uma poderosa bandeira chefiada por Raposo Tavares. Embora isto tenha permitido a sobrevivência das missões por mais algum tempo, não impediu que, durante o século XVII, mais de 300 mil indígenas tenham sido apresados e escravizados.

A atividade dos jesuítas, tanto junto aos indígenas como junto à população branca, foi interrompida no século seguinte, quando da sua expulsão, em 1759, ordenada pelo marquês de Pombal.

1693 Primeiras descobertas de ouro em Minas Gerais.

1694 A posse das minas aos paulistas e sertanejos é garantida por Ato Régio.

- Criada, na Bahia, a primeira Casa da Moeda (8/3).

1697 Os franceses tomam o forte de Macapá, mas, no mesmo ano, os luso-brasileiros, comandados por Antônio de Albuquerque, retomam o forte.

SÉCULO XVIII

1702 A Casa da Moeda é transferida para o Rio de Janeiro.

- O terceiro Regimento das Minas — o primeiro foi em 1603 e o segundo em 1618 — cria a Superintendência das Minas.

1703 Assinado o Tratado de Methuen, entre Portugal e a Inglaterra, que constava de dois pontos: Portugal admitiria "para sempre" no seu território os tecidos e quaisquer lanifícios provindos da Inglaterra; e os vinhos portugueses entrariam nos portos da Inglaterra onerados com a taxa de importação igual a um terço da que pagassem os vinhos originários da França.

1705 Início da grande imigração de portugueses para a região das minas.

1706 A Colônia do Sacramento é capturada pelos espanhóis.

1708 Guerra dos Emboabas.

GUERRA DOS EMBOABAS

Nos fins do século XVII, os paulistas (habitantes da capitania de São Vicente) descobriram grandes jazidas de ouro no sertão. Com a divulgação dessa notícia, garimpeiros de toda a colônia e mesmo muitos vindos de Portugal, convergiram para a região. Os paulistas sentiam-se com maiores direitos sobre as riquezas das minas, seja porque as haviam descoberto, seja porque o território pertencia, então, à capitania de São Vicente. Além disso, o modo de vida dos vicentinos destoava dos forasteiros, aos quais passaram a chamar, injuriosamente de "emboabas". O numeroso grupo de emboabas, então, se organizou numa comunidade à parte, mantendo-se em permanente atrito com os paulistas. Enquanto estes eram liderados pelo superintendente das minas, Manuel de Borba Gato, os emboabas escolheram como seu chefe o português Manuel Nunes Viana. Diversos incidentes — entre os quais o linchamento de dois chefes paulistas no Arraial Novo, em 1707, e o banimento não acatado de Nunes Viana, por ordem de Borba Gato, em 1708 — envenenaram as relações entre as duas comunidades.

Os emboabas, acreditando que os paulistas preparavam um massacre, passaram a desarmá-los, o que provocou sua fuga dos distritos do Rio das Velhas e Ouro Preto. No fim de 1708, os paulistas estavam confinados ao distrito do Rio das Mortes. Nunes Viana foi, então, aclamado "governador" e decidiu atacar os paulistas que estavam concentrados em Sabará. Nas escaramuças que se sucederam, um grupo de 300 paulistas que pretendia atacar o arraial de Ponta do Morro, após rendido e desarmado foi chacinado, no local que ficou conhecido como Capão da Traição. Enquanto isso, Manuel Nunes Viana era sagrado pelo frade Francisco de Menezes como "supremo ditador das Minas Gerais". O governador do Rio de Janeiro, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, interveio, fazendo com que Nunes Viana se retirasse para o rio São Francisco. No entanto, os paulistas organizaram um exército sob o comando de Amador Bueno da Veiga, para vingar o massacre do Capão da Traição. Sitiaram Ponta do Morro, combatendo durante uma semana. Mas, temerosos de que os emboabas recebessem reforços, retiraram-se, encerrando o último episódio militar da Guerra dos Emboabas. Em seguida, com a criação da nova capitania de São Paulo e Minas, para a qual foi nomeado governador Antônio de Albuquerque, veio o perdão geral e a pacificação.

1709 Criação da capitania de São Paulo e Minas de Ouro; Antônio de Albuquerque é empossado como governador (1714).

1710 Guerra dos Mascates, em Pernambuco.

GUERRA DOS MASCATES

No início do século XVIII, a ascensão dos comerciantes do Recife (conhecidos por mascastes) e o conseqüente crescimento do prestígio da cidade constituíam uma afronta à aristocracia açucareira de Olinda. Quando, a 4/3/1710, por ordem do governador Sebastião de Castro Caldas, Recife foi elevado à categoria de vila, os olindenses se rebelaram. Atacaram Recife, destruindo o pelourinho, que era o símbolo da autonomia administrativa da vila, e, a 9 de novembro, expulsaram o governador, entregando o poder a dom Manuel Álvares da Costa, bispo de Olinda. Os conflitos continuaram, mesmo depois da chegada do novo governador, Félix José Machado de Mendonça Eça e Vasconcelos, em 8/10/1711. Nesse período, os mascates, sob a liderança de João da Mota, libertaram seus companheiros detidos, mas os olindenses organizaram a retaliação. Com o auxílio de grupos vindos do interior, cercaram Recife, travando vários combates, como os de Boa Vista, Afogados, Barreta e Guararapes.

Somente mediante uma ordem real, expedida a 7/4/1714, as lutas foram suspensas, e Recife manteve sua condição de vila, embora o capitão-mor

devesse alternar sua residência, passando seis meses em cada uma das cidades. Em 1715, com a chegada de um novo governador, a situação se normalizou definitivamente.

- O pirata francês Jean François Duclerc ocupa a cidade do Rio de Janeiro (18/9); entretanto, atacados pelas tropas arregimentadas pelo governador Francisco de Castro Morais, os invasores rendem-se; Duclerc cai prisioneiro e posteriormente é assassinado de modo misterioso.

1711 Expedição do corsário Duguay-Trouin ataca e saqueia a cidade do Rio de Janeiro (12/9).
- Elevação de São Paulo a cidade (11/7).
- Proibida a exportação de ouro, sem prova de pagamento do "quinto".

1713 Tratado de Utrecht, pelo qual o rio Oiapoque é fixado como limite entre o Amapá e a Guiana Francesa (11/4).

1719 Bandeira organizada pelo sorocabano Pascoal Moreira Cabral Leme atinge o Mato Grosso e encontra ouro às margens do rio Coxipó-Mirim.

1720 Criação da capitania de Minas Gerais, independente de São Paulo (12/9).
- Oficialização do Vice-Reino do Brasil.
- Revolta de Vila Rica, chefiada por Filipe dos Santos (28/6); a rebelião, provocada pela criação das casas de fundição, é esmagada e Filipe dos Santos condenado à morte.

1731 Decretado o monopólio estatal da extração de diamantes.

1734 Instituída a Intendência dos Diamantes.
- Saindo do vilarejo de Cuiabá, os irmãos Artur e Fernão Paes de Barros chegam à bacia do Guaporé e descobrem ouro (minas de Mato Grosso).

1735 Os espanhóis atacam novamente a Colônia do Sacramento.

1736 A expedição comandada pelo brigadeiro José da Silva Paes e destinada a reconquistar Montevidéu fracassa.

1737 Inicia-se a colonização do Rio Grande do Sul.
- O Pará é elevado à categoria de capitania.

1739 Criação da capitania de Santa Catarina, subordinada ao Rio de Janeiro (7/3).

1748 Fundação da capitania de Mato Grosso (3/5).
- Criação da capitania de Goiás (9/5).

1750 Tratado de Madri: anula o de Tordesilhas e resolve a questão do território das Missões (13/1).
- Dom José I assume a coroa portuguesa; o marquês de Pombal é feito seu primeiro-ministro.

1751 Criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém.

1755 Criada a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (7/6).

1759 Expulsão dos jesuítas pelo marquês de Pombal (23/8).
- Extinção das últimas capitanias hereditárias por um decreto do marquês de Pombal.
- Criada a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba (13/8).

1761 Tratado de El Pardo: anula o de Madri, confirmando o domínio português sobre a Colônia do Sacramento (12/2).

1762 Os espanhóis, comandados por Pedro Cevallos, tomam a Colônia do Sacramento, que é restituída, no ano seguinte, aos portugueses; em 1777, ela passa definitivamente para o domínio espanhol; Cevallos, neste período, ataca o Rio Grande do Sul (1762) e Santa Catarina (1777).

1763 Mudança da capital do vice-reino para o Rio de Janeiro.

1771 Francisco de Melo Palheta introduz o café no Brasil.

1772 Fundada, no Rio de Janeiro, a Academia Científica (18/2).
- Maranhão e Piauí tornam-se capitanias independentes do Pará.

1777 Tratado de Santo Ildefonso (1/10) confirma, com poucas alterações, o Tratado de Madri
- Extinção da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.
- Dona Maria I assume o trono português; fim do despotismo de Pombal.

1778 Dom Luís de Vasconcelos e Sousa, conde de Figueiró, assume o cargo de vice-rei do Brasil (3/4), ocupando-o até 9/4/1790.

1780 Extinção da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba (8/5).

1785 Portugal proíbe atividades fabris e artesanais na colônia.

1789 Movimento da Inconfidência Mineira.

INCONFIDÊNCIA MINEIRA

Na segunda metade do século XVIII, a opressão colonial portuguesa sobre o Brasil se fazia mais intensa. A proibição da existência de manufaturas no país e o alto preço dos produtos vindos da metrópole vinham se somar ao restabelecimento das Companhias de Comércio monopolistas. Além disso, as jazidas auríferas de Minas encontravam-se em processo de esgotamento, o que fazia diminuir o quinto pago à coroa. No entanto, o governo português não se conformava com a situação, considerando-a fruto de fraudes, motivo pelo qual decretou que o imposto anual deveria ser de 100 arrobas (1 500 kg) de ouro. Por outro lado, o governador da capitania, dom Luís da Cunha Meneses, nomeado em 1783, distinguia-se por suas arbitrariedades, empregando abusivamente a violência. Essa situação provocava um descontentamento geral, sobretudo entre as classes mais abastadas da colônia, diretamente atingidas em seus interesses. Sob a influência das idéias revolucionárias vindas da França e com o exemplo próximo da Independência dos Estados Unidos, diversos cidadãos descontentes, incluindo membros do clero, iniciaram um movimento conspiratório. Nas reuniões, discutia-se a necessidade da independência do Brasil, para que se livrasse da opressão colonialista; o estabelecimento de uma república, como melhor forma de governo; a nova bandeira (o triângulo com a divisa "Libertas quae sera tamen"), bem como o estabelecimento de fábricas de tecido de algodão e forjas para ferro, ainda que, por consenso dos conspiradores, não se propusesse a abolição da escravatura. A vaga plataforma discutida nas reuniões secretas refletia bem a composição do grupo conspiratório: na sua maior parte era formado por proprietários rurais e ricos mineradores. Tal era o caso de Inácio José de Alvarenga Peixoto, Cláudio Manuel da Costa, Francisco Antônio de Oliveira, José Lopes de Oliveira, Carlos Correia de Toledo e Melo e Luís Vieira da Silva. Já Tomás Antônio Gonzaga era português, formado em direito, enquanto José Álvares Maciel era estudante de química em Coimbra — quando, em companhia de José Joaquim da Maia, tentou se aproximar de Thomas Jefferson, buscando o apoio dos americanos para a Inconfidência. E embora Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, fosse também filho de um proprietário rural, não tinha fortuna e exerceu várias profissões, como tropeiro, minerador e dentista (donde seu apelido), acabando por tentar a carreira militar, quando se tornou alferes do Regimento dos Dragões (corpo de cavalaria paga) de Minas Gerais. Ainda que não fosse um intelectual, tornou-se rapidamente o líder da conspiração, devido às suas qualidades de agitador.

Em julho de 1788, chegava o novo governador da capitania de Minas Gerais, Luís Antônio Furtado de Mendonça, visconde de Barbacena. Vinha com ordens expressas da coroa para lançar a "derrama", isto é, a cobrança compulsória do imposto do ouro, a ser aplicada sobre "todos" os habitantes de Minas (e não apenas sobre os mineradores) bas de ouro no imposto, e já que se havia tornado impossível cobrir as 100 arrobas anuais anteriormente definidas como o quinto devido ao governo português. A missão do visconde de Barbacena era altamente impopular, motivo pelo qual acharam os conspiradores ser o momento adequado para dar início ao levante, pois contariam com o apoio da maioria da população. Tiradentes encontrava-se no Rio de Janeiro, mas voltou a Vila Rica, e as últimas reuniões, onde se acertaram os detalhes do levante, foram realizadas. Voltando ao Rio, para sondar a receptividade das outras capitanias ao levante, Tiradentes fazia ampla e aberta pregação revolucionária. Uma das pessoas que encontrou no caminho foi o coronel Joaquim Silvério dos Reis. Inicialmente propenso a aderir à conspiração, Silvério dos Reis terminou por delatar tudo o que sabia ao visconde de Barbacena, em troca do perdão dos impostos no valor de 220:423$144 réis, que devia à coroa. Em conseqüência, o governador suspendeu a derrama, retirando dos conspiradores seu pretexto imediato. Tiradentes foi preso no Rio de Janeiro, bem como todos os outros conspiradores em Vila Rica e proximidades. No processo que então se instaurou (a devassa), a maioria dos conspiradores se acovardou, lançando a culpa da conspiração sobre Tiradentes. Este, depois de se recusar a falar nos primeiros interrogatórios, acabou por assumir toda a responsabilidade, inocentando os outros. Mesmo assim, três anos depois, em abril de 1792, a sentença então lavrada condenava onze dos acusados à morte e outros ao degredo perpétuo, permanecendo secreta a sentença contra os sacerdotes. Dos condenados, Cláudio Manuel da Costa morreu em circunstâncias duvidosas dentro de sua cela; outros tiveram a pena de morte comutada para degredo perpétuo e apenas Tiradentes foi executado por enforcamento, no dia 21 de abril de 1792. Em seguida foi esquartejado e teve sua cabeça exibida em Vila Rica. Seus descendentes foram declarados infames e seus bens confiscados.

A importância do abortado movimento da Inconfidência Mineira está em que foi o primeiro, dentre os vários outros ocorridos no período, que colocou com plena clareza a independência do Brasil como objetivo, ultrapassando as reivindicações parciais dos demais levantes e conspirações, que nunca colocavam em questão as relações coloniais com a coroa portuguesa.

1794 Descoberta a Conjuração do Rio de Janeiro, movimento de intelectuais influenciados pelas idéias européias do Iluminismo, acusados de conspirar contra as autoridades lusas.

1798 Descoberta a Conjuração Baiana ou Conspiração dos Alfaiates que, influenciada pelas idéias da Revolução Francesa, pretendia instalar um regime democrático no Brasil (12/8).

SÉCULO XIX

1807 O Rio Grande do Sul é elevado a capitania (25/2).

1808 Fuga da família real para o Brasil devido à invasão de Portugal por Napoleão (22/1).
- Abertura dos portos a todas as nações amigas (28/1).
- Impresso o primeiro periódico no Brasil: *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicado pela Imprensa Real (10/9).
- Criada em Salvador, por ordem de dom João VI, a primeira escola superior: Escola Médico-Cirúrgica.

1809 Ocupação da Guiana Francesa por tropas luso-brasileiras, em represália à invasão francesa a Portugal (janeiro).
- Primeira tentativa, do Brasil, de invadir o Prata.
- Abertura da Academia Real Militar, no Rio de Janeiro.

1815 Elevação do Brasil a Reino Unido ao de Portugal e Algarves, por dom João VI (dezembro).

1816 Intervenção luso-brasileira no Prata.
- Fundação da Academia de Belas-Artes, no Rio de Janeiro (12/8).

1817 Revolução Pernambucana.

REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

No final do século XVIII e começo do século XIX, a situação em Pernambuco evoluía para a criação de condições revolucionárias. A influência da Revolução Francesa se fazia sentir nas diversas seitas e sociedades secretas que eram fundadas, muitas das quais de fundo maçônico. Uma das mais conhecidas foi o "Areópago de Itambé", fundado em 1798, pelo padre Arruda Câmara e cuja finalidade era a de "difundir a instrução e as idéias liberais". Houve suspeitas de que o Areópago estivesse envolvido numa conspiração em 1801, que ficou conhecida como a Conjuração dos Cavalcanti. Em todo caso, mesmo após a dissolução do Areópago, sua influência persistiu, através de outras sociedades secretas. Esta fermentação somou-se a uma situação de seca e de crise do açúcar, já em 1817, criando um clima de insatisfação popular, que se dirigia contra o domínio que os portugueses tinham do comércio e de outras atividades econômicas. Dentro desse quadro fermentou a conspiração que envolvia militares, membros do clero e proprietários rurais, além de comerciantes. Entre os conspiradores de maior destaque estavam os capitães Domingos Teotônio Jorge e José de Barros Lima (cognominado "Leão Coroado"), o padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro e Domingos José Martins.

Em março de 1817, o governador Caetano Pinto recebeu uma denúncia da conspiração em andamento e ordenou a prisão dos envolvidos. Os líderes civis não ofereceram resistência, mas o capitão Barros Lima, ao receber ordem de prisão do brigadeiro português Barbosa de Castro, puxou da espada e o matou. Os demais oficiais solidarizaram-se ao "Leão Coroado" e a fortaleza das Cinco Pontas, onde ocorrera o incidente, se amotinou. Os rebeldes saíram às ruas, libertando os civis presos. O governador refugiou-se na fortaleza do Brum, em Recife, e capitulou no dia 7, embarcando em seguida para o Rio de Janeiro. Os rebeldes, de posse da cidade, organizaram um governo baseado na representação de classes e que veio a ser o primeiro governo independente brasileiro. O Governo Provisório elaborou uma Lei Orgânica, que deveria vigorar até a convocação de uma Assembléia Constituinte. Nela se estabelecia o regime republicano, garantiam-se os direitos individuais, a liberdade de imprensa e de opinião, bem como a liberdade de culto, embora o catolicismo permanecesse como religião oficial. Foram enviados emissários para o exterior (Estados Unidos, Inglaterra e região platina) para tentar obter o reconhecimento da nova república. O Governo Provisório tentou articular o movimento revolucionário em todo o Nordeste, enviando emissários para a Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba. Na Paraíba, o movimento saiu vitorioso, sob a liderança de Amaro Gomes Coutinho. Mas na Bahia, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte sofreu reveses, com seus líderes presos ou mortos. O governo de dom João VI organizou então uma severa repressão, enviando tropas por terra e por mar. Combates foram travados em Vitória de Santo Antão, Pau D'Alho, Brejo de Areia, Mamanguape, registrando-se casos de prolongada resistência guer-

Governo Provisório o enfraqueciam: enquanto elementos ligados ao comércio nativo, como Domingos José Martins, eram favoráveis à abolição da escravatura, homens como Francisco de Paula, ligados à propriedade rural, colocavam-se contra esta medida, temendo que os negros se revoltassem como havia ocorrido no Haiti. Isto impediu a utilização dos combatentes negros na resistência, não permitindo o aproveitamento de lideranças importantes como a do mulato capitão Pedro Pedroso.

O enfraquecimento provocado por essas dissensões permitiu que as tropas repressivas triunfassem a 19/5/1817. A repressão subseqüente foi severíssima. A maioria dos implicados foi presa e a liderança executada por enforcamento ou fuzilamento.

1820 Revolução Constitucionalista no Porto, que pede o imediato retorno de dom João a Portugal.

1821 O Reino Unido Brasil-Portugal anexa a Banda Oriental (Uruguai), que passa a denominar-se Província Cisplatina.

- Retorno de dom João VI a Portugal: dom Pedro decide permanecer como príncipe regente (26/4).
- As capitanias recebem, oficialmente, o título de Províncias (28/2).
- Primeira eleição de deputados, no Brasil, para a constituinte de Lisboa.

1822 O Brasil é declarado oficialmente independente (7/9); dom Pedro torna-se imperador com o título de Pedro I (12/10).

DOM PEDRO I

Primeiro imperador do Brasil, dom Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon nasceu em 1798, no Paço da Real Quinta de Queluz, em Portugal, quarto filho (segundo na linha de sucessão) de dom João VI e dona Carlota Joaquina. Em 1801, com a morte de seu irmão mais velho, recebeu o título de Príncipe da Beira. Quando a família real veio para o Brasil em 1807, ele também o fez. Aqui casou-se com dona Maria Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo-Lorena, arquiduquesa da Áustria, filha de Francisco I, com quem teve sete filhos. Em 1818, recebeu o título de Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Quando dom João VI pôde voltar para Portugal, aqui deixou o filho, que nomeara Príncipe Regente do Reino do Brasil (26/4/1821).

No período de regência de dom Pedro, o Brasil estava numa época de sérias inquietações. Diversas revoltas já haviam buscado a perspectiva da independência e a consciência nacional era mais nítida. Não obstante, a coroa portuguesa aumentava a pressão no sentido de reduzir a autonomia já existente. Dom Pedro recebeu ordens de voltar para Portugal, mas, diante da interpelação de delegados do Rio de Janeiro e São Paulo, comprometeu-se a ficar no país (9/1/1822 — Dia do Fico). No dia 7 de setembro de 1822, um ultimato da coroa portuguesa para que voltasse a Portugal lhe foi entregue por um correio, na colina do Ipiranga, quando ele viajava do Rio para São Paulo. Em resposta, dom Pedro declarou definitivamente rompidos os laços que uniam o Brasil a Portugal. Aclamado imperador constitucional (12/10/1822), foi coroado a 1.º de dezembro. No entanto seu reinado não foi tranqüilo. Teve de enfrentar revoltas (como a de 1824) e guerras (como a da Independência e a Cisplatina). Além disso, agravaram-se as dissensões políticas em seu governo com a dissolução da Assembléia Constituinte em 1823 e com a outorga da Constituição de 1824. A oposição aumentava e a popularidade do imperador diminuía. [...]

[...] roa de Portugal, ficando na posição ambígua de rei da antiga metrópole e imperador da ex-colônia. Por isso, abdicou do trono de Portugal em favor de sua filha Maria da Glória — então com sete anos — e nomeou seu irmão dom Miguel como seu lugar-tenente em Lisboa. Voltou-se para a tentativa de reorganizar a política brasileira, mas sua posição absolutista (que levou à demissão sumária do ministério liberal a 5/4/1831 e sua substituição pelo gabinete conservador do marquês de Paranaguá) acarretou violenta reação popular apoiada pelo Exército. Diante dessa situação, o imperador abdicou em favor de seu filho Pedro, que tinha seis anos de idade (7/4/1831).

Voltando para Portugal, dom Pedro encontrou-se diante de um novo problema: dom Miguel apoderara-se do poder e restaurara o absolutismo. Desembarcando no Porto, dom Pedro enfrentou o irmão em prolongada guerra civil (1832—1834) e restabeleceu sua filha no trono, como dona Maria II.

Faleceu um mês depois da vitória, no palácio de Queluz, aos 36 anos, de uma tuberculose contraída durante a guerra civil.

1823 Primeira constituinte, logo dissolvida por ordem de Pedro I.

GUERRA DA INDEPENDÊNCIA NA BAHIA

Quando, em Portugal, eclodiu a Revolução Constitucionalista do Porto, várias províncias brasileiras organizaram *Juntas* Constitucionais de apoio àquela revolução. No entanto, a revolução em Portugal, embora tivesse um caráter liberal na política interna, continuava, em termos externos, a sustentar o colonialismo. Isso fez com que os membros brasileiros e portugueses das *Juntas* entrassem em conflito, separando o "partido brasileiro" do "partido português". Na Bahia, o tenente-coronel brasileiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, que havia sido nomeado Governador da Bahia pela *Junta*, foi substituído nesse cargo pelo coronel português Inácio Madeira de Melo — por determinação expressa de Lisboa — em fevereiro de 1822. Inconformados com a atitude da metrópole, vários regimentos e tropas se sublevaram, apoiados pela população. Atacaram as forças de Madeira, mas estas os desbarataram e os perseguiram: ocorre o episódio de sóror Joana Angélica, no Convento de Nossa Senhora da Conceição.

No entanto, o povo da Bahia não se considerou derrotado e, em junho de 1822, a Câmara Municipal da cidade de Cachoeira proclamou seu rompimento com Portugal. Tropa e povo apoiaram a proclamação e o conflito eclodiu quando os portugueses atacaram os manifestantes. Mas a rebelião se propagou rapidamente pelo Recôncavo Baiano e, logo, começava o cerco de Salvador, onde se haviam entrincheirado os portugueses. Os brasileiros passaram a ser dirigidos por um Conselho Interino de Governo da Província da Bahia, e dominaram o Recôncavo através de operações de guerrilha — nas quais destacou-se a figura de Maria Quitéria —, impedindo os portugueses de conseguir reabastecimento para suas tropas cercadas. Depois do dia 7 de setembro, o governo brasileiro enviou reforços, comandados pelo general francês Pedro Labatut. No dia 8 de novembro, os portugueses tentaram atacar Itaparica para recuperar um canal de abastecimento. Interceptados em vários pontos, concentraram forças em Pirajá, onde ocorreu uma das batalhas mais importantes da guerra, na qual foram os portugueses derrotados, não obstante contarem com vários batalhões e apoio de artilharia.

A 24/5/1823, os baianos nomearam como chefe geral do exército em operações o comandante da [...]

[...] comando de Labatut. A 3/6/1823, Lima e Silva inicia um ataque geral contra os portugueses. Debilitados pelo prolongado cerco, estes não têm mais condições de resistir e abandonam Salvador, por mar, no dia 2 de julho. O "Exército Pacificador" entra na cidade no mesmo dia e a Junta de Cachoeira assume o poder. Finalmente, no dia 16/7/1823, a Câmara Municipal de Salvador reconhece e aclama o imperador, encerrando definitivamente o conflito.

1824 Primeira Constituição brasileira, conhecida como Carta Outorgada (25/3).

CONSTITUIÇÃO DE 1824

Outorgada por D. Pedro I, a Constituição de 1824 foi influenciada pelo misto de conteúdo absolutista e formas liberais que caracterizou o constitucionalismo europeu da época da Restauração. Além dos três poderes clássicos, ela erigia um quarto poder, o Moderado (inspirado na obra do filósofo francês Benjamin Constant), exclusivo do Imperador, que também detinha o poder Executivo. O conteúdo absolutista era reforçado pelo fato de o Senado, vitalício, ser nomeado pelo chefe de Estado. Instituindo o voto censitário, excluía a imensa maioria da população das eleições para a Câmara, que era temporária e que podia ser dissolvida pelo imperador, após ouvir um Conselho de Estado nomeado por ele próprio. Duante seus 67 anos de vigência, manteve o catolicismo como religião oficial e sofreu, como alterações principais, a do Ato Adicional de 1834, e a da criação da Presidência do Conselho de Ministros em 1847.

- Os Estados Unidos da América são o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil.
- Eclode, em Pernambuco, a Confederação do Equador.

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Movimento republicano e separatista iniciado em Pernambuco, em 2/7/1824. Estendeu-se às províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Em fins de 1823, as idéias republicanas dominavam o Nordeste e se acentuaram em face das ameaças centralizadoras de dom Pedro I, que, com a Constituição outorgada em 1824, impôs ao país um Estado unitário. Pernambuco não aceitou essa Constituição e, a 2/7/1824, o presidente da província Manuel de Carvalho Pais de Andrade, proclamou a Confederação do Equador. O Rio Grande do Norte integrou-se à Confederação em 3/8; o Ceará, em 20/8. A Paraíba aderiu quase imediatamente, pois já havia, lá, um movimento de rebeldia. No Piauí, o movimento teve pouca repercussão.

A repressão, organizada pelo poder central, logo se fez sentir. Forte contingente de tropas foi enviado para o Nordeste, sob o comando do brigadeiro Francisco de Lima e Silva (forças terrestres) e de lord Cochrane (forças navais). Aproveitando-se das dissensões que surgiam entre os revoltosos — sobretudo entre os proprietários rurais, que eram liberais e escravistas, e os setores populares mais radicais, favoráveis à abolição da escravatura — as tropas legalistas conseguiram dominar a rebelição em pouco tempo: em 17/9, Recife e Olinda já estavam nas mãos das tropas imperiais, embora as guerrilhas no interior, comandadas por Frei Caneca e Agostinho Bezerra, tenham resistido até o dia 29/11/1824.

A repressão subseqüente foi extremamente violenta e dom Pedro não atendeu aos apelos para [...]

[...] Todos os principais líderes do movimento foram condenados à morte pela força. O mais famoso dentre eles foi, sem dúvida, frei Joaquim do Amor Divino Caneca (frei Caneca), fuzilado em Cinco Pontas, porque o carrasco encarregado de enforcá-lo recusou-se a levá-lo ao patíbulo.

1825 Início da luta pela independência do Uruguai; Lavalleja desembarca com 32 homens às margens do rio Uruguai e ataca os brasileiros, de surpresa, em Sarandi; em seguida, a Argentina declara guerra ao Brasil.

- Portugal e Inglaterra reconhecem a independência do Brasil.

1826 Como recompensa pelo reconhecimento de sua independência pela Inglaterra, o Brasil revê partes do Tratado de Comércio e Navegação de 1810.

- Instalação da primeira Assembléia Geral Brasileira, composta de um Senado vitalício e de uma Câmara temporária, que exerceria as funções legislativas do país.

1827 Batalha de Ituzaingó: os brasileiros lutam com tropas argentino-uruguaias pela posse da Província Cisplatina.

1828 Tratado de paz entre Brasil e Argentina reconhece a independência do Uruguai.

1831 Noite das Garrafadas (13—14/3).

- Abdicação de dom Pedro I (7/4).
- Constituição da primeira Regência Trina Provisória, composta pelos senadores Carneiro de Campos e Campos Vergueiro e pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva (8/4).
- Eleição da Regência Trina Permanente, composta de Bráulio Muniz, Costa Carvalho e do brigadeiro Lima e Silva (17/6).
- Lei de 7 de novembro que declara livres todos os escravos que entrassem no Brasil depois daquela data (letra morta).

1832 Abrilada.

REVOLTAS DO PERÍODO DA REGÊNCIA

Durante o período da regência, que corresponde, em nossa história, ao período de organização do Estado brasileiro, ocorreram dissensões e disputas político-partidárias entre os grupos dominantes, que buscavam o controle do poder. Além disso, a abdicação parecia ter aberto a possibilidade de participação no processo de decisões para a camada mais pobre da população, constituída de homens livres brancos, mulatos, mestiços, pardos e negros forros, ocupados nas mais diversas atividades agrárias e urbanas, mas marginalizados politicamente. Com a regência, essa camada, estimulada pelas lutas da elite, explodiu em revoltas que, eventualmente, chegaram a pôr em questão os fundamentos da sociedade brasileira de então: o latifúndio e o escravismo. De modo que, para consolidar o Estado brasileiro jurídica e institucionalmente, fez-se necessário, para os setores dominantes, reprimir violentamente as camadas mais populares. As revoltas do período da regência, ocorridas em praticamente todo o território nacional, refletem esse processo de consolidação do Estado.

Em 1831, eclodiu no Maranhão a *Setembrada*, que exigia a expulsão da província dos portugueses e dos padres franciscanos. A rebelião começou no quartel de Ourinhos, comandada por João Cândido, e obteve apoio da população civil. O presidente da província, Araújo Viana, protelou a decisão até que, no ano seguinte, a tropa rebelou-se novamente, ainda sob a liderança de João Cândido, à qual aderiram Francisco de Abranches e Egídio Launé. A repressão veio chefiada por Feliciano Falcão, com apoio de uma força naval. O movi- [...]

mas João Cândido e Launé escaparam, fugindo para o sertão.

Ainda em 1831, na noite de 15 de novembro, eclodiu em Pernambuco a insurreição que ficou conhecida como a *Novembrada*. Liberais radicais e republicanos, que defendiam posições federalistas, sob o comando do capitão Antônio Afonso Viana e do segundo-tenente João M. Magalhães, tomaram a fortaleza de Cinco Pontas e receberam várias adesões. O presidente da província, Francisco de Carvalho Pais de Andrade, refugiou-se na fortaleza do Brum, enquanto os rebeldes reivindicavam o desarmamento de todos os portugueses e a expulsão apenas dos solteiros. No entanto, o presidente da província, apoiado pelo coronel Francisco Jacinto, conseguiu reunir tropas legalistas que, rapidamente, dominaram a situação.

Em 14/4/1832, ocorreu, novamente em Pernambuco, a *Abrilada*, quando o coronel Francisco José Martins e o sargento-mor José Gabriel de Morais Maier sublevaram as tropas, pedindo a restauração de dom Pedro I como imperador do Brasil. Este movimento durou apenas um dia, sendo dominado pelo presidente Francisco Pais de Andrade.

Na Bahia ocorreram duas revoltas de conteúdo federalista. A primeira teve lugar na vila de Cachoeira, em fevereiro de 1832, quando o capitão Bernardo Miguel Guanais Mineiro proclamou a instalação do "sistema federal" e constituiu um governo provisório. O presidente da província, Honorato Paim, bloqueou a vila por terra e por mar, empregando tropas vindas de outras cidades baianas. Depois de uma semana de luta, Guanais Mineiro foi preso e a vila de Cachoeira ocupada. No ano seguinte, populares atacaram o quartel dos Permanentes Municipais, no Arraial de São Félix. Os rebeldes foram dispersados, mas, no dia 26 de abril, eclodiu a rebelião no forte do Mar, na baía de Todos os Santos. Chefiaram a revolta Guanais Mineiro, Carmo Sucupira e Daniel Gomes de Freitas. Durante quatro dias houve combates violentos, mas os rebeldes se renderam a 29 de abril.

Os sertões de Pernambuco e Alagoas foram palco de mais um movimento pela restauração de dom Pedro I, que durou de 1832 a 1835 e que foi uma continuação da Abrilada. Os restauradores, apoiados por escravos fugidos, camponeses e pelos índios do Jacuípe, foram comandados por Vicente Ferreira de Paula, Manuel Afonso de Melo, Antônio Timóteo, João Batista de Araújo e Alexandre Gomes de Oliveira. Utilizavam táticas de guerrilha e resistiram aos contingentes militares mobilizados pelo governo. Mesmo depois da morte de dom Pedro I a luta continuou até que, em 1835, o bispo dom João da Purificação Marques Perdigão convenceu os rebeldes a se renderem.

Em 1833, houve em Ouro Preto outra revolta objetivando a restauração de dom Pedro I. As tropas rebelaram-se, aproveitando a ausência do presidente da província, Manuel Inácio de Melo e Sousa. Embora o vice-presidente Bernardo Pereira de Vasconcelos tivesse assumido o governo, os rebeldes já haviam tomado Ouro Preto. Pediram a demissão do presidente, mas, como houvesse demora na solução do problema, nomearam um de seus chefes, Manuel Soares do Couto, como vice-presidente da província. Várias cidades se mostraram favoráveis ao governo legal e a resistência rebelde restringiu-se a Ouro Preto, Mariana e Caeté. Um mês depois chegou a Minas o comandante Pinto Peixoto que, com o presidente, organizou uma tropa para combater os rebeldes. A 23 de maio, conseguiram retomar Ouro Preto; Mariana e Caeté renderam-se.

Em Pernambuco, os irmãos Francisco e Antônio Carneiro Machado Rios lideraram três levantes — que ficaram conhecidos como a *Carneirada* —, visando instaurar um regime liberal. Os três levantes — o primeiro em 16/1/1834 e os outros dois em janeiro e março de 1835 — fracassaram.

Em 1837 eclodiu na Bahia um movimento que visava à instauração de uma república independente, a "República Baiense". Foi liderado por Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira e recebeu o nome de *Sabinada*. A revolução começou com uma sublevação no forte de São Pedro: as autoridades fugiram para o Recôncavo Baiano, onde organizaram a resistência legalista. Grande parte da população aderiu aos rebeldes, mas, a 13/3/1838, forças legalistas sob o comando do marechal Alexandre Gomes de Argolo Ferrão iniciaram o ataque, reconquistando a capital da província. Depois de violentos combates, os revoltosos, refugiados no forte de São Pedro, acabaram por se render.

No Maranhão ocorreu, a partir de 1838, um movimento popular que tinha como objetivo a luta contra o poder e os privilégios da aristocracia rural da região. Foi liderado pelo mestiço Raimundo Gomes, pelo ex-escravo Cosme e por Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, conhecido como "Balaio" — donde decorreu o nome da rebelião, *Balaiada*. Em 13/12/1838, Raimundo Gomes invadiu a prisão de vila da Manga para libertar seu irmão, mas acabou libertando todos os prisioneiros. Fugiram, e passaram a receber adesões populares por onde passavam, inclusive a de "Balaio" e do ex-escravo Cosme, que comandava um grupo de 3 mil escravos fugitivos. Os revoltosos recebiam total apoio da população rural. No dia 1/8/1839, tomaram Caxias, organizando uma Junta Provisória para governar a cidade. Tentaram negociar uma trégua com o governo, mas este reuniu tropas de outras províncias para atacá-los. Os *balaios* saíram vitoriosos de vários combates. Diante da situação, o governo enviou o coronel Luís Alves de Lima e Silva (mais tarde duque de Caxias), que travou duros combates com os rebeldes. Raimundo Gomes se rendeu, "Balaio" morreu em combate e Cosme tomou a liderança do movimento, fugindo para o sertão, onde os *balaios* começaram a se dispersar. Ainda em 1840, 2 500 "balaios" se renderam, diante da concessão da anistia. A 15/1/1841, os últimos rebeldes se entregaram. Cosme foi preso e morreu na forca.

- Criação das faculdades nacionais de medicina, do Rio de Janeiro e Bahia.
- Promulgação do Código de Processo Criminal.

1833 Fundação da National Brazilian Mining Association.

1834 Ato Adicional à Constituição estabelece a eleição de um só regente e concede certa autonomia às províncias.

- Cabanagem.

CABANAGEM

De todos os movimentos populares do período da regência, este foi o que alcançou maior grau de radicalização, seja pelas propostas de algumas de suas lideranças, seja pelo fato de os rebeldes terem mantido o poder durante algum tempo e realizado profundas modificações políticas na região. Embora a Cabanagem propriamente dita tenha início em 1833, situações anteriores já lhe preparavam o terreno.

O poder no Pará, ainda antes da proclamação da Independência, estava nas mãos de juntas favoráveis a Portugal, que protegiam os comerciantes lusos da região. Após o 7 de setembro de 1822, a luta eclodiu no Pará, uma vez que as juntas não reconheceram a independência. Os liberais radicais, encabeçados pelo cônego Batista Campos, e apoiados principalmente por comerciantes brasileiros, conseguiram, em janeiro de 1823, reunir número suficiente de pessoas para jurar à Constituição. Mas os militares portugueses dissolveram a Câmara de Belém e perseguiram os liberais, que se refugiaram no interior, onde passaram a conspirar, ganhando o apoio das populações locais. Vilas como Cametá, Santarém, Macapá, Monte Alegre e Vigia se transformaram em núcleos de conspiração. A adesão das massas populares às propostas de Batista Campos constituíram o começo de um processo que iria ter seu ponto culminante mais de dez anos depois.

Os núcleos rebeldes assim constituídos isolaram a junta portuguesa, o que facilitou a tarefa do capitão John Pascoe Grenfell, enviado pelas autoridades imperiais para impor um governo fiel. No entanto, deposta a junta, os rebeldes do interior exigiram a formação de um governo popular sob a chefia de Batista Campos. Grenfell desencadeou feroz repressão, fuzilando muitas pessoas — ficou famoso o episódio em que trancou 256 suspeitos no porão do barco *Palhaço*, matando-os por sufocação. Mesmo assim, não conseguiu submeter Cametá, e o presidente da província, José de Araújo Roso, nomeado por dom Pedro I, começou a governar numa situação de extrema instabilidade. Em agosto de 1824, a agitação dirigida por Batista Campos tornou-se aguda e Roso mandou prender o cônego. No dia 26 de dezembro, vários regimentos se sublevaram, no movimento que ficou conhecido como a *Dezembrada*, mas foram dominados. Presos Batista Campos e outros implicados, foram enviados ao Rio, julgados e absolvidos. O presidente da província foi substituído e Batista Campos voltou ao Pará, passando a ter influência decisiva nos governos que sucederam a Roso. A agitação liderada por Batista Campos atraía a população pobre da capital e do interior. A população interiorana contribuiu para dar às revoltas, que culminaram na Cabanagem, um conteúdo social, revolucionário e contra os brancos, mais identificados com a classe dominante. Eram mulatos, mestiços, pretos e muitos índios puros ou mestiçados. Estes últimos, na maioria integrados à força aos núcleos coloniais situados à margem dos rios amazônicos, sobreviventes de massacres, descarregariam durante as rebeliões seu ódio aos brancos puros. Na efervescência da população humilde, formaram-se novos líderes, cujas posições se radicalizavam, como Félix Antônio Clemente Malcher, os irmãos Vinagre e Eduardo Nogueira Angelim.

Em princípios de 1833, Batista Campos impediu a posse do novo presidente da província, José Mariani, e, em dezembro do mesmo ano, a regência nomeou Bernardo Lobo de Sousa. É neste governo que se inicia a revolta dos *cabanos*. Partindo para uma enérgica política de repressão, Lobo de Sousa prende muitos liberais (incluindo Malcher) e incorpora outros, à força, ao exército (como acontece com Angelim). Com base nas populações do interior, os irmãos Francisco Pedro e Antônio Vinagre preparam a tomada de Belém, o que acontece na noite de 6 para 7 de janeiro de 1835. O presidente da província foi executado e Malcher, solto da prisão, assume o governo. No entanto, Malcher negocia com a regência, o que desgosta os cabanos mais radicais. Francisco Pedro Vinagre, que exercia o cargo de comandante de armas, chefia nova revolta depondo Malcher e assumindo o governo. Mas também Francisco Pedro entra em negociações com o governo central, propiciando o desembarque e a posse de novo presidente nomeado: Manuel Jorge Rodrigues, que chega apoiado por uma esquadra com 600 homens comandados pelo capitão inglês Taylor.

Obrigados a recuar para o interior, Antônio Vinagre e Eduardo Angelim iniciam a fase mais radical do movimento. Apoiados pelas populações locais, desencadeiam uma guerra de guerrilhas, que vai estrangulando o governo provincial. A 14/8/1835, invadem Belém e, após nove dias de sangrentos combates, tomam a capital. É instalado um governo popular e revolucionário, encabeçado por Angelim, que coloca em prática medidas como a expropriação de comerciantes, distribuição gratuita de gêneros e perseguição aos ricos que pertenciam às várias facções não *cabanas*. Numa de suas primeiras proclamações, Angelim homenageou os paraenses pela liberdade conquistada, chamando-os de descendentes de Ajuricaba, chefe índio que no século XVIII simbolizou a luta contra o colonizador. Além disso, a província se manteve, como nos governos *cabanos* anteriores, independente do resto do país. No entanto, o bloqueio externo (principalmente inglês) começa a estrangular a singular experiência revolucionária dos *cabanos*.

Em abril de 1836, poderosa força militar comandada pelo brigadeiro Soares de Andrea ataca Belém, ocupando-a em 13 de maio. Os *cabanos* retiram-se novamente para o interior e resistem até 1840. A repressão exercida pelas tropas legalistas é uma das mais sanguinárias de que se tem notícia na história do Brasil: entre 1837 e 1840 são mortos 2/3 da população masculina do Pará — 40 mil mortos numa população total que não chegava a 100 mil habitantes. A esse preço, consegue o governo central pacificar a província.

- Morre dom Pedro I em Lisboa.

1835 Regência Una com a eleição do padre Diogo Antônio Feijó (12/10).

- Início da Guerra dos Farrapos.

GUERRA DOS FARRAPOS

O desenvolvimento da grande propriedade rural voltada para a criação de gado e o surgimento de uma "aristocracia de família" caracterizaram a formação da província do Rio Grande do Sul. As estâncias e charqueadas que nela se desenvolveram permitiram a consolidação de uma classe dominante internamente coesa e que dispunha de considerável força militar, representada pelas "companhias de guerrilhas" integradas pelos "gaúchos". O uso em menor escala da mão-de-obra escrava garantiu-lhes também o apoio de uma grande massa de homens livres.

Em 20/9/1835, Bento Gonçalves, caudilho da fronteira, depôs o governador Antônio Rodrigues Fernandes Braga, acusando-o de "inépcia e facciosismo". No manifesto então divulgado, os rebeldes ainda apoiavam a monarquia e "a integridade do império". A rebelião se alastrou de forma ampla e rápida, diante do que o regente Feijó tentou contemporizar, nomeando e depois demitindo o gaúcho José de Araújo Ribeiro para a presidência da província. Nesse meio-tempo, o farroupilha Antônio de Sousa Neto havia derrotado o legalista Silva Tavares e proclamado a República Rio-Grandense, com capital em Piratini. Isso representou uma radicalização do movimento: o manifesto que proclamava a *República de Piratini* atacava diretamente o governo central. A nova república, instalada a 6/11/1836, tinha Bento Gonçalves como presidente, embora este se encontrasse preso, depois de ter sido derrotado na batalha da ilha do Fanfa pelo inglês John Grenfell. Em 1837, Bento Gonçalves foge do presídio (forte do Mar, na Bahia) e volta para a chefia da revolução. Neste período, os farroupilhas contam também com o revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi que, refugiado no Brasil, adere à luta e neutraliza a ação de Grenfell na lagoa dos Patos. A "revolução farroupilha" já havia, neste momento, se caracterizado plenamente como republicana e liberal. Obtendo novas vitórias, Garibaldi e Davi Canabarro conquistam, em 1839, Laguna, em Santa Catari-

na, proclamando a *República Catarinense* ou *Juliana*.

Com a maioridade de dom Pedro II em 1840, é oferecida anistia a todos os revoltosos. Mas os farroupilhas não a aceitam e continuam a luta. A repressão empregada pelo poder central não é, em nenhum momento, tão violenta quanto a que foi desencadeada, por exemplo, contra a Cabanagem, no Pará. Isso se deve ao fato de que, na Guerra dos Farrapos, a classe dominante sulina manteve o controle político sobre as camadas mais pobres da população.

Em 1842, o gabinete conservador do Império nomeia o então barão de Caxias para pacificar o sul. Experiente de outras campanhas, ele evita o emprego exclusivo da força, buscando aproximação com os farroupilhas moderados para cindir os revolucionários. Ainda que obtendo algumas vitórias, Caxias só vai conseguir a paz interna quando o general uruguaio Manuel Oribe atacou pelo sul o Rio Grande. Entre dois fogos, os farrapos aceitam um tratado de paz, assinado nos campos de Poncho Verde em 28/2/1845.

Conseguem, entretanto, obter concessões importantes do governo imperial, como anistia geral, incorporação dos farroupilhas no exército, com todas as regalias, libertação dos escravos que haviam participado da revolução e patente de oficial para os líderes e chefes farroupilhas.

1837 A Sabinada.

- Araújo Lima assume a regência do Império em substituição ao padre Diogo Antônio Feijó (abril).

1838 A Balaiada.

1840 Golpe da maioridade torna Pedro II imperador do Brasil aos 14 anos de idade (23/7); ele convoca para o poder um gabinete liberal (24/7).

DOM PEDRO II

Segundo imperador do Brasil, dom Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga nasceu no palácio da Boa Vista, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, a 2/12/1825, sétimo filho de dom Pedro I e da imperatriz Leopoldina. Seria o terceiro na linha de sucessão, mas seus irmãos mais velhos dom Miguel e dom João Carlos já tinham falecido. Em conseqüência foi o herdeiro do trono desde seu nascimento. Tinha seis anos de idade quando seu pai abdicou. Ficou sob tutela de José Bonifácio de Andrada e Silva, e, posteriormente, foi entregue à responsabilidade do marquês de Itanhaém. O período da regência (1831—1840) foi marcado por numerosas revoltas e por sérias dissensões entre liberais e conservadores. A crise, que desse modo se acentuava, fez com que os governantes brasileiros apressassem o processo de maioridade do príncipe, com a finalidade de consolidar o poder central. Aos 15 anos, um ano após ter sido declarado maior, dom Pedro foi sagrado imperador (18/6/1841). A partir daí, ocupou o trono brasileiro durante 48 anos. A 30/5/1843, casou-se com dona Teresa Cristina Maria de Bourbon, filha de Francisco I das Duas Sicílias. Tiveram quatro filhos, mas apenas dois chegaram à idade adulta: as princesas Isabel e Leopoldina.

O primeiro decênio do governo de dom Pedro II foi agitado por diversas revoltas, mas, após 1850, o país conheceu um período de quarenta anos de paz interna, embora continuasse a luta pelo poder entre conservadores e liberais. No plano externo, o Brasil teve que enfrentar várias guerras: contra a Argentina (1851—1852), o Uruguai (1864—1865) e o Paraguai (1864—1870).

Transformações econômicas e sociais marcaram o reinado de dom Pedro II: o surgimento das primeiras empresas industriais, o início da política de protecionismo alfandegário, a implantação das estradas de ferro e do telégrafo determinaram o começo de uma transformação que aumentou as cidades, fazendo crescer a classe média urbana. Por outro lado, o declínio do algodão e da cana-de-açúcar e sua substituição pela cultura do café deslocou o eixo político-financeiro do país do norte para o sul.

As divergências políticas internas se intensificaram, sobretudo com a criação, em 1870, do Partido Republicano, que refletia os interesses dos novos grupos sociais em ascensão. A resistência dos setores tradicionais, que se encontravam encastelados no poder, levou ao acirramento de divergências com o Exército e com a Igreja, prenunciando a diminuição da base social sobre a qual se assentava a monarquia. A abolição da escravatura, assinada na ausência do imperador pela regente princesa Isabel (Lei Áurea — 1888), que cedia às pressões do Partido Liberal, acelerou a crise econômica dos setores tradicionais, agravando o descrédito da monarquia. Dentro desse quadro, a proclamação da República se deu sem grandes comoções.

No dia seguinte à proclamação da República, dom Pedro II recebeu uma carta do novo governante, marechal Deodoro da Fonseca, que lhe pedia que deixasse o país. A família real embarcou para Portugal em 17/11/1889. A imperatriz Teresa Cristina morreu no dia 28 de dezembro do mesmo ano, na cidade do Porto. Pedro II passou seus últimos anos na Europa, visitando bibliotecas, museus e instituições acadêmicas às quais era filiado. Residiu sucessivamente em várias cidades francesas: Cannes, Nice, Versalhes. Morreu a 5/12/1891, no hotel Bedford, em Paris, em conseqüência de uma pneumonia, com a idade de 66 anos.

- Em vigor a Lei Interpretativa do Ato Adicional.
- Dissolução do gabinete liberal e ascensão dos conservadores ao poder.

REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1842

No fim do período da regência, o conflito entre os partidos Liberal e Conservader já estava em pleno andamento, refletindo as contradições existentes entre setores das elites dominantes. Depois da maioridade de dom Pedro II, os conservadores, que formavam a corte do imperador, asseguraram o poder para si. As aristocracias provinciais não aceitavam de bom grado tal situação e, em alguns casos, chegaram à rebelião, como ocorreu em 1842, em São Paulo e Minas.

Em São Paulo, o governo imperial substituiu o presidente da província, brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, por José da Costa Carvalho. Quando este dissolveu a Câmara eleita, a 17 de maio, a insurreição eclodiu. Tobias de Aguiar foi proclamado, em Sorocaba, presidente interino da província e buscou o apoio das diversas municipalidades do interior. Costa Carvalho, entretanto, conseguiu assegurar a neutralidade de Curitiba, acenando com sua separação de São Paulo e conseguindo, assim, evitar que os farroupilhas ajudassem os rebeldes paulistas. Liderados por Tobias de Aguiar e pelo padre Feijó, contavam os rebeldes apenas com o apoio de algumas vilas como Itapetininga, Itu, Porto Feliz e Capivari. Tentaram avançar sobre a capital, mas o barão (futuro duque) de Caxias, à frente do Exército Pacificador, conseguiu surpreendê-los e derrotá-los junto à ponte do rio Pinheiros. Partiu daí para Sorocaba, onde entrou no dia 21 de junho, prendendo o padre Feijó. Tobias de Aguiar conseguiu escapar.

Minas entrou na luta pouco antes da derrota dos paulistas. No dia 10 de junho, em Barbacena, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha foi aclamado presidente interino da província pelo batalhão da Guarda Nacional. No dia 26, os liberais mineiros combateram os legalistas em Queluz, levando vantagem, mas desistiram de atacar a capital, retirando-se da região. No final de julho, Caxias chegou a Minas e, no dia 20 de agosto, foi travado violento combate em Santa Luzia. Os principais chefes liberais foram presos. Iniciaram-se negociações para a paz, conseguida em março de 1844, com a anistia decretada pelo imperador.

1844 Retorno dos liberais ao poder.

- Aplicação da Tarifa Alves Branco de protecionismo alfandegário.

1845 Promulgada, na Inglaterra, a *Bill Aberdeen*, pela qual os ingleses tinham o direito de aprisionar qualquer embarcação que traficasse escravos.

1847 Com a criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros, a monarquia brasileira torna-se parlamentarista.

1848 Rebelião Praieira em Pernambuco.

REBELIÃO PRAIEIRA

Tal como outras revoltas do mesmo período, a rebelião praieira teve início a partir de choques entre liberais e conservadores. No entanto, nesse caso particular, a revolta contou com alto grau de elaboração crítica e se tornou popular, com reivindicações de forte cunho social.

De 1837 a 1844, Pernambuco foi governado pelo capitão Francisco do Rego Barros, do Partido Conservador e muito ligado à família Cavalcanti, que dominava a região. Em 1842, liberais contrários à oligarquia dos Cavalcanti iniciaram a publicação do jornal *O Diário Novo*, dirigido por Luís Inácio Ribeiro Roma e instalado na rua da Praia. Em torno do jornal, formou-se uma facção liberal conhecida como o "Grupo da Praia", donde a designação de *praieiros*. Nas suas origens, esse grupo era liberal-democrático, mais autêntico e menos retórico do que os políticos ligados à aristocracia agrária.

Em 1844, os liberais voltaram ao poder com Chichorro da Gama, muito ligado ao Grupo da Praia. Realizando uma política que favorecia seus correligionários, Chichorro chegou, mesmo, a usar a polícia contra latifundiários da elite dominante. Com isso, os praieiros conseguiram grande popularidade. Surgiram tumultos, que freqüentemente se dirigiam contra os comerciantes portugueses. Em função do que consideravam a "anarquia" dos praieiros, os latifundiários exerceram pressões conseguindo a substituição de Chichorro por outro liberal mais moderado, Vicente Pires da Mota. Os praieiros ficaram descontentes e aumentaram as agitações. Cinco governadores liberais foram nomeados e destituídos em sete meses, até que, com a queda do gabinete liberal no Rio e a ascensão dos conservadores, foi nomeado para governar Pernambuco, o mineiro Herculano Ferreira Pena. Diante dessa situação, os praieiros mais radicais, apoiados pelas forças populares, resolveram contestar abertamente o governo central. A 7/11/1848 eclodiu a Revolução.

Os chefes do Grupo da Praia — Nunes Machado e Borges da Fonseca — não eram favoráveis à revolta armada. Mas, quando esta eclodiu, viram-se na contingência de apoiá-la. Quem, na verdade, a comandava era o capitão de artilharia Pedro Ivo Veloso da Silveira, muito ligado aos praieiros. O movimento armado começou em Olinda e se estendeu a uma vasta região da Zona da Mata. À frente de um pequeno exército de 2 mil homens — pequenos arrendatários, boiadeiros, mascates, mulatos e negros —, Pedro Ivo se empenhou em combates com as forças da oligarquia, em batalhas como as de Maricota, Mussupinho, Cruangi. Em 1/1/1849, os praieiros divulgaram seu "Manifesto ao Mundo", escrito por Borges da Fonseca, contendo posições liberal-democráticas bastante radicais, onde se percebia a influência das idéias sociais da revolução de 1848 na Europa.

Tentando atacar o Recife, as forças de Pedro Ivo conseguiram algum progresso mas foram repelidas, procurando então atacar a Paraíba. Não tiveram sucesso: Borges da Fonseca foi preso e Pedro Ivo prosseguiu numa guerra de guerrilhas que durou dois meses. O governo ofereceu, entao, a anistia, e Pedro Ivo se entregou em 3/2/1849. No entanto, o governo traiu sua promessa e Pedro Ivo foi encarcerado na fortaleza de Lage, na baía da Guanabara. Com a ajuda de liberais cariocas, conseguiu fugir, embarcando num navio estrangeiro que ia para a Europa, sem, no entanto, conseguir lá chegar, pois morreu a bordo.

1849 Retorno do Partido Conservador ao poder.

1850 Lei Eusébio de Queiroz ordena a extinção do tráfico negreiro (4/9).

- Criação da província do Amazonas, independente do Grão-Pará (5/9).

1851 Guerra do Prata.

GUERRAS DO PRATA

A política de intervenção do Brasil na política interna dos países da região platina está diretamente relacionada com o alinhamento de sua diplomacia com os interesses ingleses. Não interessava nem ao Brasil nem à Inglaterra que as duas margens do Prata (Buenos Aires e Montevidéu) estivessem dominadas por uma mesma facção política, pois isso permitiria aos platinos monopolizar o comércio que se desenvolvia a partir dos rios da região, criando ainda problemas para a navegação entre o Mato Grosso e o resto do país.

Quando a Argentina foi violentamente unificada pelo caudilho Juan Manuel Rosas — que derrotou a aristocracia mercantil portenha, à frente dos caudilhos do interior e apoiado pelas "montonerias" (grupos armados populares). — o Brasil apoiou, no Uruguai, o partido que lhe era contrário, ou seja, o partido Colorado, dirigido pelo general Frutuoso Rivera. Rosas apoiava o general "blanco" Manuel Oribe, que cercou Montevidéu e ameaçava derrubar Rivera. Temendo a hegemonia de Rosas na região do Prata o Império resolveu intervir a favor dos "colorados", quando o sítio de Montevidéu já durava oito anos.

Em 1851, forças brasileiras, juntamente com forças argentinas das províncias de Entre-Rios e Corrientes — rebeladas contra Rosas — entraram em ação contra Oribe. Comandados pelo general argentino Urquiza e contando com 24 mil soldados brasileiros, os aliados invadiram o Uruguai, apoiados por uma esquadra comandada por John Pascoe Grenfell. A 12/10/1851, as forças de Oribe renderam-se, sendo assinado, no Rio de Janeiro, um "tratado de limites, comércio, amizade e subsídios entre o Brasil e o Uruguai".

Em seguida, Brasil e Uruguai apoiaram o general Justo José de Urquiza em sua luta pela derrubada de Rosas, na Argentina. O domínio de 23 anos deste ditador declinava rapidamente, mas o acordo para sua derrubada não foi fácil, uma vez que a Inglaterra não estava convencida da necessidade deste ato. Mesmo assim, em janeiro de 1852, começou a invasão da Argentina. A

3/2/1852, Rosas foi derrotado na batalha de Monte Caseros.

Os novos governos da Argentina e do Uruguai tomaram, rapidamente, medidas para garantir a navegação de barcos brasileiros no rio Uruguai e a livre navegação comercial em toda a extensão dos rios Paraná e Uruguai. No entanto, após vários anos de agitações, o governo do Uruguai voltou a cair nas mãos dos "blancos", quando Atanásio Cruz Aguirre tomou o poder. Continuando a apoiar seus antigos aliados, o governo brasileiro enviou ao Uruguai a "missão Saraiva", chefiada pelo conselheiro José Antônio Saraiva, que levava um ultimato relacionado a questões de fronteira, no qual se exigiam indenizações por prejuízos causados por uruguaios nas fronteiras brasileiras. Tendo recebido o apoio político e diplomático do ditador paraguaio Francisco Solano López, Aguirre recusou o ultimato. Diante disso, o Brasil aliou-se ao adversário de Aguirre, o "colorado" Venâncio Flores, e invadiu o Uruguai por terra e por mar. A 2/1/1865, com o apoio de forças de terra, o almirante Tamandaré tomou Paissandu, passando a sitiar Montevidéu. Aguirre renunciou e Tomás Villalba, presidente do Senado assumiu o governo, negociando a rendição uruguaia em 20/2/1865. A vitória consolidou a posição brasileira no Prata, mas, em função da aliança de Aguirre com Solano López, propiciou a eclosão da **Guerra do Paraguai**.

1852 Mauá funda a Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas.
- Inauguração das primeiras linhas telegráficas no Brasil.

1853 Ministério da Conciliação, organizado pelo marquês de Paraná.
- Fundação do novo Banco do Brasil (5/7).

1854 Construção da primeira ferrovia brasileira, pelo barão de Mauá.

1856 Início da construção da União e Indústria, primeira estrada pavimentada do Brasil, ligando Petrópolis a Juiz de Fora.

1858 Inauguração da Estrada de Ferro Dom Pedro II.

1860 Criação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (28/7).
- Regulamentada e oficializada a imigração.

1861 Início da Questão Christie, que levará à ruptura das relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra.

1862 Depois de catorze anos de oposição, o restaurado Partido Liberal volta ao poder.

1863 O Brasil ganha a Questão Christie, com o pronunciamento favorável do árbitro, rei Leopoldo II da Bélgica (junho).

1864 O Paraguai declara guerra ao Brasil (dezembro).

GUERRA DO PARAGUAI

À época da chegada de Francisco Solano López à presidência paraguaia (1862), a situação na região do Prata mostrava-se volátil e perigosa. O Paraguai, um Estado com fortes tons militares, surgia como uma potência emergente no Sul do continente, após anos de isolamento. Herdeiro de uma tradição autoritária e paternalista iniciada com as missões jesuíticas do período colonial e continuada, após a independência, por Gaspar Rodríguez de Francia (1811—1840) e por seu pai, Carlos Antonio López (1840—1862), Solano López passou a governar um país que, pela primeira vez, tinha condições de se fazer ouvir no instável cenário do Prata.

A invasão do Uruguai por tropas brasileiras (ver quadro *Guerras do Prata*) foi levada a cabo a despeito das advertências de Solano López de que tal ação seria encarada como uma ameaça à soberania paraguaia — a questão dos direitos de navegação do rio Prata era crucial para um país mediterrâneo como o Paraguai. Assim, a 11/11/1864, o governo de Assunção reagia à invasão brasileira capturando o navio mercante *Marquês de Olinda* e, um mês depois, ocupava o sul do Mato Grosso. Em março de 1865, o Paraguai tomava a província de Corrientes, após o governo argentino ter-lhe negado permissão para atravessá-la em direção ao Rio Grande do Sul. Pouco depois, a 1/5/1865, era assinado em Buenos Aires o Tratado da Tríplice Aliança, no qual Brasil, Argentina e Uruguai comprometiam-se, entre outras coisas, a só depor armas após a derrubada de Solano López.

A ofensiva paraguaia foi neutralizada em pouco tempo: em 11/6/1865, a Marinha do Paraguai foi posta fora de combate pela Armada Imperial, e três meses depois suas tropas rendiam-se aos Aliados em Uruguaiana. A partir daí, o avanço deu-se com lentidão. Não foi senão em 16/4/1866 que os Aliados entraram no Paraguai. A 24/5/1866, soldados paraguaios atacaram o acampamento da Tríplice Aliança em Tuiuti, sendo rechaçados com grandes perdas para ambos os lados, na que é considerada a maior batalha da história da América do Sul. Bem guarnecidos ao longo dos rios, os paraguaios infligiram uma séria derrota aos Aliados em Curupaiti, em 22/9/1866. Foi somente a 5/8/1868, depois que o comando havia passado de Bartolomeu Mitre — presidente da Argentina — para o futuro duque de Caxias, que caiu a fortaleza de Humaitá. Já então o Brasil tinha assumido o ônus do conflito, uma vez que a Argentina e o Uruguai haviam chamado de volta suas tropas para sufocar rebeliões internas.

Com a queda de Assunção em 27/12/1868, o comando das tropas passou ao conde D'Eu, que iniciou a perseguição a Solano López e os remanescentes de seu Exército, que haviam se retirado para as montanhas. A 1/3/1870 deu-se a batalha final, quando o presidente paraguaio foi abatido pelo cabo Chico Diabo, do Exército brasileiro, em Cerro Corá. Ao terminar o mais longo e sangrento conflito sul-americano do século XIX, o Paraguai estava completamente devastado e sua população havia sido reduzida à metade. Por sua vez, o Brasil, endividado e desgastado, experimentava os primeiros sintomas do esgotamento da monarquia.

1866 O Amazonas é aberto à navegação internacional.

1867 Inauguração da Estrada de Ferro Santos a Jundiaí.
- Tratado de Ayacucho: o Brasil cede à Bolívia o Território do Acre.

1870 A divulgação de um manifesto no jornal *A República*, do Rio de Janeiro, dá início ao movimento pela implantação da República no Brasil.
- Início da imigração italiana.

1871 Votada e aprovada a Lei do Ventre Livre, libertando os filhos de escravos.

1872 O primeiro recenseamento levado a efeito no Brasil revela uma população de 9 930 478 habitantes.
- O encarceramento e a condenação dos bispos de Olinda, dom Vital, e Pará, dom Antônio de Macedo Costa, dão origem à chamada Questão Religiosa: os bispos não acataram decisão governamental relativa à disputa entre a Igreja e a Maçonaria.
- Revolta dos Mucker: movimento de fanáticos religiosos, no Rio Grande do Sul.

1873 Realiza-se o primeiro congresso do Partido Republicano Paulista, conhecido como a Convenção de Itu.

1874 Fundação do Clube Republicano Federal, com o objetivo de unificar os republicanos.

1875 Editado o regulamento disciplinar do Exército que, entre outras medidas, proibia aos militares debaterem, pela imprensa, qualquer tema com seus superiores, camaradas e inferiores.
- Falência do Banco Mauá.

1877 Início da grande seca no Nordeste; ela se prolongará até 1879.

1878 Os liberais retomam o gabinete do Império, depois de dez anos de oposição.

1880 Eclode no Rio de Janeiro a Revolta do Vintém, contra o imposto de 20 réis por passagem de bonde e condução ferroviária.

1881 A Reforma Saraiva estabelece o voto universal e direto para os possuidores de renda mínima de 200 000 réis; a elegibilidade é também garantida para os não-católicos e os escravos libertos.

1882 A borracha é o terceiro produto na lista das exportações.

1883 Início da Questão Militar. Mossoró, RN, é a primeira cidade a libertar seus escravos.

1884 Libertação de escravos no Ceará.

1885 Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe: concede liberdade aos escravos com mais de 60 anos, sem indenização aos seus proprietários (28/9).

1886 Fundação da Sociedade Promotora da Imigração.

1887 A população escrava no Brasil se reduz a 700 mil, menos da metade da existente durante o recenseamento de 1872.
- A oficialidade, em reunião no Teatro Recreio Dramático presidida por Deodoro da Fonseca, decide mandar uma moção ao imperador, pedindo a revogação das punições disciplinares.

1888 A Lei João Alfredo, ou Lei Áurea, que declara abolida a escravidão no Brasil, é aprovada pela Câmara e pelo Senado e logo assinada pela princesa Isabel (13/5).

1889 O efetivo das Forças Armadas é fixado por lei em 13 500 homens, além dos oficiais de diferentes classes.
- O gabinete liberal do visconde de Ouro Preto substitui o gabinete conservador de João Alfredo, prenunciando a crise política que levaria à República (7/6).
- Atentado contra a vida de dom Pedro II (15/7).
- Proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca (15/11); dom Pedro e a família real embarcam, para a Europa; o soberano destronado recusa um subsídio de 5 000 contos que lhe é oferecido pelo governo revolucionário (17/11).

1890 Eleita a Assembléia Constituinte (15/9).

1891 Promulgação da primeira Constituição republicana.

CONSTITUIÇÃO DE 1891

Promulgada pela primeira constituinte republicana em 24/2/1891 e baseada na Constituição norte-americana, concedia a mais absoluta autonomia aos Estados e insistia na divisão de poderes. Revogou as principais características da Constituição de 1824, eliminando o poder Moderador, o Senado vitalício e a união Igreja-Estado. Criou o sistema presidencialista, o Senado temporário e admitiu a liberdade de culto, estendendo o direito de voto a todos os cidadãos alfabetizados do sexo masculino, maiores de 21 anos. A sua vigência foi perturbada por inúmeras crises que culminaram na reforma de 1926, de caráter centralizador. No entanto, mal foi aplicada em sua nova fórmula, pois foi suprimida pela Revolução de 1930.

- A Assembléia Constituinte elege o presidente e o vice-presidente da República, respectivamente o marechal Deodoro da Fonseca e o marechal Floriano Peixoto, que disputavam em chapas opostas (25/2).

MANUEL DEODORO DA FONSECA

Nasceu a 5/8/1827, na cidade de Alagoas (atual Marechal Deodoro), no Estado de Alagoas. Cursou a Escola Militar, no Rio de Janeiro e, em 1865, serviu como capitão na guerra do Paraguai. Promovido a brigadeiro em 1874 e a marechal-de-campo em 1884, foi nomeado no ano seguinte comandante de armas do Rio Grande do Sul, onde chegou a assumir a chefia do governo na ausência do presidente da província. Em 1886, Deodoro voltou ao Rio de Janeiro, onde se tornou o líder da facção do Exército que desejava a abolição da escravatura. Refletindo a insatisfação do Exército com a política imperial, Deodoro acaba por assumir a liderança das tropas que cercaram o quartel-general onde se reunia o gabinete do visconde de Ouro Preto, proclamando a República (15/11/1889). Encabeçou, então, o Governo Provisório que convocou as eleições para a Assembléia Constituinte. Devido à sua crescente popularidade, foi também lançado como candidato à presidência da República. Mas não tardaram a surgir dissensões entre Deodoro e seu gabinete, cujos membros, após se demitirem do ministério, passaram para a oposição.

De acordo com uma disposição transitória da Constituição de 1891, o presidente para o quadriênio 1891—1894 seria eleito pelo Congresso. Nas eleições de 25/2/1891, Deodoro elegeu-se pela pequena margem de 32 votos, contra Prudente de Morais. O vice-presidente eleito foi Floriano Peixoto, companheiro de chapa do candidato da oposição. Durante os nove meses seguintes, travou-se intensa luta entre o Executivo e o Legislativo. Vetando projeto sobre projeto, Deodoro hostilizava a oposição e era por ela cada vez mais intensamente criticado. A tensão culminou na decisão presidencial de dissolver o Congresso, atitude que desencadeou um movimento legalista, encabeçado por Floriano Peixoto e destinado a depor Deodoro. Este, aconselhado pelo barão de Lucena, renunciou a 23/11/1891, pedindo a reforma da carreira militar. Retirou-se em seguida para a vida privada, vindo a falecer a 23/8/1892, após prolongada enfermidade.

- O marechal Deodoro da Fonseca renuncia à presidência da República, sendo substituído pelo marechal Floriano Peixoto (23/11).

FLORIANO VIEIRA PEIXOTO

Floriano Peixoto nasceu a 30/4/1839, na vila de Ipioca, Alagoas. Estudou no colégio São Pedro de Alcântara, no Rio, e depois na Escola Militar da Corte. Primeiro-tenente em 1863, participou da guerra do Paraguai, ao fim da qual recebeu a patente de tenente-coronel. Em 1884, foi nomeado presidente da província de Mato Grosso, posto que ocupou durante um ano. Promovido a marechal-de-campo em 1888, Floriano Peixoto ocupava o cargo de ajudante geral do Exército no gabinete liberal do visconde de Ouro Preto no momento da proclamação da República. Recusou-se, então, a dispersar as tropas que vinham depor a monarquia e, a 19/4/1890 substituiu Benjamin Constant na pasta da guerra, no Governo Provisório. Em agosto foi nomeado primeiro vice-presidente e, em setembro, eleito senador pelo Estado de Alagoas. Em janeiro do ano seguinte já formava na oposição.

Eleito vice-presidente em 1891, não tentou apaziguar as tensões existentes entre Deodoro e o Legislativo; no momento da dissolução do Congresso, foi em Floriano que a oposição encontrou apoio contra essa medida. Depois da renúncia de Deodo-

ro, ele assumiu a presidência (embora conservando o título de vice-presidente) e revogou os atos de fechamento do Congresso e de suspensão das garantias constitucionais. Além disso, demitiu todos os presidentes de província fiéis a Deodoro, provocando grande agitação política que culminou na revolta das fortalezas de Lage e Santa Cruz, rapidamente sufocada. Mas a agitação e o clima conspiratório perduraram: além de tentativas de levante no Rio de Janeiro (que levaram vários militares implicados ao desterro na Amazônia), desencadeou-se no sul do país a Revolução Federalista, motivada por divergências políticas regionais, à qual se seguiu a Revolta da Armada, liderada pelo contra-almirante Custódio de Melo. A pronta reação de Floriano fez com que, até agosto de 1894, todas essas rebeliões estivessem debeladas. Transferindo o poder a 15/1/1894 para Prudente de Morais, retirou-se da vida pública, falecendo a 29/6/1895.

- Morte de dom Pedro II, em Paris (5/12).

1892 Sublevação das fortalezas de Lage e Santa Cruz (19/1)

1893 Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Os conflitos oligárquicos no Rio Grande do Sul haviam-se polarizado, perto do final do século, em torno de duas grandes tendências: os federalistas, chefiados por Silveira Martins e pelo general João Nunes da Silva Tavares, e os republicanos, chefiados por Júlio de Castilhos. Enquanto os primeiros, reunidos em torno do recém-fundado Partido Federalista, aglutinavam ex-monarquistas e outros elementos descontentes com a situação do país, os segundos, reunidos em torno do Partido Republicano Rio-Grandense, agrupavam os republicanos históricos, fortemente influenciados pelo positivismo. Júlio de Castilhos dominava a política local, tendo imposto ao Estado uma Constituição altamente centralizadora; os federalistas pretendiam substituí-la por outra que fosse "representativa, modelada segundo os princípios do governo parlamentar".

Quando da derrubada de Deodoro da Fonseca, Júlio de Castilhos, que o havia apoiado, foi obrigado a renunciar. E embora Floriano Peixoto, em decorrência disso, não o apoiasse, viu-se obrigado a sustentar suas pretensões, para evitar que os federalistas dominassem o Estado. Em função dessas divergências, em julho de 1893, os federalistas tomaram posse do governo em Bagé, tendo como presidente o general João Nunes da Silva Tavares, ao mesmo tempo que os republicanos empossavam Júlio de Castilhos em Porto Alegre, passando o poder, em seguida, a Vitorino Monteiro (para garantir o apoio de Floriano). Em virtude dessa dualidade de poder, foi desencadeada a guerra civil.

As forças federalistas foram comandadas pelo general Tavares e por caudilhos que chefiavam grupos irregulares. Entre estes destacava-se Gumercindo Saraiva, que desenvolveu táticas de guerrilhas e infligiu graves derrotas aos castilhistas. Como o governo central passou a apoiar, com homens e armas, a facção de Júlio de Castilhos, os federalistas chegaram a pretender invadir São Paulo e Rio de Janeiro, mas não conseguiram passar do Paraná. Com a derrota da Revolta da Armada, os homens de Saldanha da Gama engrossaram as fileiras federalistas. No entanto, a 24/6/1894, Saldanha da Gama morreu numa batalha em Campo Osório, e, a 10 de agosto do mesmo ano, morreu Gumercindo Saraiva num combate em Carovi. Uma parte dos federalistas, que se achava refugiada em navios portugueses, rumou para o rio da Prata, reunindo-se mais tarde para prosseguir na luta. Os combates se estenderam até o ano seguinte.

Em 9/7/1895, já sob o governo de Prudente de Morais, revoltosos e legalistas se encontraram em Pelotas, para discutir um acordo. Após prolongadas negociações, os federalistas depuseram as armas e o governo central garantiu o poder de Júlio de Castilhos. Em decorrência do acordo de Pelotas, a 21/10/1895, o Congresso Nacional aprovou uma lei anistiando os participantes da Revolução Federalista, a mais longa guerra civil da Primeira República.

- Revolta da Armada.

REVOLTA DA ARMADA

A 6/9/1893, a Marinha brasileira iniciou um movimento liderado pelo contra-almirante Custódio José de Melo e pelo almirante Luís Filipe Saldanha da Gama, que pretendia a deposição do marechal Floriano Peixoto. Entre os revoltosos, circulavam propostas de restauração da monarquia, atribuídas a Saldanha da Gama. Em 9/2/1894, as tropas rebeldes realizaram um desembarque em Niterói e, saindo vitoriosas dos primeiros combates, marcharam para o centro da cidade. No entanto, foram derrotadas a 13/3/1894 pelos legalistas. Saldanha da Gama e 525 outros revoltosos buscaram asilo nos navios portugueses *Mindelo* e *Afonso de Albuquerque*. Em conseqüência, foram rompidas as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal. Saldanha da Gama e os outros asilados dirigiram-se para o sul do país, onde participaram da Revolução Federalista, com a qual tinham, até certo ponto, identidade de pontos de vista.

1894 Prudente de Morais assume a presidência em substituição ao marechal Floriano (15/11).

PRUDENTE JOSÉ DE MORAIS BARROS

Nasceu em Itu, São Paulo, a 4/10/1841. Após formar-se em direito, advogou em Piracicaba, cuja Câmara presidiu de 1865 a 1867, quando foi eleito para a Assembléia Provincial pelo Partido Liberal. Em 1876 aderiu ao Partido Republicano e, após a proclamação da República, passou a integrar o triunvirato designado para governar São Paulo, ao lado de Francisco Rangel Pestana e do tenente-coronel Joaquim de Sousa Mursa. Em dezembro foi nomeado presidente do Estado de São Paulo, cargo que exerceu até outubro de 1890, quando se candidatou como senador para a Assembléia Constituinte. Eleito presidente daquela casa, reuniu em torno de si os elementos que se opunham ao autoritarismo de Deodoro. Derrotado nas eleições de 1891, voltou às urnas no final do governo de Floriano Peixoto — tendo como companheiro de chapa Manuel Vitorino — e tornou-se o primeiro presidente brasileiro a ser eleito pelo voto popular. Sua eleição, na verdade, representou o início da hegemonia republicana dos grandes proprietários rurais — particularmente dos "barões do café" — contra o radicalismo das camadas médias ascendentes, que haviam encontrado, através do Exército, em Deodoro e Floriano, seus representantes.

Logo após sua posse, Prudente de Morais combateu os últimos focos de guerrilha no Rio Grande do Sul e reprimiu a insurreição de Canudos. No plano econômico, o país enfrentava séria crise: para combater a inflação, Prudente de Morais obteve dos grandes banqueiros ingleses a consolidação das dívidas externas do Brasil numa única, a ser amortizada a longa prazo. No entanto, procurando reduzir as importações, determinou a elevação do imposto sobre os produtos importados, o que provocou brusco aumento no custo de vida. Este fato e a violência da repressão em Canudos determinaram a queda de sua popularidade, além da acusação de ser um instrumento da hegemonia de São Paulo sobre os demais Estados. Nos anos seguintes tornou-se alvo de ataques cada vez mais violentos, principalmente por parte dos adeptos de Floriano. A 5/11/1897, após escapar ileso de um atentado em que foi morto o ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt, Prudente de Morais obteve do Congresso a decretação do estado de sítio. O Clube Militar foi fechado e diversos líderes políticos e militares foram desterrados. No final de seu governo apoiou o candidato da bancada paulista, Campos Sales, ao qual entregou o cargo a 15/11/1898. Posteriormente voltou para Piracicaba, onde morreu a 3/12/1902.

Manuel Vitorino Pereira — Vice-presidente durante o mandato de Prudente de Morais, nasceu em Salvador, Bahia, a 30/1/1853; formou-se em medicina e escreveu na imprensa baiana. Proclamada a República, foi presidente do Estado da Bahia e senador federal. Enquanto vice-presidente, assumiu a presidência quando Prudente de Morais se afastou por motivo de doença, entre 10/11/1896 e 4/3/1897. Procurando forçar a renúncia do chefe de Estado, reformulou todo o governo, mas não pôde evitar as dissidências entre os que o apoiavam, nem a volta de Prudente de Morais, que reassumiu. Morreu no Rio de Janeiro a 9/11/1902.

1895 Recebendo parecer favorável dos Estados Unidos, o Brasil ganha da Argentina a questão do território das Missões (5/2).

- Entrada dos franceses no território neutro do Amapá (15/5).

1896 Dissolvido o Partido Republicano Federal, que era um aglomerado composto do Partido Republicano Paulista e dos Clubes Republicanos de outros Estados; assim, deixa de existir qualquer partido de âmbito nacional.

- Machado de Assis funda a Academia Brasileira de Letras.
- O vice-presidente Manuel Vitorino Pereira assume a chefia do governo, com o afastamento de Prudente de Morais para tratamento de saúde (10/11).

1897 Prudente reassume a presidência da República, depois de quatro meses; nesse período correram rumores de seu afastamento e substituição efetiva pelo vice-presidente (4/3).

- Rebelião dos alunos da Escola Militar, no Rio de Janeiro (26/5).
- As tropas do governo, após onze meses de lutas, ocupam Canudos (1/10), encontrando Antônio Conselheiro morto.
- Prudente de Morais sai ileso de um atentado cometido pelo soldado Marcelino Bispo; o marechal Carlos Machado Bittencourt, ministro da Guerra, é morto em defesa do presidente (5/11).
- Inauguração de Belo Horizonte, nova capital de Minas Gerais (15/11).

CANUDOS

Nos anos de 1896 e 1897, o governo federal empenhou-se na destruição do arraial de Canudos, onde se desenvolvia um movimento messiânico chefiado por Antônio Vicente Mendes Maciel, chamado Antônio Conselheiro. Em várias regiões mais atrasadas do Brasil, principalmente no sertão nordestino, ocorreram movimentos místicos que envolveram um número considerável de pessoas. Desesperados com a miséria e com a fome que existiam nessas áreas, os habitantes, com freqüência, seguiam os beatos e outros pregadores, que prometiam um mundo melhor através de práticas religiosas e de uma vida dedicada à comunidade messiânica. Alguns desses movimentos, na medida em que aglutinavam milhares de pessoas que passavam a viver à margem da sociedade estabelecida, atraíram as iras dos donos de terra, dos políticos e do clero, que viam neles uma subversão da ordem estabelecida. Canudos foi, talvez, o exemplo extremo desse fenômeno.

Antônio Vicente Mendes Maciel nasceu em Quixeramobim, Ceará, a 13/3/1830. Depois de uma vida acidentada, aparece na Bahia, em 1874, seguido por numerosos fiéis. De 1877 a 1887, cruza os sertões, chegando à vila de Conde, no litoral baiano. Nesse período, o clero começa a hostilizar Antônio Conselheiro, que já conta com grande número de adeptos. Em 1893, o governo central autoriza os municípios a cobrarem impostos: em Bom Conselho, o Conselheiro arranca os editais e manda queimá-los. Perseguido por policiais, interna-se no sertão com cerca de duzentos fiéis. Depois de desbaratar a força que o perseguia, Conselheiro e seus seguidores se estabelecem em Belo Monte, também conhecida como Canudos. Ali constroem um arraial, que se constitui em sua "cidade santa". Para lá convergem milhares de devotos, formando uma comunidade com posse comum da terra, dos rebanhos e dos produtos. O Conselheiro faz pregações onde acusa o governo da República: em função disso circula a versão de que os jagunços seriam monarquistas.

Incomodados pela ação dos jagunços, os fazendeiros da região pedem a intervenção do governo. Em novembro de 1896, uma força de cem praças do governo da Bahia, comandada pelo tenente Manuel da Silva Pires Ferreira, dirigiu-se para Canudos. No dia 21, os jagunços surpreendem a tropa em Uauá, obrigando-a a retirar-se após sangrento encontro. A segunda expedição do governo baiano, comandada pelo major Febrônio de Brito, em janeiro de 1897, também é repelida, antes de chegar a Canudos. Alarmado, o governo federal prepara a primeira expedição regular. Comandada pelo coronel Antônio Moreira César, era composta por 1 300 homens. Depois de ter sofrido pesadas baixas, consegue chegar a Canudos a 2/3/1897, assaltando o arraial. Moreira César é mortalmente ferido, e a expedição obrigada a retroceder, perseguida pelos jagunços. O fracasso da expedição de Moreira César assusta o governo: no Rio ocorrem manifestações antimonarquistas, pois imagina-se que os jagunços estariam recebendo ajuda daquela tendência política. O governo providenciou, então, nova expedição, agora com mais de 4 mil soldados, comandados pelo general Artur Oscar Andrade Guimarães. O primeiro combate verificou-se em Cocorobó, a 25/6/1897. Dois dias depois a expedição chegou a Canudos. Sucessivos assaltos ao arraial, com enormes baixas, exigiram o envio de reforços. No Alto da Favela, a expedição foi cercada, mas conseguiu romper o cerco e sitiar o arraial. Após excepcional resistência dos jagunços e empregando uma luta de extermínio, os soldados conseguiram entrar em Canudos. Após a morte de Antônio Conselheiro, em 22 de setembro, um último reduto resistia na praça central da cidade. Somente no dia 5 de outubro a resistência cessou, com a morte dos últimos quatro defensores de Canudos. Em 6/10/1897, o arraial foi completamente arrasado e incendiado.

1898 Campos Sales e Francisco Rosa e Silva são eleitos, respectivamente, para a presidência e vice-presidência da República (1/3).

MANUEL FERRAZ DE CAMPOS SALES

Nasceu em 1841, em Campinas, São Paulo, numa família de grandes fazendeiros de café. Diplomou-se em direito em 1863, iniciando sua carreira política em 1867, como deputado pelo Partido Liberal na Câmara Provincial de São Paulo. Deputado à Câmara Imperial pelo Partido Republicano em 1885, foi nomeado ministro da Justiça do Governo Provisório em 1889. Exerceu a presidência de São Paulo de 1894 a 1898. Seu nome foi indicado para a presidência da República em outubro de 1897, tendo Francisco de Assis Rosa e Silva como companheiro de chapa.

Ao tomar posse, Campos Sales encontrou o país em grave situação financeira, lançando-se numa campanha de saneamento econômico. Mesmo antes de assumir a presidência, já negociara com os credores do Brasil a suspensão do pagamento da dívida externa (*funding loan* de 1898). Conseguiu saldar os compromissos assumidos e estabilizar as finanças nacionais.

No plano político, para fortalecer o governo federal, estabeleceu a chamada "Política dos Governadores", segundo a qual o governo federal reconheceria os deputados e senadores indicados pelos governadores dos Estados, exigindo em troca o apoio desses representantes à política geral do governo. Essa manobra, coordenada por Pinheiro Machado, líder da maioria na Câmara Federal, fortalecia na realidade as oligarquias no poder, restringindo as possibilidades de luta eleitoral e impelindo a oposição para a luta violenta, como se verificou em São Paulo, Mato Grosso e Paraíba. Ao término de seu mandato, Campos Sales retirou-se da vida política, para só voltar a ela em 1909, como senador federal. Morreu a 28/6/1913.

Francisco de Assis Rosa e Silva — Vice-presidente no período Campos Sales, nasceu em Recife, Pernambuco, a 4/10/1856 e formou-se em direito na Faculdade de Direito do Recife em 1877. Jornalista e deputado geral por Pernambuco de 1886 a 1889, ministro da Justiça nesse ano, deputado federal em 1891, foi reeleito até 1898. Durante seu mandato como vice-presidente, assumiu interinamente a presidência da República quando da viagem de Campos Sales à Argentina (de 17/10 a 8/11/1900) e, em meados deste mesmo ano, rompeu com o presidente, com o qual estava incompatibilizado desde a intervenção no governo de Pernambuco. Após o término de seu mandato, foi senador por Pernambuco em 1903, sendo reeleito em 1915 e 1924. Morreu em 1929, no Rio de Janeiro.

1899 Após uma série de conflitos, o Acre proclama sua independência (14/7).
1900 Rodrigues Alves, presidente de São Paulo, reúne a bancada federal do Estado para apoiar o programa de Campos Sales, conhecido como a "Política dos Governadores" (24/4).
- O Brasil ganha a disputa, com a França, pelo Território do Amapá (1/12).

SÉCULO XX

1901 Arrendamento do Acre, pela Bolívia, a um sindicato norte-americano (11/7).
1902 Início do movimento de Plácido de Castro (6/8).

REVOLUÇÃO DO ACRE

Até o início do século XX, a região do Acre era considerada como "terra não descoberta"; mas, com a prosperidade do comércio de borracha, passou a ser efetivamente ocupada por brasileiros, principalmente nordestinos. Apesar de existir, desde 1867, o Tratado de Ayacucho, pelo qual o Brasil havia cedido a região do Acre à Bolívia, o Estado do Amazonas estendeu sua jurisdição por toda a área onde existissem brasileiros extraindo borracha. Em janeiro de 1899, os bolivianos fundaram Porto Alonso (hoje Porto Acre), onde instalaram sua administração. Em maio desse mesmo ano, os brasileiros do Acre expulsaram os bolivianos. Luís Galvez Rodriguez de Arias, contando com o apoio dos seringalistas e do governador do Amazonas, José Cardoso Ramalho Júnior, proclamou a República do Acre, no dia 14 de julho, mas esta foi logo desmantelada por uma flotilha brasileira. Os bolivianos reinstalaram-se na região com o apoio oficial do Brasil, sofrendo em dezembro do mesmo ano um malsucedido ataque da "Expedição dos Poetas" (composta de jovens intelectuais de Manaus). Em 11/6/1901, a Bolívia assinou o Tratado de Aramayo, pelo qual arrendava a região ao *The Bolivian Syndicate of New York City in North America* — presidido pelo filho do presidente Theodore Roosevelt. O sindicato tinha autorização para cobrar impostos, comprar as terras de que necessitasse, explorar a borracha e as minas. Além disso, tinha o direito de usar a força para defender seus interesses. Mas os comerciantes e seringueiros brasileiros do rio do Acre insistiram na expulsão dos bolivianos e entregaram a chefia de uma nova insurreição a José Plácido de Castro, que iniciou uma série de ataques às forças bolivianas a partir de 6/8/1902. Em 24/1/1903, os brasileiros conseguiram vencer totalmente o inimigo, sendo Plácido de Castro aclamado governador do Estado Independente do Acre. Diante dessa situação, o governo brasileiro interveio e, a 17/11/1903, assinou um tratado com a Bolívia (Tratado de Petrópolis), pelo qual comprou a região acreana por 2 milhões de libras esterlinas, comprometendo-se ainda a construir a estrada de ferro Madeira—Mamoré. Além disso, indenizou o *Bolivian Syndicate* com a quantia de 110 mil libras esterlinas. O Estado Independente do Acre foi dissolvido, sendo criado, pela lei de 25/2/1904, o Território Federal do Acre, hoje elevado à categoria de Estado.

- Rodrigues Alves e Silviano Brandão são eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da República (15/11).

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES

Nasceu em Guaratinguetá, São Paulo, a 7/7/1848. Bacharel em direito em 1870, começou uma breve carreira jurídica em Guaratinguetá, mas, já em 1872, indicado pelo Partido Conservador, foi eleito deputado provincial à Assembléia Legislativa paulista. Deputado pelo Partido Conservador em 1885, foi reeleito em 1886, tendo sido presidente da Província de São Paulo de novembro de 1887 a abril de 1888.

Proclamada a República, Rodrigues Alves, apesar de seu passado monarquista, foi eleito deputado, integrando a representação paulista à Assembléia Constituinte. Ocupou a pasta da Fazenda nos governos de Floriano Peixoto e de Prudente de Morais. Afastado do ministério em 1896, voltou ao Senado na vaga de Campos Sales e passou a liderar a maioria governista. Em 1900, foi eleito presidente de São Paulo, sendo indicado para a sucessão presidencial em 1901. Foi eleito em 1902, tendo Afonso Pena como vice-presidente.

A ótima situação financeira, consolidada pelo governo anterior, dava ao novo presidente boas condições para realizar o seu programa de gover-

Rio de Janeiro, o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional e outros edifícios públicos. Realizaram-se melhorias na rede de estradas de ferro e a Marinha foi reaparelhada. Outra obra importante do governo Rodrigues Alves foi a remodelação urbanística e o saneamento do Rio de Janeiro, mas para isso foi necessário enfrentar diversos obstáculos: o descontentamento dos desapropriados, as críticas da oposição e a revolta popular diante das medidas compulsórias de vacinação, na Revolta da Vacina Obrigatória. No plano externo, foi negociada a aquisição do Acre da Bolívia, ao término da revolução ali conduzida por Plácido de Castro.

Depois de deixar a presidência, Rodrigues Alves voltou a ocupar o governo de São Paulo, a partir de 1912. Terminado esse mandato, foi eleito senador e, em 1918, indicado para a sucessão de Venceslau Brás. Eleito em 15/11/1918, não chegou a tomar posse, pois morreu vitimado pela gripe espanhola no dia 19 de janeiro de 1919, sendo substituído por Delfim Moreira.

Francisco Silviano de Almeida Brandão — Eleito vice-presidente na chapa de Rodrigues Alves, faleceu antes de tomar posse. Havia nascido em Pouso Alegre, Minas Gerais, em 1848. Morreu a 25/9/1902.

1903 Surto de febre amarela no Rio de Janeiro; política de saneamento de Osvaldo Cruz.
- Tratado de Petrópolis; o Território do Acre é incorporado definitivamente ao Brasil (17/11).

1904 Demarcação de fronteiras com o Equador (6/5).
- A Escola Militar, sob o comando do general Silvestre Travassos, revolta-se contra a vacinação obrigatória (14/1).

1905 Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, primeiro cardeal brasileiro.
1906 Assinatura do Convênio de Taubaté entre São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, estabelecendo a política de valorização do café (março).
- Afonso Pena assume a presidência da República (15/11).

1907 2.ª Conferência de Paz em Haia; o Brasil participa pela primeira vez de uma conferência internacional.

AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENA

Nasceu em Santa Bárbara, Minas Gerais, em 1847. Formou-se em direito, em São Paulo, em 1870. Voltando para Minas foi eleito deputado provincial em 1874; de 1874 a 1879 foi deputado à Câmara Imperial pelo Partido Liberal. Ocupou também os cargos de ministro da Guerra (1882), da Agricultura (1883) e da Justiça (1885). Após a proclamação da República foi eleito para a Constituinte de Minas Gerais e, em 1891, elegeu-se senador ao Congresso mineiro, mas renunciou em protesto à dissolução do Congresso Nacional pelo marechal Deodoro da Fonseca.

Em 1892, ocupou a presidência de Minas Gerais; durante o seu mandato foi feita a mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte. Terminado o quadriênio, foi nomeado presidente do Banco da República, cargo em que permaneceu até 1889, quando voltou a Minas como senador. Em 1903, com a morte de Silviano Brandão, foi eleito vice-presidente da República. Ao fim do governo Rodrigues Alves, criado um impasse sucessório com as candidaturas de Rui Barbosa, Campos Sales, Bernardino de Campos e Pinheiro Machado, o nome de Afonso Pena foi apresentado como solução conciliatória.

Após sua eleição, o novo presidente deu prioridade aos problemas econômico-financeiros. Os resultados de sua política de repressão à especulação e de controle cambial começaram a se fazer sentir em 1907. Sob a supervisão do marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra, o Exército foi reorganizado. Reaparelharam-se ferrovias e portos. Foi também durante seu governo que Cândido Mariano da Silva Rondon, com apoio federal, iniciou seu trabalho nos sertões do país, ligando o Rio de Janeiro à Amazônia pelo telégrafo. Mas Afonso Pena, já idoso e doente, morreria a 14/6/1909, antes do término de seu mandato. Nesse momento já se iniciara a campanha pró-marechal Hermes da Fonseca, apoiado por Pinheiro Machado, em detrimento do candidato do presidente, David Campista. Com sua morte, assumiu seu vice-presidente, Nilo Peçanha.

1908 Instituída a lei do sorteio militar.
1909 Morte de Afonso Pena; o vice-presidente, Nilo Peçanha, assume a chefia do governo (14/6).

NILO PROCÓPIO PEÇANHA

Nasceu a 2/10/1867, em Campos, Estado do Rio de Janeiro, e estudou direito em São Paulo e depois no Recife, onde se formou. Participou das campanhas abolicionista e republicana, iniciando sua vida política em 1890, ao ser eleito para a Assembléia Constituinte. Em 1903 foi sucessivamente senador e presidente do Estado do Rio, permanecendo nesse cargo até 1906, quando foi eleito, na chapa de Afonso Pena, vice-presidente da República. Com a morte de Afonso Pena, em plena crise sucessória, Nilo Peçanha assumiu a presidência, tornando-se, assim, aos 41 anos de idade, o mais jovem dos presidentes. Embora curto, seu governo foi agitado devido a suas divergências com Pinheiro Machado, líder do Partido Republicano Conservador, que chegaram até ao rompimento. Além disso, tornaram-se mais agudos os conflitos entre as oligarquias estaduais, sobretudo de Minas e São Paulo, em conseqüência da campanha civilista. Os choques mais graves foram registrados no Rio de Janeiro e no Amazonas, onde se tornaram necessárias intervenções federais para garantir a posse de candidatos civilistas. Nilo Peçanha criou o Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria, o Serviço de Proteção ao Índio e inaugurou no Brasil o ensino técnico profissional.

Ao fim de seu mandato, Nilo Peçanha voltou ao Senado e, dois anos mais tarde, foi novamente eleito presidente do Estado do Rio de Janeiro, cargo a que renunciou em 1917 para assumir a pasta das Relações Exteriores. Eleito novamente senador em 1918, Nilo Peçanha encabeçou, em 1921, a chapa do movimento Reação Republicana, que tinha por objetivo representar o liberalismo político contra as oligarquias estaduais, opondo-se à candidatura de Artur Bernardes à presidência, que, no entanto, saiu vitorioso. Nilo Peçanha morreu em 1924, no Rio de Janeiro, afastado da vida política.

- A Convenção das Municipalidades escolheu Rui Barbosa e Albuquerque Lins candidatos às eleições presidenciais de 1910; desenvolvimento da campanha civilista em oposição a Hermes da Fonseca (3/10).

1910 O marechal Hermes da Fonseca assume a presidência da República (15/11).

HERMES RODRIGUES DA FONSECA

O marechal Hermes da Fonseca nasceu em São Gabriel, Rio Grande do Sul, em 1855, e era sobrinho do marechal Deodoro da Fonseca. Estudou no Rio de Janeiro, ingressando na Escola Militar em

1871. Aluno de Benjamin Constant, aceitou o positivismo e foi, em 1878, um dos fundadores do Clube Republicano do Círculo Militar, tendo sido, entretanto, ajudante-de-ordens do conde d'Eu.

Em 1889, Hermes participou da revolta republicana ao lado do marechal Deodoro, de quem foi ajudante-de-campo e secretário militar. Depois dirigiu o Arsenal de Guerra da Bahia, fundou e dirigiu a Escola de Sargentos, durante o governo Floriano Peixoto, comandou a Brigada da Polícia do Rio de Janeiro e dirigiu a Escola Preparatória e Tática do Realengo. Promovido a general-de-divisão em 1905 e a marechal em 1906, foi nomeado por Afonso Pena para a pasta da Guerra; reorganizou o Exército, e instituiu, através de lei votada em maio de 1908, o serviço militar obrigatório.

Na crise sucessória desencadeada pela morte de Afonso Pena, com a não-aceitação do candidato indicado pelo falecido presidente, David Campista, o nome do marechal Hermes foi lançado, com o apoio dos setores jacobinos e militares. À sua candidatura aderiram Minas, Rio Grande do Sul e os pequenos Estados, coordenados por Pinheiro Machado. A oposição, articulada pelo Partido Republicano Paulista e apoiada pelo Estado da Bahia, lançou a campanha civilista, tendo Rui Barbosa como candidato. Depois da agitada campanha, Hermes da Fonseca foi eleito, tendo Venceslau Brás como vice-presidente.

Logo após sua posse (15/11/1910), enfrentou a Revolta dos Marinheiros, à qual se sucederam outras revoltas, combatidas com violência pelas tropas governamentais. Ainda durante o seu governo, iniciou-se a política das "salvações nacionais", série de intervenções militares nos Estados, visando o expurgo de elementos da oposição, cujo prestígio competia com a autoridade da presidência. As "salvações" estenderam-se pelos Estados do Norte e do Nordeste, chegando até o Rio de Janeiro; mas os grandes Estados — Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul — foram respeitados mediante acordos tácitos que incluíam a permanência da política de valorização do café. Posteriormente, o governo do marechal Hermes ainda teria que enfrentar dois problemas: a Guerra Santa do Contestado e a luta contra os romeiros armados do padre Cícero Romão Batista, em Juazeiro. Em ambos os casos houve intervenção de tropas federais.

Depois de deixar a presidência, Hermes da Fonseca foi eleito senador pelo Partido Republicano Conservador, mas com o assassinato de Pinheiro Machado, preferiu não assumir. Em 1920, viu-se implicado na crise da sucessão de Epitácio Pessoa. Eleito presidente do Clube Militar, apoiou Nilo Peçanha, participou de um incidente, em virtude do qual foi preso por algumas horas. Em 1922, foi envolvido na revolta do forte de Copacabana, sendo novamente preso. Permaneceu na prisão por seis meses, ao fim dos quais retirou-se para Petrópolis, onde morreu a 9/9/1923.

- Os couraçados *São Paulo* e *Minas Gerais*, sob o comando do marinheiro João Cândido, revoltam-se exigindo a extinção do regime da chibata (22/11).

REVOLTA DOS MARINHEIROS

A reforma da Armada brasileira, que chegou a ser a terceira força naval do mundo nos primeiros anos da República, exigia tripulações numerosas que eram recrutadas através de voluntariado ou sorteio. Para manter a disciplina a bordo, a oficialidade contava com um código de castigos que ia de três dias de solitária a 25 chibatadas e, para as faltas mais graves, um conselho de guerra. Nos grandes navios, onde havia tripulações de 1 200 homens, a disciplina era mantida fundamentalmente com a chibata. A Revolta dos Marinheiros, dirigida principalmente contra a "lei da chibata", ocorreu em três encouraçados e um cruzador — o *Minas Gerais*, o *São Paulo*, o *Deodoro* e o *Bahia* — que estavam na baía da Guanabara. O mentor da insurreição foi o marinheiro João Cândido, que assumiu o comando da poderosa esquadra sublevada e, no mesmo dia, 22/11/1910, exigiu pelo telégrafo ao presidente da República, marechal Hermes da Fonseca, a eliminação do humilhante castigo corporal, sob pena de bombardear a cidade e os demais navios da Armada. Três oficiais do *Minas Gerais*, que tentaram deter os revoltosos, foram mortos e outros ficaram seriamente feridos; no *São Paulo* e no *Bahia*, morreram oficiais e marinheiros. Ante a ameaça de bombardeio, a população carioca tentou fugir da cidade, criando tumulto. Um parlamentar gaúcho, José Carlos de Carvalho, oficial da Marinha, conseguiu subir a bordo do *Minas* para negociar. A oficialidade chegou a pensar em torpedear os navios, mas João Cândido retirou-os da baía, para evitar o confronto. No dia 25, a Câmara aprovou a anistia para os sediciosos e o atendimento de suas reivindicações. Apesar de anistiado, João Cândido, que havia manobrado seus navios com a perícia de um oficial, foi preso e ficou detido por um ano e meio, sob a acusação infundada de ter manobrado navios da Armada em outro levante — embora em tal oportunidade estivesse do lado do governo, combatendo os revoltosos. Absolvido, deixou a Marinha.

1912 Início da Campanha do Contestado.

GUERRA SANTA DO CONTESTADO

Desde a segunda metade do século XIX, a zona interiorana de Santa Catarina foi palco de uma série de movimentos messiânicos, cuja maior parte foi de caráter local e de pouca duração. Dentre eles destacou-se o do "monge" João Maria, que alcançou grande penetração na população. Vários anos após sua morte, surgiu um outro monge, com o nome de José Maria e que se fazia passar por irmão do primeiro — soube-se depois que ele se chamava Miguel Lucena de Boaventura. Em pouco tempo, o novo monge reuniu em torno de si grande número de fiéis e seus sermões adquiriram caráter político, quando passou a atacar a República. O coronel Francisco de Albuquerque, chefe político da região de Taquaraçu, onde o bando se instalara, denunciou-o ao governo estadual. Tropas estaduais foram enviadas, mas o bando já se havia retirado em direção a Palmas, no Paraná.

Nessa época, os Estados do Paraná e Santa Catarina estavam em conflito a respeito de fronteiras (razão pela qual a região era conhecida como "região do Contestado"), e o governo paranaense considerou a penetração do grupo de José Maria como uma invasão catarinense. Enviou, então, um destacamento policial, sob o comando do coronel João Gualberto. O combate foi violento, morrendo na luta tanto o monge José Maria quanto o coronel João Gualberto. O movimento se dispersou e parecia ter terminado. Mas, em fins de 1913, o fazendeiro Eusébio Ferreira dos Santos, cuja neta tinha visões do monge José Maria, instalou novo agrupamento em Taquaraçu, fundando uma "cidade santa", na qual se daria a volta de José Maria. O movimento cresceu, assustando as autoridades. Diversos ataques foram realizados e repelidos pelos fanáticos; em alguns casos, as tropas chegaram a ser massacradas. A partir de setembro de 1914, as forças legalistas passaram a ser comandadas pelo general Setembrino de Carvalho e pela primeira vez no Brasil a aviação foi utilizada em operações militares. Finalmente, a 31/3/1915, efetuou-se o ataque decisivo contra o reduto de Santa Maria, que cairia em 3/4. Muitos fanáticos conseguiram escapar, formando novos redutos, que foram sendo destruídos pelas forças legais. Os dois últimos — Pedras Brancas e São Pedro — foram aniquilados entre outubro e dezembro de 1915. O mais importante chefe militar do movimento, Adeodato, foi preso e condenado a trinta anos de prisão.

1913 Segundo acordo de imigração.
1914 Venceslau Brás assume a presidência da República (15/11).

VENCESLAU BRÁS PEREIRA GOMES

Nasceu em São Caetano da Vargem Grande (atual Brasópolis), Minas Gerais, a 26/2/1868. Diplomado em 1890 pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi advogado e promotor público em Monte Santo, Minas Gerais. Sua carreira política foi rápida e intensa: deputado estadual de 1892 a 1898; secretário do Interior do governo de Minas Gerais de 1898 a 1902; deputado federal de 1903 a 1908; e presidente do Estado de Minas Gerais de 1909 a 1910, completando o mandato do falecido presidente João Pinheiro. Ao deixar esse cargo, foi eleito vice-presidente da República na chapa do marechal Hermes da Fonseca. Terminando o mandato do marechal e diante das dissensões provocadas pela indicação de Pinheiro Machado — visto com desconfiança por mineiros e paulistas — e de Campos Sales — recusado por outros Estados —, o nome de Venceslau foi proposto como medida conciliatória. Candidato único — tendo Urbano Santos como vice —, seu governo foi marcado, desde o início, pelas tentativas que fez de reconciliar o Partido Republicano Conservador com os situacionistas de Minas e São Paulo, e decorreu em clima de paz. A política das "salvações nacionais" de Hermes da Fonseca entrou em declínio. O assassinato de Pinheiro Machado e a conseqüente decadência do partido que ele liderava concorreram para dar maior liberdade ao governo federal na resolução dos problemas estaduais, que continuavam surgindo no Espírito Santo, Mato Grosso e Pará. No entanto, o país, que vivera um surto de grande prosperidade de 1906 a 1910, começou a sofrer as conseqüências econômicas da I Guerra Mundial, sobretudo a falta de crédito externo. O torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães determinou, a 26/10/1917, a entrada do Brasil no conflito, ao lado dos aliados. Foi declarado o estado de sítio, que vigorou até o fim da guerra, e o governo lançou uma ampla campanha nacionalista destinada a aumentar a coesão das Forças Armadas desgastada por anos de revolta. Pouco antes do fim da guerra, a Câmara Federal decretou a anistia a todos os revoltosos de 1889 a 1915, com exceção dos envolvidos na revolta, ainda recente, dos sargentos. Durante o governo de Venceslau Brás foi promulgado o Código Civil Brasileiro, em vigor desde 1/1/1917, e resolveu-se a questão do Contestado. Terminado seu mandato, Venceslau retirou-se da vida pública e faleceu a 15/5/1966, em Itajubá, Minas Gerais.

Urbano Santos da Costa Araújo — Vice-presidente durante o mandato de Venceslau Brás; reeleito para a vice-presidência na chapa de Artur Bernardes, em 1922, morreu antes de ser empossado. Nasceu a 3/2/1859, em Guimarães, Maranhão. Formado em direito pela Faculdade do Recife, foi juiz do comércio em São Luís do Maranhão e advogado no Rio de Janeiro. Deputado federal e senador pelo Maranhão até 1906. Assumiu interinamente a presidência por motivo de viagem do titular para o exterior (8/9/1917 a 9/10/1917). Após o término de seu mandato foi ministro da Justiça do governo Delfim Moreira e governador do Maranhão de 1918 a 1922. Morreu em viagem do Maranhão para o Rio de Janeiro, em 7/5/1922.

1915 Lei de emergência: emissões internas para acudir as classes produtoras (28/8).
- Instala-se no Brasil o National City Bank of New York.
- Pinheiro Machado é assassinado no vestíbulo do Hotel dos Estrangeiros no Rio de Janeiro (8/9).

1916 Pacificação da Campanha do Contestado (agosto).

CANGAÇO (LAMPIÃO)

A dura realidade do sertão nordestino, onde predominava uma situação de intensa miséria e de injustiça social, criou, no início do século XX, uma manifestação social caracterizada pelo banditismo — o cangaço. Não se sabe com certeza quando nem como teve início esse movimento. Os relatos sobre o cangaço informam que, por volta de 1916, surgiu no sertão nordestino uma das figuras mais famosas desse movimento: Virgulino Ferreira, o Lampião. Virgulino nasceu em 3/9/1898, no município de Vila Bela (hoje Serra Talhada), em Pernambuco. Sua família foi perseguida pelo "coronel" Nogueira e o conflito resultou na morte de seus pais. Lampião e seus irmãos fugiram para o sertão e se juntaram aos grupos de "bandidos" que ali se refugiavam. Pouco depois (1918/19), começou a ganhar fama no sertão. Até 1927 seu bando agiu no interior da Paraíba e Pernambuco, atacando e aterrorizando cidades e fazendeiros. Mais tarde, todo o sertão (da Bahia, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará) contava e cantava as façanhas de Lampião e seu bando. Os domínios do cangaço se estenderam e a fama de Lampião, aliada ao medo que seu nome despertava, cresceu entre o povo nordestino. Os governos estaduais e o federal preocupavam-se cada vez mais com o movimento, que contava com a proteção de grande parte da população pobre da região e até de atemorizados fazendeiros. Apesar de várias tentativas feitas para acabar com o cangaço, somente em 8/7/1938, uma tropa sob o comando do capitão João Bezerra conseguiu cercar de surpresa os cangaceiros, na fazenda dos Angicos, onde onze deles morreram, entre os quais Lampião e Maria Bonita, sua companheira. Suas cabeças foram cortadas e, durante muitos anos, conservadas no museu da Faculdade de Medicina da Bahia. Depois da morte do "Rei do Cangaço", os bandos de cangaceiros foram desaparecendo.

1917 Promulgação do Código Civil Brasileiro (1/1).
- O Congresso aprova lei de auxílio à lavoura do café (28/8).
- Entrada do Brasil na I Guerra Mundial (outubro).

1918 Rodrigues Alves, eleito para a presidência da República, não toma posse por motivo de doença: o vice-presidente eleito, Delfim Moreira, assume o poder até a indicação de um outro presidente (15/11).

DELFIM MOREIRA DA COSTA RIBEIRO

Delfim Moreira nasceu em Cristina, Minas Gerais, em 1868. Estudou no Seminário de Mariana e cursou direito em São Paulo, onde se diplomou em 1890. Deputado estadual de 1894 a 1902, foi nomeado nesse ano secretário do Interior de Minas Gerais, pelo governador Francisco Sales. Per-

maneceu no cargo até 1906. No ano seguinte foi eleito senador estadual e, em 1909, deputado federal, cargo a que renunciou no ano seguinte, quando foi novamente nomeado secretário do Interior de Minas Gerais. Presidente daquele Estado em 1914, ocupou o cargo até 1918, quando foi eleito vice-presidente da República na chapa de Rodrigues Alves. Como o presidente eleito não pudesse assumir, Delfim Moreira foi empossado e manteve o ministério que Rodrigues Alves nomeara. Mas seu estado de saúde também não era bom e foi Afrânio de Melo Franco, o ministro da Viação, quem assumiu temporariamente os encargos do governo. Após a morte de Rodrigues Alves, Delfim Moreira assumiu a presidência, permanecendo no cargo até a eleição de Epitácio Pessoa; mas continuou na vice-presidência até sua morte em 1920, quando foi substituído por Francisco Álvaro Bueno de Paiva.

1919 Epitácio Pessoa, eleito, assume a presidência (28/7).

EPITÁCIO DA SILVA PESSOA

Nasceu em Umbuzeiro, Paraíba, a 23/5/1865. Em 1886, formou-se na Faculdade de Direito do Recife. Depois de ocupar o cargo de promotor público em Bom Jardim e Cabo, Pernambuco, foi indicado em 1889 como secretário geral da Paraíba. Deputado da Constituinte Republicana e partidário de Deodoro, passou à oposição durante o governo de Floriano Peixoto. Em 1898, no governo de Campos Sales, aceitou a pasta da Justiça e tornou-se o coordenador da "política dos governadores", além de dar andamento ao Código Civil, confiando sua redação a Clóvis Beviláqua. Nomeado ministro do Supremo Tribunal em fins de 1901, permaneceu no cargo até se aposentar em 1912. Voltando à política, foi eleito senador federal pela Paraíba em 1912 e 1915. Em 1919, nomeado para a Comissão de Justiça e Legislação do Senado Federal, renunciou, para presidir a delegação brasileira à conferência de paz de Versalhes, no lugar de Rui Barbosa, que recusara a indicação. Durante sua ausência, morreu o presidente eleito Rodrigues Alves. Para as novas eleições, a serem realizadas em abril de 1919, foi proposto o nome de Epitácio Pessoa que, na convenção situacionista, venceu o de Rui Barbosa e foi eleito presidente. Recebendo com surpresa a sua indicação, ele regressou ao Brasil pouco antes de ser empossado na presidência. Apesar do clima favorável a seu governo, Epitácio logo provocou controvérsias ao nomear dois civis para as pastas da Guerra e da Marinha. Além da situação financeira se agravar — o que exigia que o Brasil contraísse pesadas dívidas externas —, suas atitudes autoritárias foram a causa de choques com os governos de alguns Estados e com os militares. O descontentamento provocou a antecipação da campanha sucessória, o que veio acrescentar mais um ponto de tensão à já conturbada política desse período. As dissensões entre os partidários de Artur Bernardes — apontado por São Paulo e Minas Gerais — e de Nilo Peçanha, fundador do Movimento de Reação Republicana — apoiado por Hermes da Fonseca e pelos militares —, acarretaram uma série de incidentes, dos quais o mais grave foi a Revolta do Forte de Copacabana. Diante dessa crise, Epitácio Pessoa decretou o estado de sítio e deu início a intensa repressão, reforçada por severa lei de imprensa. Terminou seu mandato com o controle da situação. Em 1923, foi nomeado juiz da Corte Internacional de Haia, cargo em que permaneceu até 1930, sem deixar de acompanhar a política nacional, tendo sido senador de 1924 a 1930. Deu seu apoio a Getúlio Vargas e a João Pessoa, seu sobrinho, quando estes se candidataram pela Aliança Liberal, mas o assassinato de João Pessoa o abalou profundamente, assinalando o declínio de sua carreira política. Morreu a 2/2/1942.

Francisco Álvaro Bueno de Paiva — Vice-presidente no mandato de João Pessoa, nasceu em Caracol, Minas Gerais, em 17/9/1861. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi juiz e promotor público no interior de Minas Gerais, deputado e senador federal. Durante seu período como vice-presidente, exerceu a direção do Senado Federal. Após o término de seu mandato, voltou a ser eleito senador em 1923. Morreu no Rio de Janeiro, em 4/8/1928.

1920 Fundação, no Rio de Janeiro, da primeira universidade brasileira.

1921 Fundação da Belgo-Mineira, primeira indústria siderúrgica brasileira.

- Lei de repressão ao anarquismo (17/1).
- O *Correio da Manhã* publica a primeira carta insultuosa aos militares, atribuída a Artur Bernardes (9/10).

1922 Fundação do Partido Comunista Brasileiro, filiado à III Internacional (25—27/3).

- Semana de Arte Moderna (11, 15 e 17/2).
- Início do movimento tenentista; revolta dos Dezoito do Forte de Copacabana (5/7).

TENENTISMO

A partir de 1922 ocorreram, no Brasil, diversas revoltas contra o poder central, que culminaram na Revolução de 1930. Quase todas elas tinham como base ideológica as aspirações de uma classe média em ascensão, que se chocavam com o rígido esquema de poder estruturado pelas oligarquias agrárias. Tais aspirações encontraram eco nas fileiras do Exército, sobretudo entre oficiais de baixa patente — na sua maioria, tenentes — de onde decorreu a denominação "tenentismo". O programa dessas revoluções era bastante vago, insistindo principalmente na necessidade do voto secreto e da moralização dos costumes políticos.

O primeiro episódio do movimento tenentista foi a **Revolta do Forte de Copacabana**. No final do governo de Epitácio Pessoa, o país atravessava séria crise econômica, que criava descontentamento entre a população. As Forças Armadas, divididas quanto à solução para a crise, freqüentemente entravam em sérios conflitos. Epitácio Pessoa mandou fechar, nessa época, o Clube Militar. Dois meses depois, a 5/7/1922, revoltaram-se as guarnições dos fortes de Vigia e de Copacabana. Os rebeldes contavam com a adesão de outras guarnições, mas estas falharam. A Escola Militar do Realengo chegou a sair do quartel, mas no caminho foi detida e desarmada por uma tropa legalista. O forte da Vigia mal chegou a disparar um tiro; o de Copacabana, sob as ordens de Euclides Hermes da Fonseca, ameaçou o Palácio do Catete (sede presidencial) com canhões durante dois dias. O capitão Euclides foi preso quando se dirigia ao Catete para entender-se com o governo. De lá, pelo telefone, ordenou à sua guarnição que se rendesse. Alguns dos insurgentes (dezessete) não concordaram e marcharam pela praia de Copacabana, comandados pelo tenente Siqueira Campos. A coluna passou a ter dezoito membros com a adesão do civil Otávio Correia. Como não obedeceram à intimação para que se rendessem, foram atingidos por uma descarga de fuzil. Da insurreição assim liquidada, restou a legenda histórica dos "18 do Forte", que prenunciou a era dos tenentes do Brasil.

Dois anos mais tarde eclodia uma das movimentações mais típicas do tenentismo: a **Revolução Paulista de 1924**. Desde 1923, um grupo de oficiais e alguns civis conspiravam contra o governo de Artur Bernardes. Embora estendida por todo o país, a conspiração concentrava-se em São Paulo, liderada pelo general Isidoro Dias Lopes, pelo major Miguel Costa, por João Cabanas e Joaquim Távora e contando com o apoio da Força Pública Estadual.

Na madrugada de 5 de julho, São Paulo caiu na mão dos revoltosos. Três dias depois, o governador do Estado, Carlos de Campos, entregou a cidade ao comando revolucionário. O governo federal, tomado de surpresa, mobilizou suas forças (14 mil legalistas contra 3 500 revoltosos) e bombardeou a cidade às cegas, atingindo residências particulares e civis assustados. No fim de julho, o comando revolucionário retirou suas tropas para o interior do Estado, pois não havia recebido os reforços que esperava. A primeira etapa da retirada foi a cidade de Bauru. Dali parte das tropas dirigiu-se para o sul (Coluna Paulista), onde se encontrou com as forças do capitão Luís Carlos Prestes. Outra parte se dirigiu para Catanduva, onde capitulou depois de alguns meses de resistência.

As tropas do capitão Luís Carlos Prestes haviam surgido no Rio Grande do Sul, como decorrência da Revolução de 1924. Quando se uniram à Coluna Paulista, formaram um novo destacamento revolucionário, a **Coluna Prestes**, que, por quase três anos, percorreu o interior do Brasil. Adotando táticas de guerrilha, pretendia obter a adesão popular para o movimento, que tinha como objetivo a punição dos políticos corruptos e o voto secreto, entre outras coisas.

Comandada por Luís Carlos Prestes e Miguel Costa a Coluna percorreu 36 000 km através de quase todos os Estados brasileiros, e travou uma série de combates, efetuando brilhantes manobras militares. Como o governo de Bernardes, principal inimigo, havia terminado menos de três meses antes, os revolucionários resolveram se dispersar.

O movimento tenentista preparou o terreno para a **Revolução de 1930**, tanto pela formação de quadros militares e políticos, quanto pela divulgação de reivindicações políticas que seriam encampadas pelos revolucionários de 30.

- Artur Bernardes assume a presidência da República (15/11).

ARTUR DA SILVA BERNARDES

Nasceu em Viçosa, Minas Gerais, a 8/8/1875. Estudou direito em Ouro Preto e em São Paulo, onde se formou em 1900. Ainda jovem, ingressou na política como vereador e depois presidente da Câmara Municipal de Viçosa. Em 1907, foi eleito deputado estadual; em 1909, deputado federal; em 1910, nomeado secretário das Finanças de Minas Gerais; em 1915, retornou à Câmara Federal; e em 1918 foi eleito presidente de Minas Gerais.

Eleito presidente da República em 1922, após uma campanha agitada, Bernardes tomou posse já sob estado de sítio, decretado pelo Congresso. Um dos seus primeiros atos — valendo-se desses poderes excepcionais — foi fechar o *Correio da Manhã* (jornal que publicara cartas atribuídas a ele e que continham pesados insultos dirigidos ao marechal Hermes da Fonseca) e mandar prender seu diretor, Edmundo Bittencourt. Anulou atos da Assembléia do Rio de Janeiro para forçar a vitória de seu candidato à presidência do Estado, e assegurou, com o envio de tropas federais, a derrota de seu inimigo, J. J. Seabra, candidato ao governo baiano.

Vários oposicionistas foram expurgados do Congresso e seus inimigos políticos foram presos e desterrados para a Amazônia (os militares eram enviados para servir em unidades longínquas). Após a aprovação de uma lei de imprensa, que mantinha os jornais sob censura, o estado de sítio foi suspenso a 23/12/1923; mas seria novamente declarado quando das insurreições que eclodiram em São Paulo e no Rio Grande do Sul, e dessa vez para persistir até o fim do governo Bernardes.

Após deixar a presidência (15/11/1926), Artur Bernardes passou na Europa a maior parte do governo de Washington Luís. Em 1929, foi eleito senador e, em 1930, rompeu com o governo. Em 1932, tentou organizar em Minas um movimento de apoio à rebelião paulista, mas foi preso e teve que se exilar. Em 1935, regressou ao Brasil, para assumir a presidência do Partido Republicano Mineiro e um mandato de deputado federal, que cumpriu até 1937, quando o Parlamento foi fechado. Em 1943, assinou o Manifesto dos Mineiros e, em 1945, quando Vargas foi deposto, apoiou a candidatura de Eduardo Gomes, ligando-se à União Democrática Nacional. Em 1946, participou da Assembléia Constituinte. A partir de 1948, dedicou-se à campanha pela criação da Petrobrás. Eleito deputado em 1954, morreu no Rio de Janeiro a 23/3/1955.

Estácio de Albuquerque Coimbra — Vice-presidente durante o mandato de Artur Bernardes. Nasceu em Barreiros, Pernambuco, em 1872. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1892, foi deputado e senador federal. Durante sua vice-presidência, exerceu a direção do Senado Federal. Após o término de seu mandato, foi presidente de Pernambuco (1926—1930); em 1930, exilou-se na Europa. Morreu no Rio de Janeiro, em 1937.

1923 Intervenção no Estado do Rio de Janeiro; Aureliano Leal é nomeado interventor.

- Fundada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, primeira emissora comercial brasileira.
- Eclode, no Rio Grande do Sul, a **Revolução de 1923**, em conseqüência da situação iniciada no ano anterior, quando dois candidatos concorreram ao governo do Estado: Joaquim Francisco de Assis Brasil, da Aliança Liberal, e Antonio Augusto Borges de Medeiros, indicado pela quinta vez pelo Partido Republicano. A 20/12/1922, os opositores, da Aliança Liberal, contestaram a validade da apuração e pediram a formação de um Tribunal Arbitral que, a 16/1/1923, concluiu pela vitória de Borges de Medeiros, que tomou posse a 25/1; diante disso, a oposição iniciou tumultos para forçar uma intervenção federal; os combates se alastraram pelo interior e perduraram até agosto; o governo tentou conciliações, mas só em novembro, com a mediação do general Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra, é que se iniciaram os entendimentos.

1926 Washington Luís é eleito presidente da República para o quadriênio 1926/30, assumindo no dia 15 de novembro.

WASHINGTON LUÍS PEREIRA DE SOUSA

Nasceu em Macaé, Estado do Rio de Janeiro, a 26/10/1869. Formando-se em 1892 pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi nomeado promotor público da comarca de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro. Trabalhou depois em Batatais, São Paulo, principal centro cafeeiro da época, onde foi vereador e presidente da Câmara Municipal. De 1898 a 1904, ocupou a intendência do município, sendo então eleito para o Congresso de São Paulo no triênio 1904-1906. Em 1905, foi nomeado para a Secretaria de Justiça e Segurança Pública de São Paulo, cargo que ocupou até 1912. Durante as eleições presidenciais de 1910, deu

seu apoio à campanha civilista de Rui Barbosa. Em 1912, deixou a Secretaria de Estado para ocupar a prefeitura de São Paulo, permanecendo nesse cargo até 16/8/1919, quando se candidatou pelo Partido Republicano Paulista à presidência do Estado. Durante seu governo lançou o lema que caracterizaria sua futura atuação na presidência da República: "Governar é abrir estradas". Senador em 1924, dois anos depois seu nome foi escolhido quase por unanimidade pela convenção de seu partido para a candidatura à presidência. Eleito, tomou posse a 15/11/1926. Durante seu quadriênio procurou dinamizar a economia, corrigindo as distorções decorrentes da instabilidade monetária. Para isso, alterou o valor da moeda, cujo câmbio não variava desde 1846, e planejou uma nova moeda — o cruzeiro —, que seria posta em circulação anos depois, já sob o Estado Novo. Continuou sua política de expansão rodoviária, chegando a usar criminosos comuns nas construções.

A sucessão de Washington Luís provocou uma cisão na hegemonia política da velha oligarquia, que trouxe consigo o fim da Primeira República. Proposto o nome de Júlio Prestes como candidato, dezessete Estados deram-lhe seu apoio. Mas os líderes dos três Estados restantes — Antônio Carlos, de Minas Gerais, Getúlio Vargas, do Rio Grande do Sul, e João Pessoa, da Paraíba — opuseram-se a esse candidato e formaram um partido, a Aliança Liberal, que propôs o nome de Getúlio. Júlio Prestes venceu facilmente as eleições de 30/1/1930, embora a oposição contestasse o resultado, alegando fraude. A crise intensificou-se com o assassinato, a 26/7, de João Pessoa. Iniciada a revolução, os militares, que até então vinham apoiando o presidente, pediram sua renúncia. Entregando o poder a 24/10, Washington Luís partiu para a Europa, num exílio voluntário que duraria dezessete anos. Voltou ao Brasil em 1947, com o país já reconstitucionalizado, mas não participou mais da política. Morreu em São Paulo, a 4/8/1957.

Fernando de Melo Viana — Vice-presidente durante o mandato de Washington Luís. Nasceu em Sabará, Minas Gerais, em 15/3/1878 e diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, em Ouro Preto. Foi juiz de direito no interior do Estado, secretário do Interior, deputado estadual e presidente do Estado de Minas Gerais. Após seu mandato como vice-presidente, presidiu a Assembléia Constituinte de 1946 e o Senado Federal até 1950. Morreu no Rio de Janeiro, em 1954.

1927 Organiza-se a primeira empresa brasileira de aviação comercial, a Varig.

- Washington Luís promulga a chamada "Lei Celerada", que permite a repressão a atividades políticas e sindicais operárias.

1929 Fundação da Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGT), de curta existência.

- A crise financeira internacional abala a estrutura da comercialização do café, provocando excesso de encalhe do produto.

REVOLUÇÃO DE 1930

A grande depressão mundial, desencadeada pelo "crack" da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, veio colaborar, no Brasil, para o agravamento de um estado geral de insatisfação já existente: trabalhadores e classe média viviam num clima de instabilidade, pelo fato do sistema político existente não atender mais às necessidades do ainda incipiente desenvolvimento industrial capitalista. Dominava o país uma oligarquia agrária e latifundiária. A "política do café com leite" fazia alternarem-se no poder, desde 1894, o Partido Republicano Paulista e o Partido Republicano Mineiro, representando os interesses agrários dominantes no país. A indicação de Júlio Prestes (PRP) para a sucessão de Washington Luís provocou a reação do Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais, que se uniram na Aliança Liberal, indicando Getúlio Vargas e João Pessoa como seus candidatos. A Aliança, através de intensa campanha, conseguiu a adesão das massas urbanas; mas a máquina eleitoral do governo, apoiada pelos "coronéis" da oligarquia agrária, conseguiu eleger Júlio Prestes, a 1/3/1930. A 3/10, após intensa conspiração na qual tiveram destacado papel os "tenentes" das revoltas da década de 20, eclodiu no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e no Nordeste o movimento que colocaria Getúlio Vargas no poder. Dois dias depois, o Rio Grande do Sul estava sob controle revolucionário. No dia 5, uma coluna partiu para Santa Catarina e Paraná, e outra avançou para o norte, pela Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande. Em Minas, os rebeldes conseguiram dominar Belo Horizonte em cinco dias. No Nordeste, o movimento iniciou-se no dia 4. A primeira tentativa de tomar Recife frustrou-se; mas a cidade foi dominada por Juarez Távora, líder da rebelião nordestina, que conseguira reforços na Paraíba. Nos demais Estados do Nordeste quase não houve resistência. No dia 14, tropas mineiras invadiram o Espírito Santo. Maior resistência foi encontrada em São Paulo, Bahia, Pará e Rio de Janeiro. No entanto, na madrugada do dia 24, os generais João de Deus Mena Barreto, José Fernandes Leite de Castro, Firmino Borba, Pantaleão Teles Ferreira e outros intimaram o presidente da República a deixar seu posto, ordenando a cessação de fogo a todos os comandos. As forças revolucionárias entraram no Rio de Janeiro. Uma junta militar formada por Tasso Fragoso, Mena Barreto e Isaías Noronha assumiu o poder e o manteve até 3/11/1930, quando ele foi transferido para Getúlio Vargas.

Augusto Tasso Fragoso — Nasceu no Maranhão em 1869. Estudou na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, e participou, como alferes-aluno, da proclamação da República. Elegeu-se deputado à Constituinte pelo Maranhão, em 1891. Seguiu carreira militar, tendo sido, no governo Hermes da Fonseca, adido militar do Brasil na Argentina e, no governo Venceslau Brás, chefe da casa militar da presidência. Em 1922, chefiou o Estado-Maior do Exército. Vitoriosa a Revolução de 1930, integrou a Junta Governativa que substituiu Washington Luís. Tasso Fragoso morreu no Rio de Janeiro, em 1945.

João de Deus Mena Barreto — Nasceu em Porto Alegre, em 1874. Cursou a Escola Militar do Rio Grande do Sul. Ainda cadete, participou da repressão aos federalistas de 1892. Concluiu o curso na Escola Militar da Praia Vermelha com a patente de alferes e seguiu a carreira militar, tendo chegado ao posto de general-de-divisão. Teve participação destacada na Revolução de 1930 e integrou a Junta Governativa. Posteriormente foi interventor federal no Rio de Janeiro e ministro do Supremo Tribunal Militar, destacando-se ainda durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Morreu no Rio de Janeiro em 1933.

José Isaías de Noronha — Nasceu no Rio de Janeiro em 1873. Cursou a Escola Naval e atingiu na Marinha o posto de almirante. Foi comandante-em-chefe da esquadra e presidiu, durante oito anos consecutivos, o Clube Naval. Integrou a Junta Governativa até a entrega do poder a Getúlio Vargas. Morreu no Rio de Janeiro em 1963.

1930 Getúlio Vargas assume o poder como presidente provisório (3/11).

GETÚLIO DORNELLES VARGAS

Nasceu em São Borja, Rio Grande do Sul, em 19/4/1883. Iniciou carreira militar, chegando a matricular-se na Escola Preparatória e Tática de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, mas abandonou-a em 1902. Passou então a estudar na Faculdade de Direito de Porto Alegre, onde se formou em 1907. Era militante do movimento castilhista. Nomeado promotor público em Porto Alegre, abandonou a função pouco tempo depois, para exercer a advocacia em sua cidade natal. Elegeu-se para a Assembléia de Representantes do Estado nos períodos de 1909, 1913 e 1917, sucessivamente. Em 1922, foi eleito pelo Partido Republicano para a Câmara Federal, onde permaneceria até 1926. Nesse período, sua função foi a de intermediário entre o governo da União e o situacionismo gaúcho. Em 1926, Getúlio assumiu a pasta da Fazenda, que deixou em 1928 para se candidatar ao governo do Rio Grande do Sul. Dali chegou à presidência da República através da crise que culminou com a Revolução de 1930. Embora, até então, tivesse tido o comportamento e a carreira comuns aos políticos da Velha República, sua trajetória no poder foi diferenciada. Buscando apoio em setores populares — que haviam sido mantidos à margem no período anterior —, Vargas inaugurou um tipo de política que ficou conhecido como "populismo". Além de anistiar todos os civis e militares que haviam participado de movimentos revolucionários de 1922 até 1930, Getúlio criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do qual saíram medidas que lhe garantiram o apoio popular: a lei dos dois terços, as férias remuneradas, os institutos de aposentadoria, a assistência médica, a fixação dos horários de serviço, a lei da estabilidade. Além disso, reorganizou o movimento sindical de cima para baixo, criando, ao mesmo tempo, um canal para as reivindicações populares e uma dependência deste movimento em relação ao Estado. Com isso, garantia o apoio das massas, ao mesmo tempo em que criava uma forma de controlá-las.

Durante os quinze anos em que ficou no poder, enfrentou diversas revoltas (ver *Período Vargas*) até ser deposto em 1945. Além do aspecto populista, a administração Vargas orientou-se cada vez mais para o nacionalismo, sobretudo durante o Estado Novo. Nesse sentido, a 29/4/1938, foi criado o Conselho Nacional de Petróleo, pelo decreto-lei n.º 395, que preparava o caminho para a futura implantação da Petrobrás.

Após sua deposição, em 1945, Getúlio retirou-se para São Borja, de onde orientou a criação de dois dos grandes partidos do período, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD). Apoiou a candidatura do general Dutra, que foi eleito presidente. Em seguida, concorreu a uma cadeira no Senado, sendo eleito com 1 300 000 votos, o que atestava sua popularidade. Em 1950, candidatou-se novamente à presidência pelo PTB, obteve 3 849 000 votos, e venceu facilmente seus opositores, Eduardo Gomes (UDN) e Cristiano Machado (PSD).

Em seu segundo mandato, retomou e radicalizou sua orientação nacionalista. A implantação do monopólio estatal do petróleo e a criação da Petrobrás, e a nacionalização da energia elétrica por meio da Eletrobrás, foram suas metas prioritárias. Tentou apoiar-se nos sindicatos, mas vivia cada vez mais isolado politicamente, sofrendo os ataques de uma oposição cerrada, cujo líder era o jornalista Carlos Lacerda. Esta oposição, que representava os interesses contrariados pela política nacionalista de Vargas, articulados em torno da UDN, tinha o apoio de grande parte dos militares e pretendia levar o presidente à renúncia. Em 5/8/1954, um atentado contra Lacerda provocou a morte do major-aviador Rubem Florentino Vaz. Diante disso, a Aeronáutica instaurou um inquérito policial-militar, durante o qual foram proferidas acusações de envolvimento ao poder central. As Forças Armadas, então, exigiram que Vargas abandonasse a presidência. Confrontado com a iminência da renúncia ou da deposição, Vargas suicidou-se com um tiro no peito, na manhã de 24 de agosto de 1954. Deixou uma "carta-testamento", onde acusa os inimigos da nação como responsáveis por seu suicídio.

- Fundação do Conselho Nacional do Café.

PERÍODO VARGAS

O período de quinze anos em que Vargas permaneceu no poder foi pleno de acontecimentos que transformaram a política e a economia do país. A tendência populista de sua administração permitiu a participação de setores anteriormente marginalizados (classe média e massas populares urbanas), ao mesmo tempo em que institucionalizou e controlou os movimentos dessas parcelas da população. Se nas décadas anteriores os operários haviam feito greves violentas e tinham organizações sindicais quase clandestinas, durante o período Vargas vão ter seus sindicatos legalizados e postos sob o controle do Ministério do Trabalho. Em termos gerais, o período é favorável à industrialização, embora Vargas procurasse compatibilizar sua política com os interesses das oligarquias agrárias. O que torna as coisas diferentes é que, nesse momento, tais setores encontram-se fora do poder: em relação aos antigos donos do poder, a política de Vargas é mais uma política de concessões.

Os conflitos que vão ter lugar na época têm origem tanto no ressentimento criado pela deposição dos setores agrários, quanto na radicalização ideológica que, acompanhando o que então ocorria no resto do mundo, divide os setores politicamente ativos entre as tendências de esquerda (comunistas) e de direita (integralistas).

O primeiro conflito do período foi a **Revolução Constitucionalista de 1932**. A oligarquia agrária de São Paulo esperava por uma oportunidade de revanche; e o fato de Vargas governar sem apoio de uma Constituição vem fornecer o motivo imediato para a movimentação. O Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático uniram-se, formando a Frente Única, que tinha como objetivo evitar a interferência dos comandos militares instalados em São Paulo e derrubar os interventores nomeados pelo governo. No curso das manifestações populares realizadas, ocorreram diversos incidentes violentos. Num deles, a 23/5/1932, morreram quatro jovens: Mário Martins de Almeida, Euclides Bueno Miragaia, Antônio Américo Camargo de Andrade e Dráusio Marcondes de Sousa. As iniciais de seus sobrenomes deram origem à sigla MMDC, que denominou uma nova entidade de agitação, para substituir a Guarda Paulistana. A Frente Única uniu-se ao MMDC. Vargas, preocupado com os acontecimentos, marcou a data das eleições da Constituinte para o ano seguinte. Tal medida, entretanto, não serenou os ânimos paulistas. A 9/7/1932, eclodiu a Revolução Constitucionalista em São Paulo. Os paulistas organizaram um enorme exército de voluntários que travou violentos combates com as tropas do governo. A 27/9, após vários combates, o chefe da Força Pública, Herculano de Carvalho, assinou a rendição de sua tropa, atendendo a um pedido do general Góes Monteiro. Mas as demais facções constitucio-

nalistas não estavam sabendo da decisão de Herculano, e a situação dos paulistas agravou-se bastante. Dois dias depois, Bertoldo Klinger, comandante das tropas revolucionárias, pediu a cessação das hostilidades. Em 1934, a eleição da Constituinte e a promulgação da Constituição vieram acalmar São Paulo, principalmente com a nomeação do paulista Armando de Sales Oliveira para a interventoria naquele Estado.

Sucedendo a Lei de Organização do Governo Provisório, vigente desde 11/11/1930, a Constituição de 1934 foi promulgada em 16/9/1934, pela Assembléia Constituinte instalada no ano anterior. Liberal, muito influenciada pela Constituição alemã de Weimar, aceitou todas as agremiações políticas; reelaborando o processo eleitoral, institucionalizou a intervenção estatal no domínio econômico, e fixou as conquistas trabalhistas, instituindo o salário mínimo e criando a representação sindical no Congresso Federal. Ainda em 1934, o Congresso Nacional elegeu Getúlio Vargas presidente.

Mas o processo de radicalização ideológica que se desenrolava no mundo começou a repercutir também no Brasil. Crescia o Movimento Integralista, inspirado na ideologia do fascismo. Para combatê-lo, surgiu a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que tinha como programa "combater o imperialismo anglo-americano e o fascismo, pela liberdade". O Partido Comunista foi o polarizador da ANL, na pessoa de Luís Carlos Prestes, que assumiu a direção do movimento. A ANL atraiu para si grande número dos antigos partidários da Revolução de 1930 que, insatisfeitos com o desenvolvimento do processo político, continuavam a conspiração nos moldes do tenentismo. Assustado com as agitações que cresciam, Getúlio Vargas mandou fechar a ANL e prender alguns de seus partidários. Isso precipitou a atividade conspirativa que, agora, visava uma insurreição armada para levar a ANL ao poder. Esse movimento ficou conhecido como **Intentona Comunista**. INTENTONA

A 27/11/1935, a sublevação foi iniciada no 3.º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro, sob o comando de Agildo Barata, Álvaro de Sousa e José Leite Brasil. Na Escola de Aviação, o levante foi comandado pelos capitães Agilberto Vieira de Azevedo e Sócrates Gonçalves da Silva. Os rebeldes cariocas foram dominados no dia seguinte pelas forças legalistas chefiadas pelos coronéis Eduardo Gomes e Ivo Borges. Além do Rio de Janeiro, o movimento teve repercussões em Natal e Recife. A revolta em Natal havia começado em 23/11, no quartel do 21.º Batalhão de Caçadores, sob o comando do sargento Clementino Diniz Henriques. Os rebeldes tomaram a cidade e, quatro dias depois, foram derrotados pelas forças do governo. Em Recife, a revolta eclodiu em 25/11, no 29.º Batalhão de Caçadores, sob o comando dos capitães Silo Meireles e Otacílio Lima e do tenente Lamartine Coutinho. Em vinte e quatro horas, os insurretos foram dominados pelas forças legalistas.

A Ação Integralista, chefiada por Plínio Salgado, apoiava Getúlio e as medidas autoritárias que este tomava, enquanto as oligarquias tradicionais preparavam-se para substituí-lo. Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, pretendia vir a ser o novo presidente, e São Paulo apresentou um candidato para as eleições de 1938: Armando de Sales Oliveira. No dia 7/9/1937, o general Góes Monteiro enviou suas tropas para o Rio Grande do Sul, a pretexto das comemorações do Dia da Pátria, mas, na realidade, para dominar a situação. Flores da Cunha fugiu para o Uruguai e foi substituído pelo General Daltro, da confiança de Getúlio. Para resolver o problema de São Paulo, a única solução era evitar as eleições de 1938. Para isso divulgou-se o Plano Cohen (corruptela de Bela Kuhn — antigo líder comunista húngaro), do general Olímpio Mourão Filho. O plano, que divulgava os objetivos de um suposto golpe comunista, tinha como meta criar um clima de terror entre a população, para justificar um golpe que permitisse a Getúlio continuar no poder.

No dia 15 de outubro, o Ministério aprovou a intervenção nas forças públicas estaduais, intimidando os Estados que não queriam aderir ao golpe. No dia 1.º de novembro, os integralistas promoveram um grande desfile diante do Palácio do Catete, demonstrando suas forças, solidários com o governo. Getúlio havia marcado o golpe para o dia 15 de novembro, mas, no dia 9, foi lida na Câmara dos Deputados uma denúncia feita pelo candidato paulista, que pedia o apoio dos chefes militares para a "legalidade sobreviver". O golpe tinha sido revelado. Na manhã do dia 10, o Exército e a polícia militar cercaram a Câmara e o Senado. Nesse mesmo dia, Getúlio Vargas outorgou a nova Constituição, redigida em 1936 por Francisco Campos. O **Golpe do Estado Novo** havia instituído novo regime no país. GOLPE ESTADO NOVO

A Constituição de 10 de novembro de 1937 quebrou o princípio de harmonia e independência dos três poderes, pois o presidente controlava o Judiciário e o Legislativo. Além disso, extinguiu os partidos políticos e instituiu o regime corporativo sob autoridade direta do presidente. Era claramente inspirada nos regimes fascistas então existentes na Europa. No entanto, não chegou, na verdade, a vigorar, pois até sua deposição em 1945, Getúlio governou através de decretos-lei com força constitucional.

A 2/12/1937, Getúlio baixou um decreto fechando todos os partidos políticos, inclusive a Ação Integralista Brasileira. Esta, em conseqüência, mudou seus estatutos, tornando-se um clube cívico-recreativo e pôde, assim, continuar suas atividades. Mas os integralistas ficaram irritados com o que consideraram uma "traição" de Getúlio, a quem haviam apoiado até recentemente. Tendo Plínio Salgado como chefe nacional, alguns integralistas mais exaltados, sob a direção de Belmiro Valverde, planejaram o ataque ao palácio do governo, para matar Getúlio e assumir o poder. A 11/5/1938, eclodiu a **Revolta Integralista**: o Palácio Guanabara foi invadido. A guarda do palácio resistiu ao primeiro ataque e, em seguida, o presidente e sua família reagiram de dentro do palácio, sustentando a luta durante cinco horas, até chegarem reforços enviados pelo chefe de polícia. Os integralistas foram derrotados devido à sua própria desorganização, e muitos foram feitos prisioneiros.

O desgaste político que o regime de Vargas vinha sofrendo, acelerado pelas violências policiais que marcaram o Estado Novo, foi suavizado pela participação do Brasil na II Guerra Mundial. No entanto, uma vez terminada a guerra, as modificações profundas pelas quais passou o mundo entravam em contradição com o regime vigente no Brasil. A derrota do nazifascismo propiciou, em muitos setores sociais brasileiros, pressões em prol da democracia. Temendo perder o poder, Vargas antecipou-se aos seus opositores, tomando iniciativas democratizantes: em fevereiro, o Ato Adicional marcou eleições gerais; e em abril fez-se a anistia e permitiu-se total liberdade de organização partidária. Ao mesmo tempo, Vargas procurava jogar para manter-se no poder, apoiando-se em seu prestígio junto às massas populares, já que os mesmos militares que haviam sido a caução do Estado Novo iniciavam um movimento para derrubá-lo. Lideravam a facção descontente os generais Pedro Aurélio de Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. Para ganhar tempo, Getúlio assumiu o compromisso de fazer eleger uma nova Assembléia Constituinte, que se incumbiria de criar as normas de um Estado democrático. A 28/5/1945 foi determinado que a 2 de dezembro do mesmo ano seriam realizadas simultaneamente as eleições para a presidência da República e para a Assembléia Constituinte. Candidataram-se o brigadeiro Eduardo Gomes, representante das forças da oposição, e o general Dutra, ex-ministro da Guerra do Estado Novo. Enquanto isso, Getúlio, apoiando-se na classe operária, nos sindicatos e na força crescente dos comunistas, incentivava um movimento continuísta, que recebeu o nome de "queremismo" (de seu *slogan:* "Queremos Getúlio"). Temendo que a pressão popular pudesse alterar o processo de redemocratização, os generais realizaram um movimento, depondo o presidente Getúlio Vargas no dia 29 de outubro daquele ano. Vargas retirou-se para São Borja, encerrando o período de quinze anos em que governou o país.

1939 Getúlio Vargas manifesta a sua neutralidade em face do conflito mundial que então se iniciava na Europa.

1941 Acordo Brasil—Estados Unidos: em troca da permissão de instalação de bases norte-americanas em Natal, Belém e Recife, estes se comprometem a financiar a Companhia Siderúrgica Nacional.

1942 O Brasil declara guerra à Alemanha e seus aliados (22/8).

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA II GUERRA MUNDIAL

Em 1939, com o início da II Guerra Mundial, o Brasil manteve-se neutro, numa continuação da política de Getúlio de não se definir por nenhuma das grandes potências e de se aproveitar das vantagens oferecidas por elas. No entanto, já se desenvolvia uma aproximação com os Estados Unidos (materializada no financiamento de Volta Redonda), quando, a 7/12/1941, o Japão atacou Pearl Harbour, base norte-americana no Pacífico Sul. Nos primeiros dias de 1942, o Brasil rompeu relações com a Alemanha, Itália e Japão, e passou a ceder aos Estados Unidos as bases de Belém, Natal, Salvador e Recife. Nos dias 18 e 19 de agosto de 1942, cinco navios brasileiros (Araraquara, Baependi, Aníbal Benévolo, Itagira e Arara) foram torpedados por submarinos alemães, provocando a morte de 652 pessoas. Diante dessa agressão, o Brasil, a 22/8, declarou-se em estado de beligerância contra os países agressores — Alemanha e Itália. Após fortificar e minar seu litoral, preparou-se para uma intervenção armada no conflito, com a criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), em 23/11/1943. O primeiro semestre do ano seguinte foi de intensos preparativos e, a 2/7/1944, era iniciado o transporte do primeiro escalão da FEB, com destino a Nápoles. Em 8/2 seguiu o último escalão, completando o corpo de 25 334 homens, sob o comando do general João Baptista Mascarenhas de Morais. Incorporada ao V Exército aliado, a FEB entrou em combate em 15/9/1944, participando de várias batalhas no vale do Pó, das quais destacam-se a de Monte Castelo (26/11/1944—21/2/1945), a tomada de Montese (14/4/1945) e a batalha de Collechio (26—27/4/1945). Os brasileiros perderam, durante a campanha, 430 praças e treze oficiais, além de oito oficiais da FAB. A Marinha brasileira participou das escoltas de comboios aliados no Atlântico Sul e patrulhou o litoral brasileiro. A FAB, em missões de patrulha do litoral, chegou a afundar alguns submarinos alemães.

1943 Criado o Território do Amapá.

1944 Criados os Territórios de Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã, Iguaçu e Fernando de Noronha.

1945 Entra em funcionamento a Companhia Siderúrgica Nacional.

- Deposição do presidente Getúlio Vargas por um movimento militar que pede a reconstitucionalização do país; o ministro do Supremo Tribunal, José Linhares, assume interinamente a presidência (29/10).

JOSÉ LINHARES

Nasceu em Baturité, Ceará, a 28/1/1886. Bacharel em direito, foi juiz da 2.ª Pretoria Criminal do Rio de Janeiro (1913), juiz de direito (1928), desembargador (1931) e ministro do Supremo Tribunal (1937). Em 1945, exercia a presidência do STF, ao ser deposto Getúlio Vargas. Ocupou a chefia da nação de 29/10/1945 até 31/1/1946, quando transmitiu o cargo ao novo presidente. Nesse período fixou a data para as eleições presidenciais e também para a nova Assembléia Nacional Constituinte. Morreu em Caxambu, Minas Gerais, a 26/1/1957.

- O marechal Eurico Gaspar Dutra ganha as eleições presidenciais (2/12).

EURICO GASPAR DUTRA

Nasceu em Cuiabá, Mato Grosso, a 18/5/1889. Em 1902 ingressou na Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. Em 1935, já como general-de-divisão, comandou a repressão ao movimento comunista que eclodira no Rio de Janeiro. Em 1936, foi nomeado ministro da Guerra, cargo que ocuparia até 1945, quando participou da destituição de Vargas. Nas eleições presidenciais que se seguiram, concorreu, pelo Partido Social Democrático, com o brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, e com Iedo Fiuza, do PCB.

Vitorioso com 55% dos votos — graças, em parte, ao pronunciamento de Vargas hipotecando-lhe apoio —, Dutra não organizou seu governo com base nos compromissos assumidos com o "pessedismo" e o "trabalhismo". Dizendo-se presidente de todos os brasileiros, aceitou a colaboração de todos os partidos, inclusive da UDN, que fizera forte oposição à sua candidatura. A Assembléia Nacional Constituinte iniciou seus trabalhos de elaboração e uma nova Carta — a Constituição de 18/9/1946. Em abril de 1946, o governo Dutra determinou o fechamento de todos os cassinos e a proibição do jogo em todo o território nacional. Em 1947, sob a alegação de que não se tratava de um partido democrático, e de que servia aos interesses de uma potência estrangeira, colocou na ilegalidade o Partido Comunista Brasileiro; essa medida foi complementada, um ano depois, pela ruptura das relações diplomáticas com a União Soviética.

Dutra completou a institucionalização do regime, com a formação do Conselho Nacional de Economia, do Tribunal Federal de Recursos e das Comissões de Planejamento Regional; propôs a elaboração de um Estatuto do Petróleo, que não tomasse posição nem pelo monopólio estatal nem pela iniciativa privada. Encomendou os primeiros navios petroleiros e construiu as primeiras refinarias; ativou a usina de Paulo Afonso, criou a Companhia Hidrelétrica do São Francisco e a ligação rodoviária São Paulo—Rio de Janeiro (via Dutra). Entretanto, a política econômica desse período foi passível de fortes críticas por parte da oposição que se formou ao final de seu governo, e que o acusava de dilapidar as reservas cambiais acumuladas durante a guerra em uma política de importação maciça de bens de consumo, e de liquidar os estoques do Departamento Nacional do Café.

Findo seu mandato (31/1/1951), Dutra abandonou a política, recusando os contínuos oferecimentos para que voltasse à vida pública. Em 1964, alguns setores militares chegaram a lhe oferecer a presidência, que ele recusou uma vez mais. Morreu no Rio de Janeiro, a 10/6/1974.

1946 A Assembléia Constituinte promulga nova Constituição (18/9).

CONSTITUIÇÃO DE 1946

Promulgada pela terceira Constituinte republicana, a Constituição de 18 de setembro de 1946 unia as tradições de 1891 a uma série de conquistas liberais. Permitia ampla liberdade de organização e expressão, estendendo o direito de voto aos maiores de 18 anos, alfabetizados, e de ambos os sexos. Mas manteve o ranço conservador e corporativo do regime anterior em dois pontos: o da manutenção de uma estrutura sindical atrelada ao Estado, e o de um enunciado constitucional do direito de greve que permitia, na prática, sua proibição por lei ordinária. Devolveu a autonomia aos Estados e municípios, e manteve a interdependência dos três poderes. Depois de ter sofrido mais de vinte emendas e cerca de quarenta atos complementares, foi revogada em 1967, durante o governo Castello Branco.

1948 O Brasil rompe relações diplomáticas com a União Soviética; um ano antes o Partido Comunista Brasileiro fora colocado na ilegalidade.

1949 Elaboração do Plano Salte, atendendo às metas prioritárias de saúde, alimentação, transporte e energia; é o primeiro plano governamental feito no Brasil.

1950 Getúlio Vargas é eleito para a presidência da República.

1951 Concluída a hidrelétrica do São Francisco.

1953 Jânio Quadros é eleito para a prefeitura de São Paulo.

1954 Tentativa de assassinato do jornalista Carlos Lacerda; o envolvimento no crime da guarda pessoal do presidente dá origem a uma crise político-militar que leva Vargas ao suicídio (24/8).

- O vice-presidente eleito, João Café Filho, assume a presidência na vaga de Getúlio Vargas (24/8).

JOÃO CAFÉ FILHO

Nasceu em Natal, Rio Grande do Norte, a 3/2/1899. Bacharel em direito, exerceu o jornalismo, salientando-se por suas posições oposicionistas, que lhe valeram um processo e a condenação à prisão em 1928. Tendo participado da Revolução de 1930, com a qual depois romperia, ocupou o cargo de chefe da polícia em Natal. Eleito deputado federal em 1935, sua atividade como membro da oposição fez com que o exilassem para a Argentina após o golpe de Estado de 1937. De volta ao Brasil, elegeu-se deputado federal na legislatura de 1946—1950, sendo indicado para a vice-presidência em 1951.

Com a morte do presidente Vargas, em 24/8/1954, Café Filho assumiu a chefia do governo. Deu especial importância à Petrobrás, autorizando novas prospecções e acelerando os trabalhos de conclusão da usina de Cubatão. Procurou também restabelecer a tranqüilidade no país, após as convulsões provocadas pela morte violenta de Vargas. Na manhã de 3/11/1955, Café Filho sofreu um distúrbio cardiovascular e foi hospitalizado, sendo substituído pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, que, no entanto, foi derrubado dias depois. Ao deixar o hospital, a 21/11, anunciou a intenção de reassumir o cargo, mas o Congresso declarou-o impedido. Impetrou mandado de segurança perante o Supremo Tribunal Federal, mas seu pedido foi ignorado. Em 1960 ainda foi nomeado para o Tribunal de Contas do Estado da Guanabara, onde morreu a 20/2/1970.

1955 Café Filho afasta-se da presidência por motivo de saúde; assume o cargo o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz (9/11).

CARLOS COIMBRA DA LUZ

Nasceu em 1894, em Três Corações, Minas Gerais. Bacharel em direito, foi promotor público, prefeito de Leopoldina, secretário de Estado, deputado federal por Minas Gerais de 1934 a 1937, e líder da maioria na Câmara dos Deputados. Em 1945 tornou-se ministro da Justiça, ocupando o cargo durante um ano. A 3/11/1955, na qualidade de presidente da Câmara dos Deputados, assumiu interinamente a presidência, por ocasião da doença de Café Filho. No entanto, estando as Forças Armadas convencidas de sua ligação com os setores que queriam impedir a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek, um movimento liderado pelo general Lott o obrigou a renunciar a 11 de novembro. Teve também que renunciar à presidência da Câmara, mantendo apenas a sua cadeira de deputado. Morreu no Rio de Janeiro, em 1961.

- O ministro da Guerra, general Teixeira Lott, antecipando-se a um suposto golpe de Estado que impediria a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek de Oliveira, depõe Carlos Luz e coloca no poder o senador Nereu Ramos (11/11).

NEREU DE OLIVEIRA RAMOS

Nasceu em Lages, Santa Catarina, em 1888. Bacharel em direito, elegeu-se deputado estadual em Santa Catarina, em 1910, e participou das campanhas da Reação Republicana e da Aliança Liberal. Foi um dos fundadores do Partido Liberal catarinense, ingressando depois no Partido Democrático Nacional. Em 1930, elegeu-se deputado federal, mas teve seu mandato cassado pela revolução. Em 1933, foi novamente eleito, participando dos trabalhos da Constituinte de 1934. Eleito governador de Santa Catarina, teve seu mandato interrompido pela decretação do Estado Novo em 1937. Nomeado interventor federal em seu Estado, exerceu esse cargo até 1945. Com o retorno do país à legalidade, fundou o PSD, partido pelo qual se elegeu simultaneamente senador e deputado estadual, optando pelo primeiro posto. Em 1946, foi eleito presidente da Assembléia Constituinte. Em 1949, assumiu a presidência da República pela primeira vez, durante uma viagem do presidente Dutra ao exterior. Deputado federal em 1950, presidente da Câmara de 1951 a 1954 e presidente do Senado em 1955, com a deposição de Carlos Luz (11/11/1955), foi chamado a exercer a presidência da República, pois, de acordo com a Constituição, seu cargo o colocava na linha sucessória. Governou durante todo o tempo em estado de sítio, entregando o cargo a 31/1/1956 ao presidente eleito Juscelino Kubitschek. Após a transmissão do poder, foi convidado a ocupar o Ministério da Justiça (1956—1957). Morreu em 1958, num desastre de avião.

1956 Posse do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira; consolida-se a aliança PSD e PTB (31/1).

JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

Nasceu em Diamantina, Minas Gerais, a 12/9/1900. Formando-se em medicina, viajou para a Europa, onde fez cursos de especialização na França e Alemanha. Ao voltar ao Brasil, tornou-se médico da Polícia Militar, sendo reformado com o posto de coronel. Eleito deputado em 1934, exerceu o cargo até o fechamento do Congresso em 1937. Em 1940, convidado pelo governador Benedito Valadares para assumir a prefeitura de Belo Horizonte, projetou o nome do então desconhecido Oscar Niemeyer, confiando-lhe o planejamento urbanístico e arquitetônico do bairro da Pampulha. Ampliou o perímetro urbano da cidade, construiu novos bairros e os pavimentou.

Candidato ao governo de Minas Gerais, derrotou, em 1950, o udenista Gabriel Passos. Durante o seu governo, sob o *slogan* "Energia e Transporte", criou a Cemig (Centrais Elétricas de Minas Gerais), a Fertisa (Fertilizantes S.A.) e a Frimisa (Frigoríficos Mineiros S.A.), companhias de economia mista, destinadas a acelerar o desenvolvimento do Estado. Abriu mais de 3 mil km de estradas de rodagem e construiu cinco usinas para a produção de energia elétrica. Essas realizações deram-lhe grande popularidade em todo o país. Logo após a morte de Getúlio Vargas, em 1954, lançou sua candidatura à presidência da República pela aliança dos partidos Trabalhista Brasileiro (PTB) e Social Democrático (PSD). Venceu as eleições presidenciais de 1955 com uma diferença de 500 mil votos sobre o segundo colocado, o candidato da UDN, Juarez Távora. Isso representava, porém, apenas 36% dos votos, e a oposição tentou impugnar o resultado do pleito, sob a alegação de que ele não obtivera maioria absoluta; mas um movimento militar, encabeçado pelo general Henrique Teixeira Lott, garantiu a sua posse. No poder, Juscelino lançou o Plano de Metas, cujo *slogan* era "50 anos em 5". Incentivou a indústria naval, lançou as bases da indústria automobilística, deu grande incentivo à siderurgia e ampliou o parque rodoviário. Formulou nova política econômica e social para o Nordeste, com a criação da Codeno (Comissão de Desenvolvimento Econômico do Nordeste), que logo depois foi transformada em Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), e impulsionou as grandes usinas hidrelétricas de Furnas e Três Marias. Mas foi a construção de Brasília a realização mais discutida do governo de Juscelino; iniciadas as obras em 1957, em 1960 já havia se tornado a nova capital do país.

Quanto à política exterior, foi o criador e principal propagandista da Operação Panamericana, que procurou alertar os Estados Unidos para a situação econômica e social da América Latina, e que foi a precursora da Aliança para o Progresso. Durante o seu governo, Juscelino enfrentou, além de forte oposição no Senado, algumas tentativas de insurreição (ver quadro *Jacareacanga e Aragarças*), mas anistiou os revoltosos. Ao deixar a presidência, elegeu-se senador por Goiás. O regime instaurado em 1964, ao eliminar as eleições presidenciais previstas para 1965, levou Juscelino a colocar-se na oposição: junto com Carlos Lacerda e João Goulart, participou das articulações da fracassada "Frente Ampla" de 1967. Por isso, teve seus direitos políticos suspensos e seu mandato cassado. Afastado da vida política, faleceu, em um desastre automobilístico, a 22/8/1976.

1959 Revolta de oficiais da Aeronáutica, em Aragarças.

JACAREACANGA E ARAGARÇAS

Durante o governo de Juscelino Kubitschek ocorreram dois levantes militares com características semelhantes: ambos foram realizados por membros da Aeronáutica que se opunham ao presidente da República e que se situavam, politicamente, próximos à oposição representada pela UDN.

O primeiro deles ocorreu a 11/2/1956, e foi liderado pelo major Haroldo Coimbra Veloso e pelo capitão José Chaves Lameirão, que acusavam Juscelino de desmandos e de continuar a linha política de Getúlio. O levante não conseguiu as adesões que esperava e os rebeldes se refugiaram em Jacareacanga, no Pará. Foram completamente dominados no dia 29 de fevereiro do mesmo ano.

A 2/12/1959, começou a segunda rebelião. Liderada pelo tenente-coronel-aviador João Paulo Moreira Burnier, tinha como objetivo declarado a implantação do estado de sítio no país, com o fim de frustrar um suposto levante comunista que ocorreria no dia 15 de dezembro. Os rebelados possuíam três aviões militares, dos quais se apossaram no aeroporto do Galeão, um avião comercial quadrimotor, seqüestrado em vôo com 38 passageiros a bordo, e um avião particular, trazido de Belo Horizonte. Os revoltosos, depois de dominarem a vila de Aragarças, em Goiás, lançaram um manifesto no qual denunciavam a corrupção do governo e conclamavam o país à rebelião. No entanto, as personalidades políticas com que contava Burnier para dar apoio à sua rebelião não aderiram e os insurretos foram obrigados a desistir. Dois dias depois pediram asilo político na Argentina e na Bolívia. Antes do final de seu governo, Juscelino Kubitschek anistiou todos os implicados nestas rebeliões.

- Criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

1960 Inauguração de Brasília, que se torna a nova capital da República (21/4).

1961 Posse de Jânio Quadros como presidente da República (31/1).

JÂNIO DA SILVA QUADROS

Nasceu em Corumbá, Mato Grosso, a 25/1/1917. Bacharel em direito, exerceu a advocacia e o magistério até 1947, quando se elegeu vereador em São Paulo pelo Partido Democrata Cristão. Em 1950 elegeu-se deputado estadual; em 1953, prefeito de São Paulo, e em 1954, governador do Estado. Sua política de contenção de despesas e de moralização administrativa deu-lhe forte apoio popular. Terminado seu mandato de governador, candidatou-se a deputado federal pelo Paraná, na legenda do PTB. Enquanto isso, negociava sua candidatura à presidência com a UDN, que a referendaria, ao ser lançada, em 1959, pelo Partido Trabalhista Nacional. Jânio venceu as eleições de 1960, com a maior votação que um homem público já recebeu no Brasil: 5 636 623 votos, e foi o primeiro presidente a tomar posse em Brasília (31/1/1961).

Em seu primeiro pronunciamento como chefe da nação, criticou violentamente a situação econômica do país. Três dias após a posse, mandou instaurar inquéritos nas repartições federais para apurar denúncias de corrupção administrativa. Posteriormente, criou o Ministério das Minas e Energia e o da Indústria e Comércio; eliminou os privilégios cambiais que favoreciam os importadores de certos produtos (entre eles o petróleo, o papel e o trigo); e nomeou uma comissão para definir a limitação da remessa de lucros para o exterior, medida que lhe valeu fortes críticas de setores financeiros. Mas foi principalmente no campo da política externa que mais se acentuaram as di-

vergências entre certos grupos políticos e o governo. A política de abertura comercial e diplomática, em relação aos países socialistas, e a defesa do direito dos povos à autodeterminação — notadamente no que dizia respeito à revolução cubana — sofreram violentas críticas. A 19 de agosto, o presidente condecorou com a ordem do Cruzeiro do Sul o ministro cubano Ernesto "Che" Guevara. Cinco dias depois, num violento pronunciamento, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, denunciava um golpe de Estado que estaria sendo articulado pelo ministro da Justiça Oscar Pedroso Horta, para instituir no Brasil uma ditadura janista. Declarou ter sido convidado para participar do golpe e ter recusado. No dia 25, numa súbita decisão que nunca ficou totalmente explicada, Jânio renunciou à presidência, partindo em seguida para a Europa. Voltando ao Brasil, candidatou-se em 1962 ao governo do Estado de São Paulo, mas foi derrotado. Em 1964 teve seus direitos políticos suspensos e em 1968 foi confinado durante quatro meses em Corumbá, por ter feito pronunciamentos políticos. Retornou à vida pública catorze anos depois, em outubro de 1978, quando o Movimento Popular Jânio Quadros o levou a visitar o bairro paulista de Vila Maria, um de seus mais famosos redutos eleitorais. Em novembro de 1979, manifestou desejo de disputar a sucessão de Paulo Maluf ao governo de São Paulo, e em novembro do ano seguinte filiou-se ao PTB, do qual se desligaria sete meses depois. No final de setembro de 1981 resolveu filiar-se ao PMDB, mas, em outubro, teve sua entrada indeferida pela Executiva Nacional do Partido. Finalmente, a 4/11, anunciou seu retorno ao PTB.

- O presidente Jânio Quadros renuncia depois de sete meses de governo; assume, sob regime parlamentar, o vice-presidente João Goulart.

JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART

Nasceu em São Borja, Rio Grande do Sul, a 1/3/1918. Bacharel em direito, iniciou-se na vida política em 1945, ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Fiel companheiro de Getúlio Vargas, coordenou sua campanha às eleições presidenciais de 1950. Deputado federal em 1947 e 1950, secretário de Negócios do Interior e da Justiça do Rio Grande do Sul em 1952, em 1953 foi nomeado ministro do Trabalho, mas deixou a pasta um ano depois, em conseqüência das reações à revisão do salário mínimo (de Cr$ 1 200 para Cr$ 2 400). Foi eleito vice-presidente da República por dois mandatos consecutivos: em 1955, com Juscelino Kubitschek, e em 1960, com Jânio Quadros. No momento da renúncia de Jânio, Goulart achava-se em visita à China, o que fez com que a crise surgida assumisse proporções consideráveis. Somente com a aprovação do parlamentarismo, em 2/9/1961, é que os setores contrários à posse do vice-presidente aceitaram Jango na presidência. O parlamentarismo, entretanto, não sobreviveu muito tempo. A 6/1/1963, foi realizado um plebiscito no qual ficou decidido, por 80% dos votos, que o país retornaria ao regime presidencialista.

Nessa nova fase de seu governo, João Goulart deu início à execução de um Plano Trienal, e medidas importantes foram tomadas para controlar a inflação; mas já se processava, então, uma luta de bastidores entre os vários grupos que apoiavam o governo, e era com dificuldade que Goulart conseguia harmonizar as pressões militares e empresariais, de um lado, com as exigências e reivindicações operárias de outro. Era um jogo perigoso e difícil, no qual a autoridade presidencial foi aos poucos se desgastando. A 12/9/1963, eclodiu em Brasília um levante de sargentos da Marinha e da Aeronáutica, logo sufocado; no mês seguinte, malogrou uma tentativa de instalação do estado de sítio. No início de 1964, registraram-se vários choques entre fazendeiros e camponeses em diversos pontos do país, sobretudo em Minas Gerais, em conseqüência da política de reforma agrária do governo Goulart. Em Brasília, numa passeata de protesto, reuniram-se 7 mil operários. Um congresso da Confederação Unitária dos Trabalhadores da América Latina (Cutal), de orientação esquerdista, que deveria se realizar em Belo Horizonte, foi impedido de funcionar por uma série de distúrbios. Os acontecimentos se precipitaram com o comício de 13 de março, no Rio, quando Goulart anunciou para milhares de trabalhadores a sua política de reforma agrária, além da encampação das refinarias particulares; com a mensagem revolucionária enviada ao Congresso, no dia 15, traçando os rumos do novo caminho brasileiro; e, logo depois, com a revolta de um grupo de marinheiros contra o ministro da Marinha. O movimento das Forças Armadas que se iniciou a 31 de março depôs o presidente João Goulart, que se refugiou no Uruguai. Faleceu, a 6/12/1976, de um colapso cardíaco em sua fazenda, na província argentina de Corrientes.

1962 O Território do Acre é levado à condição de Estado.

1963 Revogação do regime parlamentar através de um plebiscito (6/1) em que a maioria dos eleitores se pronuncia pela volta do regime presidencialista (23/1).

1964 Lei de remessa de lucros para o exterior (17/1).

- Marcha da Família com Deus pela Liberdade (19/3).
- Revolta dos Marinheiros (25/3).
- Discurso de João Goulart no Automóvel Clube (30/3).
- Revolução depõe João Goulart do governo (31/3—1/4).

REVOLUÇÃO DE 1964

30 OCT 2006

No dia 25 de agosto de 1961, o Brasil foi surpreendido com a notícia da renúncia do então presidente da República, Jânio Quadros. O presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, foi empossado no cargo, pois o vice-presidente da República, João Goulart, achava-se em viagem pelo Oriente. Ao tomar conhecimento da renúncia de Jânio Quadros, ele retornou ao Brasil para ocupar o cargo que legalmente lhe cabia. No entanto, muitos círculos políticos e militares opunham-se à sua posse, por considerá-lo comprometido com as esquerdas. Em São Paulo, os efetivos do II Exército chegaram a ser deslocados, e houve tentativas de levante na Aeronáutica (São Paulo e Brasília). Por outro lado, no Rio Grande do Sul houve forte reação em favor de João Goulart, e as forças do Estado, encabeçadas pelo governador Leonel Brizola, foram mobilizadas com o objetivo de marchar para o norte, para assegurar a posse de Goulart. Embora refreado pelo Congresso, que a 2/9 aprovou uma alteração da Constituição, instituindo o regime parlamentarista no país, Goulart tomou posse na presidência da República no dia 7 de setembro. Desde o início de seu governo teve de enfrentar sérios problemas econômico-financeiros: inflação, desvalorização da moeda, alta do custo de vida e dívida externa do país. A 23/1/1963, após um plebiscito no qual cerca de 10 milhões de brasileiros optaram pela não manutenção do parlamentarismo (7/1/1963), o ato adicional n.° 4 foi revogado e o país voltou ao presidencialismo.

Apoiado pelo seu partido, o PTB, e por uma parte do PSD, além de associações estudantis e sindicatos, o presidente prometia grandes reformas sociais, nacionalização das empresas estrangeiras e a realização da reforma agrária, principalmente no Norte e Nordeste do país. Mas as contradições entre seu governo e os setores oposicionistas se acentuavam cada vez mais. Os membros mais importantes da oposição eram os governadores dos Estados de São Paulo (Adhemar de Barros), Minas Gerais (José de Magalhães Pinto), Guanabara (Carlos Lacerda) e Rio Grande do Sul (Ildo Meneghetti).

A 13/3/1964, num comício realizado em frente à Central do Brasil, no Rio de Janeiro, Goulart assinou publicamente dois decretos: o de nacionalização de todas as refinarias de petróleo particulares e o de criação da Supra — Superintendência de Reforma Agrária. A oposição, entretanto, já preparara uma resposta: no dia 19 de março teve lugar em São Paulo uma passeata — a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" — organizada pela União Cívica Feminina, da qual participaram cerca de 500 mil pessoas. No dia 20, a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais pedia, numa quebra da disciplina e da hierarquia, a exoneração do ministro da Marinha, Sílvio Mota, que impedira um pronunciamento político do almirante Aragão, do Corpo de Fuzileiros Navais. Alguns marinheiros, cabeças do movimento, foram presos. No dia 25, a Associação voltou a se reunir no Sindicato dos Metalúrgicos, juntamente com representantes do Comando Geral dos Trabalhadores, para exigir a libertação dos colegas presos, além da destituição do ministro da Marinha, em cujo lugar deveria ser nomeado um "almirante do povo". No dia 27, os marinheiros amotinados (1 200 homens) entregaram-se ao Exército, atendendo a um apelo de João Goulart, que horas depois os punha em liberdade, exonerava Sílvio Mota e atendia a outras reivindicações dos rebeldes.

Em Minas Gerais, quartel-general da oposição, o governador Magalhães Pinto, os generais Olímpio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, o marechal Odílio Denys e outros preparavam a reação. No dia 29 de março ficou decidido que a revolta militar que derrubaria Jango se iniciaria no dia 2 de abril. Mas, no dia 30 de março, em reunião comemorativa do aniversário da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar do Rio de Janeiro, João Goulart reafirmou, em discurso, seu propósito de manter a política que vinha adotando. No dia 31, os generais Olímpio Mourão Filho (IV Região Militar) e Carlos Luís Guedes (IV Infantaria Divisória) deflagraram o movimento. O governo mineiro lançou, então, por uma cadeia de emissoras de rádio, o manifesto-senha da revolução, cuja autoria é atribuída ao senador Mílton Campos.

Iniciada a rebelião em Minas, as atenções voltaram-se para São Paulo, onde, depois de muita expectativa, os revolucionários conseguiram a adesão do general Kruel, comandante do II Exército. Imediatamente, tropas mineiras marcharam em direção ao Rio e Brasília. João Goulart encontrava-se na Guanabara e, tendo recebido o manifesto no qual o general Mourão Filho exigia sua renúncia, partiu para Brasília, onde esperava poder controlar a situação. Mas, ao ver que não contava com o dispositivo militar nem com o apoio armado dos grupos que o sustentavam, fugiu para Porto Alegre, no dia 1.° de abril. O presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a presidência da República e empossou como presidente em exercício, o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli.

No Rio Grande do Sul, Goulart encontrou-se com Brizola, que insistia que seu Estado poderia resistir. Goulart recusou qualquer tentativa de resistência e, a 4/4/1964, pediu asilo político ao Uruguai. No dia 9, os ministros militares, brigadeiro Correia de Melo, almirante Augusto Rademaker e general Arthur da Costa e Silva assinaram o Ato Institucional n.° 1.

A 11 de abril, o Congresso Nacional elegeu presidente da República o general Humberto de Alencar Castello Branco, que tomou posse no dia 15.

- Ranieri Mazzilli assume interinamente a chefia do governo (2/4).

PACHOAL RANIERI MAZZILLI

Nasceu em Caconde, São Paulo, a 27/4/1910. Bacharel em direito, foi deputado federal pelo PSD a partir de 1950, e como presidente da Câmara dos Deputados ocupou interinamente a presidência da República várias vezes: por ocasião da visita de Juscelino Kubitschek a Portugal (1960); entre a renúncia de Jânio Quadros e a investidura de João Goulart (1961); durante a viagem de João Goulart aos Estados Unidos (1962) e ao Vaticano (1963); e no momento de sua deposição (de 2 a 15 de abril, data em que o Congresso deu posse ao marechal Castello Branco). Faleceu a 21/4/1975, em São Paulo.

- Os ministros militares, general Arthur da Costa e Silva, brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e o almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald, decretam o Ato Institucional n.° 1 (9/4).
- O general Humberto de Alencar Castello Branco é eleito presidente, em votação no Congresso Nacional (11/4).

HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO

Nasceu em Mecejana, Ceará, a 20/9/1900. Em 1943, já como tenente-coronel, cursou a Escola de Fort Leavenworth, preparando-se para colaborar na organização da Força Expedicionária Brasileira, que acompanhou na frente de batalha. De volta ao Brasil, reassumiu suas funções de instrutor da Escola de Estado-Maior. Era chefe do Estado-Maior do Exército quando, a 21/3/1964, enviou circular aos comandos acusando o governo Goulart de pretender implantar no país um regime de esquerda. Deposto Goulart e editado o Ato Institucional n.° 1, Castello Branco, reformado no posto de marechal, foi eleito presidente, no dia 11 de abril, e empossado quatro dias depois. Durante seu governo, assinou suspensões de direitos políticos e cassações de mandatos, rompeu relações com Cuba e lançou as bases das reformas administrativa, eleitoral, bancária, tributária, habitacional, política e agrária. Criou o ministério de Organismos Regionais e o Serviço Nacional de Informações; ordenou a implantação do Banco Central e do Banco Nacional de Habitação; e assinou a lei do Mercado de Capitais. Em abril de 1965, foram enviados ao Congresso os projetos da nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos e do Código Eleitoral, e em outubro do mesmo ano o Ato Institucional n.° 2 restabeleceu os poderes punitivos da revolução, dotando o governo de novos poderes excepcionais e determinando a extinção dos partidos políticos e a eleição indireta para presidente. Ao final de 1966, o governo encaminhou ao Congresso o projeto de nova Constituição e em fevereiro de 1967 foi reformado o padrão monetário, criando-se o Cruzeiro Novo. O último ato do governo Castello Branco foi a instituição da Lei de Segurança Nacional. Faleceu a 18/7/1967, pouco depois de deixar a presidência, num acidente aéreo, perto de Fortaleza.

José Maria Alkmin — Vice-presidente de Castello Branco, nasceu em Bocaiúva, MG, a 11/6/1901. Advogado e deputado federal, foi fundador do PSD e ministro da Fazenda do governo Kubitschek. Foi presidente da República durante três horas, devido à visita de Castello Branco ao Paraguai. Morreu a 22/4/1974.

1965 Anunciada a criação do Cruzeiro Novo.
- Ato Institucional nº 2 extingue antigos partidos; instituição da Arena e do MDB (27/10).

1966 Adhemar de Barros é afastado do governo paulista; assume Laudo Natel (junho).

1967 Arthur da Costa e Silva assume a presidência (15/3).

ARTHUR DA COSTA E SILVA

Nasceu em Taquari, Rio Grande do Sul, a 3/10/1902. Cursou o Colégio Militar de Porto Alegre, a Escola Militar do Realengo, e especializou-se em motomecanização em Fort Knox, EUA. Durante o governo Goulart foi afastado do comando do IV Exército por ter reprimido movimentos estudantis. Aderindo ao levante de 31/3/1964, esteve encarregado da articulação da revolta no Rio de Janeiro e foi um dos signatários do Ato Institucional nº 1. Ministro da Guerra durante o governo Castello Branco, foi eleito presidente da República pelo Congresso Nacional em 3/10/1966. A 15/3/1967, tomou posse ao mesmo tempo que entrava em vigor a nova Constituição. Apesar disso, assinou oito atos institucionais e 24 complementares, todos com o intuito de reforçar o Poder Executivo e preservar os objetivos da Revolução.

Preocupado com o retorno à legalidade, Costa e Silva confiou ao vice-presidente Pedro Aleixo a missão de elaborar uma nova Constituição. Essa Carta estava pronta para ser assinada quando o presidente foi obrigado a afastar-se do cargo, por ter sofrido uma trombose. Uma junta militar assumiu o governo no lugar de Pedro Aleixo e, a 6/10/1969, diante da impossibilidade de recuperação de Costa e Silva, considerou seu mandato extinto, indicando o general Garrastazu Medici como seu sucessor. Costa e Silva faleceu a 17/12/1969.

Pedro Aleixo — Nasceu em Mariana, MG, a 1/8/1901. Advogado e professor de direito, foi deputado federal em 1934, presidente da Câmara dos Deputados em 1937, fundador do jornal *Estado de Minas* e da UDN; novamente deputado federal em 1958, foi reeleito em 1962. Participou do movimento de março de 1964 e foi líder da maioria na Câmara durante o governo Castello Branco. Como vice-presidente, pronunciou-se contra o AI-5 e elaborou a revisão da Constituição de 1967. A 31/8/1969 foi impedido de assumir a presidência da República pela junta militar, que mais tarde considerou extinto o seu mandato. Em 1970, Pedro Aleixo afastou-se da Arena e dedicou-se à formação do Partido Democrático Republicano. Faleceu a 3/3/1975.

- Promulgação de uma nova Constituição, que substitui a de 1946 (15/3).

CONSTITUIÇÃO DE 1967

Promulgada pelo Congresso Nacional a 24/1/1967 e com vigência a partir de 15 de março daquele ano, foi elaborada pelo ministro da Justiça Carlos Medeiros Silva durante o governo Castello Branco. Nela se consignavam formulações necessárias à ordem estabelecida pela Revolução de 1964, como as eleições indiretas para presidente da República; também estendia ao presidente a iniciativa de projetos de emenda à Constituição. Entretanto, verificou-se que ela não poderia subsistir sem profundas alterações; foi praticamente revogada pelo Ato Institucional nº 5, de 13/12/1968, decretado pelo presidente Costa e Silva. Este ato estaria vigente enquanto o presidente da nação julgasse necessário e estipulava que o chefe do governo podia cassar mandatos, suspender direitos políticos e legislar em substituição ao Congresso, após decretar-lhe o recesso. O AI-5 deu seqüência a uma série de atos institucionais e complementares que passaram a constituir o núcleo da legislação revolucionária.

1968 Morte do estudante Edson Luís, passeatas e manifestações contra o regime (abril).
- Decretado o Ato Institucional n.º 5; o Congresso é posto em recesso; novas cassações (13/12).

1969 O presidente Costa e Silva adoece e afasta-se do governo; uma junta composta pelos três ministros militares assume provisoriamente o poder (31/8).

JUNTA MILITAR QUE GOVERNOU DE 31/8 A 30/10/1969

Augusto Hamann Rademaker Grünewald — Nasceu no Rio de Janeiro, a 11/5/1905. Almirante com cursos de especialização nos Estados Unidos, em 1964 era ministro da Marinha e como tal fez parte do comando supremo que governou o país até a posse do marechal Castello Branco. Ministro da Marinha no governo Costa e Silva, integrou a junta militar que assumiu o poder a 31/8/1969. Como vice-presidente no governo Medici, exerceu a presidência duas vezes: cinco dias em dezembro de 1971 e uma semana em maio de 1973.

Aurélio Lyra Tavares — Nasceu em João Pessoa, Paraíba, a 7/11/1905. Cursou a Escola Militar do Rio de Janeiro, formando-se também em direito e engenharia. Foi comandante da Escola Superior de Guerra e, em 1967, ministro da Guerra. Desde abril de 1970 é membro da Academia Brasileira de Letras.

Marcio de Sousa e Melo — Nasceu em Santa Catarina, a 26/5/1906. Cursou a Escola Militar do Realengo, na arma da Aviação, e fez curso de aperfeiçoamento em Fort Leavenworth, nos EUA. Nomeado comandante da 4.ª Zona Aérea em 1964, três anos depois foi convidado por Costa e Silva para assumir a pasta da Aeronáutica. Recebeu convite semelhante do presidente Medici, permanecendo à frente desse ministério até 26/11/1971.

- É outorgada nova Constituição (17/10).

CONSTITUIÇÃO DE 1969

A Constituição atualmente em vigor — ou Emenda n.º 1, como foi chamada oficialmente — foi outorgada em 17/10/1969. O projeto de emenda constitucional recebeu uma revisão final do professor Carlos Medeiros Silva, que adaptou os estudos de Pedro Aleixo às normas decretadas pela junta de governo. Entre outras coisas, estabelecia que o AI-5 continuaria em vigor, assim como os demais atos posteriormente baixados. Até julho de 1982, recebeu 22 emendas e as mais importantes foram: as de n.º 7 e 8, introduzidas pelo então presidente Geisel, reformaram o Poder Judiciário, modificaram a legislação eleitoral e eliminaram a necessidade de dois terços do Congresso para aprovação de reformas constitucionais; a de novembro de 1980, que alterou a emenda n.º 8, tornando diretas as eleições para governador e vice-governador; e a emenda n.º 22, de junho de 1982, que restabeleceu o quórum de dois terços e introduziu novas mudanças na legislação eleitoral.

- O general Emílio Garrastazu Medici é eleito presidente da República para o período de 1969/74 (25/10).

EMÍLIO GARRASTAZU MEDICI

Nasceu em Bagé, Rio Grande do Sul, a 4/12/1905. Militar de carreira, foi chefe do Estado-Maior do II Exército; comandante da Academia Militar de Agulhas Negras em 1964, foi um dos primeiros a aderir ao movimento que depôs Goulart. Em 1967 foi nomeado chefe do SNI e, em 1969, designado comandante do III Exército.

Eleito indiretamente para a presidência da República pelo Congresso Nacional, Medici tomou posse em 30/10/1969. Em seu governo estendeu para 200 milhas o mar territorial e criou o Plano de Integração Nacional, o Programa de Integração Social, o Movimento Brasileiro de Alfabetização, o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária do Norte e do Nordeste, o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o Programa Especial para o Vale do São Francisco e o Plano da Campanha Nacional do Câncer.

Augusto Hamann Rademaker Grünewald — Ver *Junta Militar que governou de 31/8 a 30/10/1969*.

1970 A Câmara Federal ratifica o decreto-lei estabelecendo a censura prévia em livros e periódicos (13/1).
- Início da construção da rodovia Transamazônica (outubro).

1971 Teodomiro Romeiro é condenado à morte pela Justiça Militar (18/3), por ter assassinado o sargento da Aeronáutica Walder Xavier de Lima. Posteriormente, o STM transformou sua pena em prisão perpétua.
- Decreto-lei estabelece o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste) (8/11).
- Decreto-lei concede ao presidente da República o direito de editar decretos secretos; no mesmo dia, o presidente Medici edita o primeiro decreto secreto (17/11).

1972 Realizada a primeira transmissão de televisão em cores no Brasil (19/2).
- Promulgada a convenção sobre igualdade de direitos e deveres entre portugueses e brasileiros (11/4).

1973 O ministro da Agricultura Cirne Lima renuncia, por divergir da política agropecuária do governo (9/5).
- Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho são indicados pelo MDB como candidatos da oposição à presidência e vice-presidência da República (4/9).
- A Arena homologa as candidaturas dos generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos à presidência e vice-presidência da República (14/9).
- O presidente Medici assina decreto declarando de utilidade pública as propriedades privadas existentes dentro da reserva xavante de São Marcos, em Mato Grosso, determinando assim a demarcação definitiva do território indígena e pondo fim a um conflito que durava desde outubro de 1969, data de criação da reserva (29/11).

1974 O presidente Medici inaugura, em Jacareacanga, no Pará, o trecho da Transamazônica que vai de Itaituba a Humaitá, numa extensão de 1 070 km (31/1).
- Incêndio no edifício Joelma, em São Paulo, causa a morte de 188 pessoas (1/2).
- Inaugurada a Ponte Presidente Costa e Silva, ligando o Rio de Janeiro a Niterói (4/3).
- Os generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos assumem a presidência e a vice-presidência da República (15/3).

ERNESTO GEISEL

Nasceu em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, a 3/8/1908. Fez o curso de Estado-Maior em 1942, sendo nomeado, em 1948, adido militar em Montevidéu. Foi subchefe da Casa Militar da Presidência da República em 1955 e, em 1964, assumiu a chefia da Casa Militar do governo Castello Branco. Promovido a general-de-exército em 1966, foi ministro do Supremo Tribunal Militar de 1967 a 1969, e diretor da Petrobrás.

Indicado para a presidência da República em 18/6/1973, foi eleito em 15/1/1974. Durante seu governo foram criados o ministério da Previdência Social, a Secretaria do Planejamento, os Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social, a Comissão de Indústria da Construção Civil e o Programa Nacional de Desenvolvimento do Cerrado; também foi decidida a criação do Estado do Mato Grosso do Sul e a fusão do Rio de Janeiro com a Guanabara; foi assinado o acordo de cooperação nuclear Brasil-Alemanha Ocidental e restabeleceu-se as relações diplomáticas com a China. Introduziu alterações importantes na política do país: reformou o Poder Judiciário, alterou a organização eleitoral e revogou o AI-5, que foi substituído por salvaguardas constitucionais.

Adalberto Pereira dos Santos — Nasceu em Taquara, RS, a 11/4/1905, ingressando no Colégio Militar de Porto Alegre em 1918. Cursou também a Escola Militar de Realengo, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, e a Escola Superior de Guerra. Participou da Revolução Constitucionalista de 1932 e integrou a FEB. General-de-exército a partir de 1965, era chefe do Estado-Maior do Exército quando da edição do AI-5, em 1968. No ano seguinte, seria nomeado ministro do Superior Tribunal Militar.

- Criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria do Planejamento e Conselho do Desenvolvimento Econômico (1/5).
- O Brasil e a Romênia elevam à categoria de embaixada suas missões diplomáticas (8/5). O mesmo ocorre em relação às legações da Bulgária e Hungria (10/5).
- Os presidentes do Brasil e Paraguai, generais Ernesto Geisel e Alfredo Stroessner, assinam a ata de constituição da Companhia Hidrelétrica de Itaipu (17/5).
- Os presidentes do Brasil e Bolívia, Ernesto Geisel e Hugo Banzer, assinam o Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, pelo qual a Bolívia se compromete a vender ao Brasil 240 milhões de pés cúbicos de gás diariamente, durante vinte anos (22/5).
- Sancionada a lei que determina a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara (1/7).
- É criada a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (17/7).
- O Brasil e a China restabelecem relações diplomáticas em nível de embaixada. Em conseqüên-

cia, são rompidas as relações diplomáticas com Formosa (15/8).

- É lançado o Programa de Pólos de Desenvolvimento da Amazônia com recursos de Cr$ 4 bilhões (25/9).
- É sancionada a lei de criação do Conselho de Desenvolvimento Social (9/10).
- É assinado o Programa de Desenvolvimento Ferroviário para 1975/79, no valor de Cr$ 80,5 bilhões (18/10).

1975 É assinado o decreto de criação do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro), que contará com recursos totais de Cr$ 2 bilhões para obras de infra-estrutura e pesquisa e Cr$ 10 bilhões para a concessão de créditos aos agricultores (29/1).

- O Brasil concede asilo ao general português Antônio de Spínola, após o golpe frustrado de 11 de março (15/3).
- É assinado acordo de cooperação Brasil-Alemanha Ocidental, que prevê cooperação entre os dois países na área nuclear (27/6).
- O senador Wilson Campos (Arena-PE), envolvido em um escândalo de corrupção, tem seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos (1/7).
- A delegação brasileira na ONU vota a favor da resolução que qualifica o sionismo como "uma forma de racismo e discriminação racial" (18/10).
- O jornalista Vladimir Herzog, intimado a depor no DOI-CODI de São Paulo, é encontrado enforcado numa dependência desse órgão (25/10).

1976 O presidente Ernesto Geisel, com base no AI-5, cassa os mandatos e suspende os direitos políticos por dez anos dos deputados Marcelo Gatto, federal, e Nelson Fabiano Sobrinho, estadual, ambos do MDB de São Paulo (5/1).

- O gal. Ednardo D'Ávila Mello é afastado do comando do II Exército, sendo nomeado o gal. Dilermando Gomes Monteiro para substituí-lo (20/1).
- O secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger chega ao Brasil para tratar de uma série de assuntos a nível ministerial (19/2).
- São cassados os mandatos dos deputados federais Nadyr Rosseti e Amaury Müller, ambos do MDB gaúcho (29/3).
- O deputado federal Lysâneas Maciel tem seus direitos políticos suspensos por dez anos e seu mandato cassado (1/4).
- O presidente Ernesto Geisel inicia viagem a Paris (24/4).
- O presidente Ernesto Geisel parte para Londres, em viagem oficial de três dias (3/5).
- O governo obtém financiamento global de US$ 1,64 bilhão, na Grã-Bretanha, dividido em quatro acordos nos setores siderúrgico e ferroviário (5/5).
- É assinado pelo presidente Geisel o decreto-lei n.º 1 470, que estabelece a obrigatoriedade de depósito prévio no valor de Cr$ 12 mil, para obtenção de passaporte e visto policial de saída do país (4/6).
- É inaugurada a fábrica de automóveis da Fiat mineira, no município de Betim (15/7).
- Explode uma bomba na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro (19/8).
- Explode uma bomba no Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (CEBRAP), em São Paulo; a autoria do atentado é reivindicada pela Aliança Anticomunista Brasileira (4/9).
- O presidente Ernesto Geisel inicia viagem oficial ao Japão (12/9).
- O bispo de Nova Iguaçu, dom Adriano Hipólito, é seqüestrado por membros da Aliança Anticomunista Brasileira, sendo espancado e ameaçado de morte.
- Outro atentado a bomba, realizado pela AAB, é dirigido contra a residência de Roberto Marinho, diretor do jornal *O Globo* (22/9).
- Um soldado da Polícia Militar de Mato Grosso baleia e mata o padre jesuíta João Bosco Penido Burnier, na delegacia do povoado de Ribeirão Bonito (11/10).
- É formalizado com a British Petroleum o primeiro contrato de risco para a exploração de petróleo brasileiro, num investimento de US$ 10,5 milhões (9/11).
- É cassado o mandato e suspensos os direitos políticos, por dez anos, do deputado oposicionista Leonel Júlio, presidente da Assembléia Legislativa paulista, devido ao seu envolvimento no escândalo referente à malversação de verba pública (3/12).
- A AAB lança uma bomba contra a Editora Civilização Brasileira, no Rio (6/12).

1977 O governo federal anuncia a programação de racionalização do uso de combustível. Entre as medidas instituídas está o fechamento dos postos de gasolina aos domingos, feriados e períodos noturnos.

- O presidente Ernesto Geisel assina a cassação do mandato e a suspensão por dez anos dos direitos políticos do vereador Glênio Mathias Gomes Perez, do MDB gaúcho, que em seu discurso de posse na Câmara de Porto Alegre criticou a violação dos direitos humanos e a ausência de liberdade no país (2/2).
- O ministro da Indústria e Comércio, Severo Fagundes Gomes, apresenta seu pedido de exoneração do cargo: Ângelo Calmon de Sá é indicado para substituí-lo (8/2).
- O presidente Geisel assina a cassação do mandato e a suspensão dos direitos políticos por dez anos do vereador Marcos Klassmann, da Câmara Municipal de Porto Alegre, que, ao tomar posse como substituto de Glênio Perez, reafirmou a existência de torturas no país (15/2).
- O governo brasileiro recusa a ajuda militar dos EUA, por considerar o relatório preparado por órgãos do governo norte-americano sobre a situação interna do país como "uma violação do princípio de não-interferência" (5/3). Pelos mesmos motivos, denuncia o Acordo de Assistência Militar assinado com os Estados Unidos em 1952 (11/3).
- O presidente Ernesto Geisel baixa o Ato Complementar n.º 102, decretando o recesso do Congresso Nacional (1/4).
- O presidente Geisel outorga a reforma do Poder Judiciário através da Emenda Constitucional n.º 7 (13/4). No dia seguinte, assina a Emenda Constitucional n.º 8 e seis decretos-leis, outorgando as reformas políticas; e firma Ato Complementar reabrindo o Congresso Nacional.
- A Cia. Esso Prospecção do Brasil, subsidiária da Exxon, assina contrato de risco com a Petrobrás, pelo qual se compromete a explorar uma área de 5 650 km² (26/4).
- É cassado o mandato e suspensos por dez anos os direitos políticos do deputado federal do MDB-MG Marcos Tito (14/6).
- O Congresso Nacional aprova Emenda Constitucional n.º 9, que introduz o divórcio no Brasil (15/6).
- É cassado o mandato do deputado federal Alencar Furtado (MDB-PR), líder do partido na Câmara, em virtude de seu pronunciamento em programa de rádio e televisão, em horário cedido pela Justiça Eleitoral (30/6), e por ela anteriormente aprovado.
- Chega ao Brasil o presidente uruguaio Aparício Méndez (6/7).
- Desembarca em Brasília o vice-presidente da Iugoslávia, Lazar Kolisebski (8/7).
- O jornalista brasileiro Flávio Tavares, correspondente em Buenos Aires do *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, é detido no aeroporto de Carrasco, em Montevidéu, sob a acusação de espionagem (14/7).
- A escritora Rachel de Queiróz é eleita para a Academia Brasileira de Letras (4/8).
- O presidente da Bolívia, gal. Hugo Banzer, inicia visita oficial ao Brasil (12/8).
- O Itamaraty comunica à Embaixada dos Estados Unidos a extinção dos acordos militares mantidos entre os dois países e a decisão de acabar com a missão naval norte-americana sediada no Brasil (19/9).
- A polícia paulista bloqueia o *campus* da Universidade de São Paulo para impedir o III Encontro Nacional dos Estudantes marcado para o dia seguinte (20/9); mas a reunião é realizada na PUC, em segredo; na noite do dia 22, quando está sendo lida a ata do encontro, a polícia invade o recinto universitário; duas estudantes ficam gravemente queimadas com a explosão de bombas de gás lacrimogêneo.
- É sancionada a lei que cria o Estado do Mato Grosso do Sul (11/10).
- O presidente Ernesto Geisel exonera de suas funções o ministro do Exército, general Sylvio Frota, e nomeia o comandante do III Exército, general Fernando Belfort Bethlem, para substituí-lo (12/10).
- O STM aprova por unanimidade documento que pede às auditorias militares que tomem a iniciativa de mandar apurar as denúncias de tortura feitas pelos réus da justiça militar (3/11).
- A Comissão Especial da Assembléia de São Paulo acusa o secretário de Segurança, coronel Erasmo Dias, de crime de abuso do poder ao ordenar a invasão da PUC e não coibir os desmandos policiais (29/11).
- A Câmara dos Deputados aprova o projeto de lei que regulamenta o divórcio, implantado no país por emenda Constitucional de 23/6/1977 (29/11); ela será aprovada pelo Senado a 3/12 e sancionada pelo presidente Geisel a 26/12.
- Em discurso perante os líderes da Arena, o presidente Geisel promete "o fim das leis de exceção" e sua substituição por "salvaguardas constitucionais" (1/12).
- O presidente Geisel aponta oficialmente o general João Baptista Figueiredo como o candidato da Arena à sucessão presidencial (31/12).

1978 O presidente Geisel visita o México (14—18/1), o Uruguai (25—30/1) e a Alemanha Ocidental (4—9/2)

- O senador Magalhães Pinto, candidato civil à presidência da República, apresenta como seu companheiro de chapa o ex-ministro Severo Gomes (7/2).
- O presidente norte-americano Jimmy Carter visita o Brasil (29—31/3).
- O senador Teotônio Vilela apresenta o *Projeto Brasil:* um documento com sugestões para aprimoramento do regime brasileiro do ponto de vista político, econômico e social (5/4).
- Tem início a greve no ABC: 1 600 empregados da Saab-Scania paralisam seu trabalho (12/5); até junho o movimento vai se alastrar por São Paulo, Osasco e Campinas; a greve dos operários da indústria só terminará a 27/7.
- São comemorados os 70 anos da imigração japonesa no Brasil, com a presença do príncipe herdeiro Akihito, do Japão, e de sua esposa, Michiko (16/6).
- São confirmados vários focos de peste suína em Minas Gerais e São Paulo (18/6).
- Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Equador e Suriname assinam, em Brasília, o *Tratado de Cooperação Amazônica*, cujo objetivo é o desenvolvimento harmônico da região, respeitando a soberania e os programas de interesse exclusivo dos respectivos países (3/7).
- Um incêndio destrói as instalações e parte do acervo do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (8/7).
- A Frente Nacional de Redemocratização lança a candidatura do general Euler Bentes Monteiro à presidência da República (22/7).
- O presidente Geisel assina o decreto-lei n.º 1 632, regulamentando o artigo 162 da Constituição, e proibindo qualquer tipo de greve nos setores de bancos, transportes, comunicações, energia elétrica, petróleo, gás e demais combustíveis, água e esgoto, carga e descarga, hospitais, ambulatórios, maternidades, farmácias e drogarias (4/8).
- O senador Magalhães Pinto retira sua candidatura à presidência da República (8/8).
- Na Convenção Nacional do MDB, o general Euler Bentes e o senador Paulo Brossard são indicados candidatos à presidência e vice-presidência da República (23/8).
- Paulo Salim Maluf é eleito governador de São Paulo pelo Colégio Eleitoral do Estado (1/9).
- As lideranças do MDB e da Arena aprovam o substitutivo ao projeto da Lei Orgânica da Magistratura, que amplia as prerrogativas dos magistrados impedindo sua prisão, salvo em flagrante de crime cuja pena seja de reclusão ou crime inafiançável (19/9).
- Aprovado pelo Congresso Nacional o projeto de reformas políticas do presidente Ernesto Geisel por 241 votos contra 145 (20/9).
- Aprovado, por decurso de prazo, o decreto-lei 632, que proíbe greve nos serviços públicos e nas atividades consideradas de segurança nacional (3/10).
- O presidente francês Valéry Giscard d'Estaing inicia visita oficial ao Brasil (4/10).
- Promulgada a Emenda Constitucional n.º 11, que institui reformas políticas e revoga o AI-5 e todos os outros atos institucionais e complementares (13/10).
- O general João Baptista Figueiredo é eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral, com 355 votos contra 266 dados ao general Euler Bentes Monteiro (15/10).
- A presidência da República envia ao Congresso Nacional projeto de lei que altera a Lei de Segurança Nacional, eliminando a pena de morte e a prisão perpétua (17/10).
- O juiz Márcio José de Moraes, da 7.ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, dá ganho de causa à família de Vladimir Herzog, na ação declaratória movida contra a União, e que a responsabiliza pela morte do jornalista em dependências do DOI-CODI (27/10).
- São realizadas eleições para o Senado, Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas; 46 milhões de eleitores escolhem 420 deputados federais, 23 senadores e 846 deputados estaduais (15/11).
- O Conselho Monetário Nacional aprova o pacote econômico, cujas principais medidas são: liberação em três parcelas, a última sessenta dias após o prazo normal, dos recursos externos congelados no Banco Central; elevação para oito anos do prazo mínimo para amortização dos empréstimos em moeda estrangeira, e para dez anos dos que têm isenção fiscal; limitação do volume mensal de empréstimo das empresas estatais, em conjunto, no mercado internacional; corte de 50% nas aplicações do Banco do Brasil até 31 de dezembro e restrição no desconto de duplicatas (22/11).
- Aprovada, por decurso de prazo, a nova Lei de Segurança Nacional (27/11).
- O ministro da Justiça suspende a censura prévia aos comerciais de rádio e televisão (7/12).
- O presidente Ernesto Geisel aciona os atos institucionais 6 e 14 para punir os responsáveis pelo caso Lutfalla (14/12).
- O Conselho Monetário Nacional edita novo pacote financeiro, que abrange desde a liberação de recursos para programas agropecuários e de abastecimento até a tributação das aplicações em Letras de Câmbio e Certificados de Depósito Bancário (20/12).
- São divulgados os resultados oficiais das eleições de 15 de novembro. A Arena obtém 13,1 milhões

de votos para o Senado, 15 milhões para a Câmara Federal e 15,4 milhões para as Assembléias Legislativas. O MDB obtém 17,4 milhões de votos para o Senado, 14,8 milhões para a Câmara e 14,8 milhões para as Assembléias Legislativas (20/12).

- A Eletrobrás compra a Light do grupo canadense Brascan Limited, por 380 milhões de dólares, cerca de 83% do total de ações da empresa (28/12).
- O presidente Geisel revoga os atos de banimento de dezenas de presos políticos trocados por diplomatas seqüestrados, e extingue a Comissão Geral de Investigações (CGI) (29/12).

1979 Instala-se o Estado do Mato Grosso do Sul (1/1).

- Entra em vigor o decreto que revoga o banimento (2/1).
- O governo do Estado de Minas Gerais decreta estado de emergência devido às enchentes que inundaram 36 cidades e deixaram 65 mil desabrigados, além de 142 mortos (5/2).
- O Conselho Monetário Nacional limita em 37,3% a expansão dos empréstimos do Banco Central e bancos comerciais, e em 30% a expansão dos meios de pagamento (7/2).
- O governo federal libera 50 milhões de cruzeiros para atender às populações dos Estados do Leste brasileiro atingidos pelas enchentes (12/2); aprova um crédito de até 1,5 bilhão de cruzeiros para os mais afetados (14/2) e aumenta os descontos do imposto de renda cobrado na fonte a partir de março de 1979, aplicando essas verbas na recuperação das áreas atingidas pelas enchentes e pela seca (17/2).
- Divulgado decreto presidencial que determina corte de 35 a 40 bilhões de cruzeiros no orçamento da União (22/2).
- É aprovada, na Câmara, a Lei Orgânica da Magistratura (7/3).
- O general João Baptista Figueiredo é empossado presidente da República (15/3).
- O governo intervém nos sindicatos dos metalúrgicos do ABC paulista alegando que as lideranças sindicais concitaram a greve da categoria iniciada no dia 13 (23/3).
- Eduardo Seabra Fagundes é eleito presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (1/4).
- Chega ao Brasil o chanceler da República Federal da Alemanha, Helmut Schmidt (2/4).
- O ministro Mário Andreazza, do Interior, anuncia a instituição do FGTS para os trabalhadores rurais (6/4).
- O governo anuncia pacote de medidas econômicas, que inclui, entre outros pontos, controle rigoroso de preços e margens de lucro das empresas, inclusive estatais, e a limitação do valor dos juros no crediário a 30% do preço à vista (18/4).
- Dom Ivo Lorscheiter é eleito presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (23/4).
- O senador Teotônio Vilela transfere-se da Arena para o MDB (25/4); é o primeiro parlamentar a mudar de partido, valendo-se das reformas políticas que entraram em vigor em 1/1 e suspenderam a fidelidade partidária.
- Pela primeira vez na história da República uma mulher entra para o Senado (11/5): é Eunice Michiles, primeira suplente do senador João Bosco de Lima (Arena-AM), que morreu no dia 10/5. Ela tomará posse em 31/5.
- Revogada a intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos do ABC paulista (15/5).
- É sancionada pelo presidente João Figueiredo a nova Lei do Inquilinato, que acaba com a denúncia vazia para imóveis residenciais (16/5).
- O presidente da República encaminha ao Congresso Nacional projeto que revoga os decretos-leis 228/67 e 477/69, além dos artigos 38 e 39 da lei 5540/68, todos referentes à vida universitária (21/5).
- O Conselho Monetário Nacional aprova o "saco agrícola", composto de dezessete medidas econômicas destinadas a beneficiar pequenos e médios produtores (23/5).
- Realiza-se, em Salvador, o XXXI Encontro Nacional de Estudantes, que tem como principal objetivo a reconstrução da UNE (29/5).
- Morre o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general José Maria de Andrade Serpa (3/6); para substituí-lo é indicado o general Samuel Alves Correa (6/6).
- Deixa de circular o vespertino carioca *A Notícia* (5/6).
- É destituído o governador do Mato Grosso do Sul, Harry Amorin (12/6).
- Deixa de circular o jornal paulista *Última Hora* (19/6).
- O governo brasileiro retira seu embaixador em Manágua e rompe relações diplomáticas com o regime de Somoza (25/6).
- O presidente João Figueiredo envia ao Congresso Nacional o projeto de anistia (27/6).
- Marcelo Miranda, prefeito de Campo Grande, é indicado para governar o Mato Grosso do Sul (27/6).
- A recém-criada Comissão Nacional de Energia se reúne pela primeira vez e congela a importação de petróleo em 960 mil barris diários (11/7).
- O ministro César Cals, das Minas e Energia, anuncia o fechamento dos postos de gasolina aos sábados (30/7).
- Chega ao Brasil o primeiro-ministro espanhol Adolfo Suárez (5/8).
- É anunciada a decisão de extinguir o depósito compulsório para viagens ao exterior, a partir de 11/1/80 (8/8).
- O ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, renuncia (10/8).
- Delfim Netto é nomeado para a Secretaria do Planejamento e Amaury Stábile assume a pasta da Agricultura (14/8).
- O presidente João Figueiredo sanciona a lei da anistia nos termos em que foi aprovada pelo Congresso Nacional (28/8).
- Chega ao Brasil o presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda (28/8).
- Desembarca em Foz do Iguaçu, após exílio de quinze anos, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (6/9); posteriormente retornam o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e o ex-deputado federal Márcio Moreira Alves (15/9), e o dirigente comunista Gregório Bezerra (29/9).
- O presidente do Peru, Francisco Morales Bermúdez, inicia visita oficial ao Brasil (15/10).
- O ministro da Saúde, Mário Augusto de Castro Lima, pede demissão do cargo e é substituído por Waldyr Mendes Arcoverde (24/10).
- Os metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos entram em greve (29/10); no dia seguinte, confronto entre a polícia e um grupo de piquete em frente à fábrica Sylvânia, no bairro de Santo Amaro, causa a morte do operário Santo Dias da Silva.
- O presidente Figueiredo sanciona a lei sobre a correção semestral dos salários, aprovada pelo Congresso Nacional a 25/10 (30/10).
- Regulamentada a Lei de Anistia, aprovada pelo Congresso Nacional em 22/8 (1/11).
- O presidente João Figueiredo visita a Venezuela (6—8/11).
- O Congresso Nacional aprova Emenda da Reforma Partidária, que extingue a Arena e o MDB e estabelece condições para a criação de novos partidos (21—22/11). (Ver o quadro *Reforma Partidária*.)
- Em visita a Florianópolis, SC, o presidente João Figueiredo é insultado e ofendido por populares (30/11); em conseqüência, sete estudantes são presos com base na Lei de Segurança Nacional, acusados de envolvimento nas manifestações (2/12).
- O presidente Figueiredo anuncia as medidas econômicas tomadas pelo Conselho Monetário Nacional: desvalorização do cruzeiro em 30%, eliminação dos incentivos à exportação, dos depósitos prévios de importação, dos subsídios de crédito à indústria e das isenções para importação de máquinas (7/12).

REFORMA PARTIDÁRIA

A 19 de outubro de 1979, o governo federal enviou ao Congresso Nacional projeto que propunha nova redação para a Lei Orgânica dos partidos políticos (n.º 5 682, de 21 de julho de 1971). A Comissão Mista encarregada de estudá-lo, cujo relator era o senador arenista Aderbal Jurema, recebeu 519 propostas de alteração, mas aceitou apenas 79, que não chegaram a modificar o projeto original em sua essência. Este substitutivo foi votado na madrugada de 22 de novembro, em meio a uma tumultuada sessão do Congresso Nacional, recebendo 270 votos a favor e 202 contra. A sublegenda, instituída no artigo 5.º, foi votada em separado e rejeitada por 211 votos contra 187. Dessa forma, foram extintos a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), criando-se condições para a formação de novos partidos.

A Arena — criada para apoiar o governo e ser sua base de sustentação parlamentar — e o MDB — de oposição — nasceram para substituir os partidos existentes até 1965. Esses partidos, organizados a partir de 1945, foram institucionalizados, em âmbito nacional, pela Constituição de 1946. Eram treze ao todo: PSD — Partido Social Democrático; PTB — Partido Trabalhista Brasileiro; PDC — Partido Democrata Cristão; UDN — União Democrática Nacional; PL — Partido Libertador; PST — Partido Social Trabalhista; PTN — Partido Trabalhista Nacional; PSP — Partido Social Progressista; MTR — Movimento Trabalhista Renovador; PRP — Partido de Representação Popular; PSB — Partido Socialista Brasileiro; PRT — Partido Rural Trabalhista; PR — Partido Republicano. Com a edição do Ato Institucional n.º 2, a 27/10/1965, todos foram extintos. Através do Ato Complementar n.º 4, de 20/11/1965, foi determinado que eles seriam substuídos por duas novas agremiações que, inicialmente, teriam caráter provisório. Mas, com o tempo elas foram se estruturando e, dois anos depois, Arena e MDB já eram partidos definitivos.

A 20/12/1979, o presidente Figueiredo sancionou a nova Lei Orgânica dos Partidos — que recebeu o número 6767 — com alguns vetos, sendo o principal deles o que restabeleceu a sublegenda para as eleições municipais e de senador. A partir daí, novos partidos se organizaram:

PDS — Partido Democrático Social: sucedâneo da Arena, tem bancada majoritária no Congresso e é presidido pelo senador José Sarney.

PMDB — Partido do Movimento Democrático Brasileiro: formado inicialmente por parlamentares do antigo MDB. A 14/2/1982, incorporou o Partido Popular (PP), que era presidido pelo senador Tancredo Neves e que tinha o deputado Magalhães Pinto como presidente de honra. Uma vez aprovada a incorporação, Ulysses Guimarães permaneceu na presidência do partido e Tancredo Neves assumiu a primeira vice-presidência; descontente, Magalhães Pinto passou para o PDS.

PT — Partido dos Trabalhadores: presidido pelo ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luís Inácio da Silva, o Lula.

PTB — Partido Trabalhista Brasileiro: esta sigla foi motivo de grande disputa entre a ex-deputada Ivete Vargas e o ex-governador gaúcho Leonel Brizola; em maio de 1980, o TSE decidiu que a sigla pertencia a Ivete Vargas, presidenta do partido.

PDT — Partido Democrático Trabalhista: fundado por Leonel Brizola e seus correligionários após a perda da sigla PTB para Ivete Vargas.

1980 Segundo dados divulgados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o ano de 1979 fechou com um índice inflacionário da ordem de 77,2% (3/1).

- A Comissão Nacional de Energia decide acabar com a produção e venda de gasolina azul em todo o país (8/1).
- Morre, em Brasília, o ministro da Justiça Petrônio Portela (6/1); seu sucessor é o deputado federal do PDS mineiro, Ibrahim Abi-Ackel (9/1).
- O general José Ferraz da Rocha sucede ao general Samuel Alves Correa na chefia do Estado-Maior das Forças Armadas (17/1).
- O ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter, pede exoneração do cargo (15/1), sendo substituído pelo presidente do Banco Central, Ernane Galvêas (17/1); Carlos Geraldo Langoni assume a presidência do Banco Central (21/1).
- O presidente da Nuclebrás, Paulo Nogueira Batista, anuncia a contratação da quarta usina nuclear brasileira (29/1).
- O presidente Figueiredo cria o GETAT — Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins — com o objetivo de promover a reforma agrária nos Estados de Goiás, Maranhão e Pará, numa área total de 200 mil km^2 (1/2).
- Chega ao Brasil, em visita oficial, o presidente da Guiné, Seku Turê (4/2).
- A Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores — Anfavea — assume os 704 grupos do Consórcio Almeida Prado, sob intervenção federal desde o dia 11/12/1979 (7/2).
- O Tribunal Superior Eleitoral regulamenta a Lei da Reforma Partidária (15/2).
- O Comitê Olímpico Brasileiro decide que o Brasil participará das Olimpíadas de Moscou, não atendendo ao boicote pedido pelo presidente norte-americano Jimmy Carter (3/3).
- O professor e cientista Albert Sabin, descobridor da vacina contra a poliomielite, acusa o governo Medici de ter manipulado dados referentes às condições de saúde no país entre 1969 e 1973, em especial os relacionados com surtos epidemiológicos (4/3); essas declarações acabam por fazer com que Sabin deixe a assessoria gratuita que vinha prestando ao governo no combate à poliomielite (25/3).
- O presidente Figueiredo apela ao presidente uruguaio Aparício Méndez pela libertação da brasileira Flávia Schilling, presa há sete anos e quatro meses naquele país (6/3); sua libertação ocorrerá a 14/4.
- Escândalo financeiro do ano: Jorge Salgado, diretor de operações da Corretora Ney Carvalho, coloca à venda na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, de uma só vez, 98 milhões de ações preferenciais ao portador da Cia. Vale do Rio Doce; essa negociação foi feita fora das normas da Bolsa (11/3).
- O ministro do Trabalho, Murillo Macedo, anuncia a nova lei de política salarial, que institui o reajuste semestral (14/3).
- O papa João Paulo II anuncia, em Roma, a beatificação do padre José de Anchieta (28/3).
- Os metalúrgicos do ABC e de mais quinze cidades do interior paulista entram em greve (1/4); o Tribunal Regional do Trabalho decreta a ilegalidade do movimento (14/4) e o ministro do Trabalho determina a intervenção nos sindicatos de São Bernardo e Santo André (17/4); onze líderes sindicais são presos, entre eles Luís Inácio da Silva, o Lula (19/4); a greve em Santo André termina a 5/5 e em São Bernardo prosseguirá até 11/5.

- O presidente João Figueiredo inicia visita oficial ao Paraguai (8/4); são devolvidos ao governo paraguaio a espada, o chicote e outros objetos pessoais do marechal Solano López, além de outras relíquias históricas conquistadas pelo Brasil durante a Guerra do Paraguai (11/4).
- O embaixador do Brasil na Bolívia, Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, chega a Brasília após passar 61 dias como refém do grupo terrorista M-19, que tomou a representação da República Dominicana em Bogotá (27/4).
- Na disputa entre Ivete Vargas e Leonel Brizola pela sigla PTB — Partido Trabalhista Brasileiro — Ivete vence sob a justificativa de que cumpriu primeiro as exigências da legislação partidária (8/5); Brizola e seus correligionários fundam novo partido, o Democrático Trabalhista — PDT (26/5).
- O presidente Figueiredo visita oficialmente a Argentina (14—17/5).
- Luís Carlos Prestes é afastado da secretaria geral do proscrito Partido Comunista Brasileiro e Giocondo Dias é designado o novo secretário (19/5).
- O presidente Figueiredo desapropria uma extensão de 23 600 hectares entre Iguape e Peruíbe, no litoral sul do Estado de São Paulo, para a instalação de duas usinas nucleares (4/6); posteriormente, é assinado decreto determinando que sejam criadas estações ecológicas ao redor de todas as usinas nucleares a serem instaladas no país, com o objetivo de "estabelecer um mecanismo para o acompanhamento preciso das características do meio ambiente" (29/7).
- O presidente da Guiné-Bissau, Luís Cabral, inicia visita oficial ao Brasil (16/6).
- O papa João Paulo II inicia visita de doze dias ao Brasil (30/6).
- O governo federal encerra as concessões dadas a sete das nove emissoras de televisão do Condomínio Diários Associados, devido aos problemas financeiros que a Rede Tupi de Televisão de São Paulo e do Rio de Janeiro enfrenta (16/7); o presidente dos Diários Associados, senador João Calmon, renuncia e é substituído por Martinho de Luna Alencar (21/7); dois dias depois, o governo divulga os editais de concorrência para a exploração dos canais de TV.
- Chega ao Brasil, em visita oficial, o presidente do México, José López Portillo (28/7).
- Aprovado por decurso de prazo o novo Estatuto dos Estrangeiros (5/8), que será sancionado pelo presidente da República a 20/8.
- Chega ao Brasil, em visita oficial, o presidente argentino, general Jorge Rafael Videla (19—23/8).
- No Rio de Janeiro, duas bombas de alto teor explosivo, enviadas à sede da OAB e ao gabinete do vereador Antônio Carlos, do PMDB, na Câmara dos Vereadores, provocam a morte da funcionária da OAB, Lyda Monteiro da Silva, e ferimentos em seis pessoas (27/8).
- Por decisão do Comitê do Patrimônio Mundial, da Unesco, a cidade histórica mineira de Ouro Preto passa a ser considerada patrimônio mundial (2/9).
- Aprovada emenda constitucional, do deputado Anísio de Souza (PDS-GO), que prorroga os mandatos dos atuais vereadores e prefeitos e adia para 1982 as eleições de novembro de 1980 (4/9).
- É divulgado o Programa Nacional de Ações Básicas de Saúde (Prev-Saúde), que pretende implantar e implementar consultórios médicos e odontológicos e leitos hospitalares (22/9).
- Em Fortaleza, CE, José Sales de Oliveira recebe liberdade condicional (8/10); ele era o último preso político a permanecer em reclusão depois da decretação da anistia.
- O presidente João Figueiredo realiza visita oficial ao Chile (8 a 10/10).
- É assinado decreto de expulsão do padre italian Vito Miracapillo (15/10), com base no Estatut dos Estrangeiros; a expulsão deve-se à recusa d padre em celebrar missa em ação de graças pel passagem do aniversário da Independência; Mira capillo retorna à Itália (31/10).
- Realiza-se, em Piracicaba, SP, o XXXII Congre so da UNE (13 a 17/10).
- Ronald James Watters é preso no Rio de Janeir como suspeito de ter enviado, em outubro d 1980, duas cartas-bombas: a primeira, dirigida OAB, provocou a morte de Lyda Monteiro da Sil va; e a segunda, enviada para a Sunab, não che gou a explodir (21/10); ele será libertado a 4/5 por insuficiência de provas.
- O governador do Mato Grosso do Sul, Marcelo Mi randa Soares, é exonerado e substituído pelo se nador Pedro Pedrossian (29/10).
- Aprovada emenda que restabelece eleições dire tas para governadores e acaba com os senadore biônicos, respeitando seus atuais mandato (13/11).
- Aprovado, por decurso de prazo, o projeto da no va lei salarial que introduz o reajuste semestra e determina que quem ganha até três salários mí nimos receberá 110% do INPC; de dez a quinze 80%; de quinze a vinte, 50%; daí em diante, as ne gociações se farão diretamente entre emprega e empregador (14/11).
- O ex-presidente Jânio Quadros filia-se ao PT (15/11).
- Realiza-se, em Brasília, a I Convenção Naciona do PDS (28/11); o senador José Sarney é confir mado na presidência do partido.
- Pela primeira vez desde 1963, uma delegação d parlamentares brasileiros, chefiada pelo deputa do Flávio Marcílio, vai a Moscou em visita oficia (8/12).
- O juiz da 5.ª Vara Federal de São Paulo respons biliza a União pela morte do operário Mano Fiel Filho nas dependências do DOI-CODI paulis ta, em 17/1/1976, e a condena a indenizar sua fa mília (17/12).
- O presidente Figueiredo exonera o ministro-che fe da Comunicação Social, Saíd Farhat, e extin gue a Secretaria da Comunicação Social (Secom (18/12).

1981 São criadas as secretarias de Relações Públi cas e de Imprensa vinculadas ao Gabinete Civi da Presidência da República (7/1).

- O primeiro-ministro canadense Pierre Elliot Tru deau visita o Brasil (13 e 14/1).
- O Banco Central determina a intervenção na Sã Luiz Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliá rios, que teria praticado irregularidades da or dem de Cr$ 730 milhões, lesando a filial paulist do Deutsche Bank, um dos maiores bancos d mundo (14/1).
- Tem início a segunda etapa do IX Recenseamen to Geral do país: o Censo Agropecuário (19/1).
- Após intervenção do Banco Central na Tiepp S.A. Corretora de Câmbio e Títulos, descobre-s a existência de um grande volume de documen tos que formavam o *Caixa 2* da empresa (19/1) assim como de documentos que comprovam que corretora movimentava capitais no mercado para lelo de dólares e mantinha uma conta no Morga Guaranty Bank de Nova Iorque (26/1); no mês se guinte, o proprietário, José Maria Tieppo, é indi ciado por estelionato, apropriação indébita, for mação de bando ou quadrilha e fraude financeir (17/2).
- O presidente João Figueiredo visita a França (2 a 30/1) e Portugal (1 a 4/2).
- Luís Inácio da Silva — ex-presidente do Sindica to dos Metalúrgicos de São Bernardo do Camp — e mais doze sindicalistas são julgados por "inci tamento à greve" no ABC paulista, em 1980, pe la 2.ª Auditoria Militar de São Paulo (25/2); doi são absolvidos e onze condenados a penas que va riam de dois a três anos de prisão; como não compareceram ao julgamento são presos em seguida para ouvir a sentença e obter *sursis*.
- Após onze anos de tentativas, a Funai consegue o primeiro contato pacífico com os índios araras, que vivem às margens dos rios Iriri e Xingu, no Pará (5/3).
- O Nordeste entra no terceiro ano da pior seca do século (10/3).
- O PTB realiza sua primeira Convenção Nacional, elegendo Ivete Vargas presidenta do partido (19/4).
- Duas bombas explodem durante show comemorativo do dia 1.° de Maio, no centro de convenções Riocentro, no Rio de Janeiro; a primeira, dentro de um carro Puma, fere gravemente o capitão Wilson Machado e mata o sargento Guilherme do Rosário, ambos ocupantes do carro; a segunda bomba explode dentro da casa de força do centro de convenções sem acarretar danos (30/4); é instaurado inquérito policial militar (IPM) para apurar responsabilidades (2/5).
- O presidente Figueiredo visita a Alemanha Ocidental (16 a 19/5).
- O PP realiza sua Convenção Nacional confirmando o deputado Magalhães Pinto na presidência de honra e o senador Tancredo Neves na presidência do partido (7/6).
- O presidente Figueiredo visita o Peru (24 a 26/6).
- O ex-presidente Jânio Quadros desliga-se do PTB (25/6).
- O I Exército divulga relatório de conclusão do IPM do Riocentro; de acordo com ele, o capitão Wilson Machado e o sargento Guilherme do Rosário teriam sido vítimas de uma bomba colocada no Puma, entre a porta e o assento do carona, presumivelmente por grupos interessados em comprometer agentes ou órgãos militares de segurança (30/6); o IPM é remetido à Justiça Militar (3/7) e o promotor Jorge Dodaro, da 3.ª Auditoria do Exército, pede seu arquivamento por achar que não há indícios que culpem qualquer pessoa (17/7); no entanto, o juiz Edmundo Franca de Oliveira devolve os autos ao I Exército pedindo pronunciamento das autoridades militares sobre dúvidas levantadas pelo coronel Dickson Melges Grael, ex-diretor administrativo e financeiro do Riocentro (24/7); o I Exército devolve os autos à 3.ª Auditoria com informações suplementares que em nada alteram as conclusões do IPM (29/7).
- O PDT realiza sua Convenção Nacional, confirmando Leonel Brizola na presidência do partido (12 e 13/7).
- O presidente Figueiredo assina decreto definindo os critérios para privatização ou desativação de empresas estatais: serão privatizadas as empresas criadas pela iniciativa privada e posteriormente estatizadas; as criadas pelo poder público, mas que tenham similares privadas em condições de substituí-las; as que não sejam indispensáveis à atuação de outras estatais ou cuja atuação importe em desnecessária ou injusta competição com empresas privadas nacionais; ficam excluídas as empresas estatais do interesse da segurança nacional, as que exploram atividades monopolistas do Estado, as que operam infra-estrutura econômica ou social básica ou que produzam insumo de importância estratégica (15/7).
- O presidente João Figueiredo interna-se no Hospital Naval Marcílio Dias, no Rio de Janeiro, para submeter-se a uma cirurgia nos olhos (16/7); é operado pelo cirurgião Ivo Pitanguy, que desentope o canal lacrimal do olho esquerdo e corrigi as pálpebras inferiores e superiores de ambos os olhos, retirando bolsas de gordura nelas acumuladas; ao deixar o hospital o presidente volta a Brasília e entra em período de repouso na Granja do Torto (24/7).
- A imprensa começa a dar as primeiras notícias sobre irregularidades ocorridas na agência do Banco do Brasil na cidade de Floresta, Pernambuco (19/7); nos meses seguintes, crescerá o número de implicados no "escândalo da mandioca", como passou a ser conhecido o caso do desvio de Cr$ 1 bilhão, teoricamente destinado a financiar o plantio da mandioca — cultura bastante inadequada à região.
- Forte geada atinge as plantações de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Estados do sul com uma intensidade não registrada desde 1975; estima-se que 12 milhões de sacas de café estejam perdidas para a safra de 1982 (20/7).
- O juiz da 3.ª Auditoria do Exército, Edmundo Franca de Oliveira, manda arquivar a primeira parte do IPM do Riocentro — relativa à bomba no Puma — mas determina que sejam extraídas as peças relativas à explosão na casa de força para serem enviadas ao procurador geral da Justiça Militar, Milton Menezes da Costa (5/8), que após examinar o pedido e os autos manda arquivar a segunda parte do IPM (19/8); mas o corregedor geral da Justiça Militar, Célio de Jesus Lobão Ferreira, pede ao STM o desarquivamento do IPM (24/8).
- O general Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil, renuncia (6/8); ele é substituído pelo advogado João Leitão de Abreu, ex-chefe da Casa Civil do governo Medici (12/8).
- O Brasil recebe a visita oficial do presidente da Venezuela, Luis Herrera Campíns (10 a 13/8).
- Chega ao Congresso o projeto que transforma o Território de Rondônia em Estado, a partir de janeiro de 1982 (17/8).
- Aprovado o projeto do governo que altera o novo Estatuto dos Estrangeiros (19/8).
- Realiza-se em Praia Grande, litoral paulista, a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras — Conclat (21 a 23/8).

GOVERNOS BRASILEIROS

CAPITANIAS HEREDITÁRIAS
(criadas a partir de 1532)

Primeira do Maranhão — Aires da Cunha
Segunda do Maranhão — Fernando Álvares de Andrade
Ceará — Antônio Cardoso de Barros
Rio Grande — João de Barros
Itamaracá — Pero Lopes de Sousa
Pernambuco — Duarte Coelho
Bahia de Todos os Santos — Francisco Pereira Coutinho
Ilhéus — Jorge de Figueiredo Correia
Porto Seguro — Pero de Campo Tourinho
Espírito Santo — Vasco Fernandes Coutinho
São Tomé — Pero de Góis
São Vicente — Martim Afonso de Sousa
Santo Amaro — Pero Lopes de Sousa
Santana — Pero Lopes de Sousa

GOVERNADORES GERAIS
(1549—1714)

Nomes	Exercício
Tomé de Sousa (1)	07/01/1549 a 01/05/1553
Duarte da Costa	01/05/1553 a 23/07/1556
Mem de Sá	23/07/1556 a 07/03/1570
Luís de Brito de Almeida (2)	07/03/1570 a 10/12/1572
Antônio de Salema (3)	
Luís de Brito de Almeida	10/12/1572 a 12/04/1577
Lourenço da Veiga	12/04/1577 a 17/06/1580
Cosme Rangel (4)	17/06/1580 a 09/05/1583
Manuel Telles Barreto (5)	09/05/1583 a 09/05/1587
D. Antônio Barreiros (6)	
Cristóvão de Barros (6)	09/05/1587 a 09/06/1591